



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

ATA N.º 15/XIV-1.º/2025-29

1 - Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis, pelas 21H00, no Auditório da Escola Básica e Secundária do Monte de Caparica, sito na Rua 25 de Abril, no Monte de Caparica, realizou-se a segunda reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de abril da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Período de Intervenção dos Cidadãos;

2 – Período de Antes da Ordem do Dia (Continuação);

3 – Período da Ordem do Dia:

3.1 – Eleição de Representante da Assembleia Municipal para a Subcomissão de Segurança e Proteção do Bem-Estar Animal da Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC);

3.2 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Nomeação Juizes Sociais biénio 2026/2027”;

3.3 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Prestação de Contas de 2025 – Município de Almada”;

3.4 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “SMAS – Primeira Alteração Modificativa do Orçamento de 2026 e Anos Seguintes”;

3.5 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “SMAS – Relatório e Contas de 2025”

3.6 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Wemob – Relatório e Conta de Gerência relativos ao exercício de 2025”;

3.7 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Gestão de Ativos. Parcela B, da Rua de Angola, Cova da Piedade. Transmissão do Direito de Superfície destinado à construção do Pavilhão do Ginásio Clube do Sul”;

3.8 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Alienação a título gratuito. Doação e constituição de Pacto de Preferência, do prédio urbano, sito na Rua Cabo da Boa Esperança, n.º 4, na freguesia de Cova da Piedade, a favor da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas”;

3.9 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Consulta Pública Final de Regulamento de Funcionamento e Segurança das Instalações Desportivas Municipais”;

3.10 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Aprovação da permuta dos lotes 13/27, 17/27A, 17/27B, 17/27C e 18/27, da parcela 27, sitos na freguesia de Laranjeiro/Feijó”;

3.11 – Apreciação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Segundo procedimento de correção material do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana e Funcional de Cacilhas”;

3.12 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal.

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente João Luís Couvaneiro, pelo 1.º Secretário da Mesa José Joaquim Leitão e a pela 2.ª Secretária da Mesa Ana Paula Silva.

3 – Fez-se a chamada dos Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 – João Luís Serrenho Frazão Couvaneiro (PS), Débora Figueiredo Carvalho Rodrigues (PS), Ivo Filipe Esteves de Almeida (PS), José Joaquim Machado Courinha Leitão (PS), Ana Paula Alves da Silva (PS), Henrique Alexandre Margarido de Almeida (PS), Maria Tomaz Queluz Fernandes Palma (PS), João Pedro Eixa dos Santos (PS), Marta Ferreira Cortez dos Santos (PS); Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS), Pedro Miguel de Amorim Matias (PS), Daniel Alexandre Teixeira Salgueiro da Silva (PS); Maria Amélia de Jesus Pardal (CDU), José Alberto Azevedo Lourenço (CDU), Nuno Miguel Carapinha Terenas (CDU), João Eduardo Alves de Moura Geraldês (CDU), Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU), Vasco Ramiro Rodrigues Gonçalves (CDU); Patrícia Alexandra Martins



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

de Carvalho (CHEGA), Mário Daniel da Silva Tavares Paracana (CHEGA), Inês Maurile de Oliveira Silva (CHEGA), Isabella Sales Baltazar (CHEGA), Luís Manuel Jales Cordeiro (CHEGA), Maria Teresa dos Santos Amarante de Almeida (CHEGA), Bruno Miguel Neves de Brito (CHEGA); Ana Catarina Ribas Lopes (PSD), Luís Pedro Amado Pinto Durão (PSD), Miguel Ângelo Moura Salvado (PSD), Lina Cristina de Matos Gonzalez (PSD), Miguel Maria Grossinho Caldeira Pais (PSD), Bruno Rafael Esteves Manso Ribeiro (PSD), Vanessa Inês Krause (PSD); Joana Sales de Campos Vieira (BE); Geizely Glicia Fernandes (LIVRE).

4 – Nos termos e para os efeitos do n.º 3, do artigo 42.º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – O Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS), Ana Margarida Figueiredo Alves Luna de Carvalho (CDU) e Marta Cristina Belmonte Pereira (IL), manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.

4.1.1 – Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Rosa Maria Varela Ferreira Mendes (PS) por impedimento de Filipe Martins Vaz (PS), Vítor Manuel dos Santos Castanheira (PS); António José Olaio da Silva (CDU) por impedimento de Mário Bruno da Silva Ferreira Pinheiro de Magalhães (CDU) e Carlos Filipe Pereira Alves (IL).

4.1.2 – A Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica Trafaria, Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaíça (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito Ricardo Jorge Pita (PS).

4.1.3 – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.

4.2 – O Presidente comunicou ainda à Assembleia Municipal, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a ausência da Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS), do Vereador Paulo Alexandre Sabino (PSD).

5 – Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usou da palavra o Presidente da Assembleia Municipal João Couvaneiro (PS) para informação aos Múncipes:

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais

Senhores Múncipes;

As intervenções serão gravadas e transmitidas no canal de Youtube da Câmara Municipal de Almada, pelo que é importante que os Senhores Múncipes e toda a Assembleia o saibam, gravação essa que se estende a todas as respostas que se seguirão.”

5.2 – Usaram da palavra os/as Múncipes Lino Mesquita, Diana Botelho, Luís Ricardo, António de Sousa, António Viana, Maria Luís Abreu, Hugo Minhava, Marco Almeida e Sílvia Lopes.

5.2.1 – O Senhor Múncipe Lino Mesquita:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Quero começar por reconhecer que a Câmara Municipal de Almada, embora tardiamente, já reconsiderou a proposta que apresentamos relativamente ao trânsito no Funchalinho. O que demonstra abertura ao contributo dos cidadãos.

No entanto, preocupa-nos que, apesar dessa decisão, a execução ainda não tenha avançado sem que exista uma comunicação clara sobre prazos.

Acresce que a situação inicial parece ter sido resultado de uma intervenção sem o devido estudo das condições reais do local e que acabou por criar constrangimentos que eram previsíveis para quem ali vive e circula diariamente.

Assim, deixo três questões muito objetivas:



Para quando está prevista a implementação da solução já assumida?

Que medidas transitórias serão adotadas até lá?

Que garantias existam que de futuro intervenções terão como base estudos técnicos e auscultação local?"

5.2.2 – A Senhora Múncipe Diana Botelho:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O meu nome é Diana Botelho, sou residente na Sobreda e vim a esta Assembleia Municipal em representação da Associação Inspira Mobilidade, para vos falar sobre a mobilidade ativa das crianças.

E começo por partilhar que no próximo dia 17 de maio, pelas 17H00, Almada vai acolher mais uma edição da Kidical Mass, uma manifestação das crianças em bicicleta onde as famílias e as crianças vão reivindicar e ocupar as ruas para pedir o direito de se deslocarem de forma segura dentro da própria Cidade. Este movimento já se realiza pela sétima vez em Almada e é um movimento por Cidades mais seguras, sustentáveis e amigas das crianças. E neste âmbito Almada já tem dado alguns passos.

Referimos o projeto Ciclismo Curricular, que reconhecemos como importante porque ensina a crianças a andar de bicicleta. Mas depois, ao ensinar as crianças a andar de bicicleta não lhes damos condições para que possam efetivamente, escolher a forma como se querem deslocar. Porque infelizmente, faltam muitas infraestruturas que permitam às crianças ir para a escola de forma segura de bicicleta. E não existe a cultura de bicicleta porque existe insegurança.

Onde é que estão as ciclovias de ligação entre as escolas e as zonas residências?

Portanto, estamos a ensinar a pedalar em recintos fechados, mas depois, vamos expor as crianças a vias partilhadas com tráfego intenso motorizado e sem qualquer proteção.

Isto não nos parece de todo, que estejamos a promover uma mobilidade ativa. Pelo contrário, estamos a promover a insegurança nas famílias, frustração nas crianças e muito provavelmente, o abandono desta forma de deslocação.

Portanto, continuamos à espera, que a rede ciclável escolar, que já foi definida, planeada e aprovada, saia efetivamente do papel. Porque sem estes corredores seguros o projeto escolar não tem pernas para andar e muito provavelmente não se vai sentir na Cidade qualquer efeito.

E em paralelo também se verifica um problema do estacionamento das bicicletas. Em que o Plano Diretor Municipal e o Regulamento Urbanístico do Município de Almada, já estabelecem normas de estacionamento para estes modos suaves e as escolas enquanto equipamentos públicos deveriam ser as primeiras a garantir estas condições.

No entanto, realidade é que nenhuma delas ou muito poucas, disponibilizam um único estacionamento seguro.

Como é que nós podemos pedir às famílias que façam esta transferência modal se não lhes damos qualquer tipo de condição, nem sequer para estacionar a bicicleta de forma segura.

E ainda mais considerar que Almada tem um parque habitacional muito envelhecido, onde os muitos edifícios não têm qualquer tipo de garagem ou elevador.

Portanto, o estacionamento na rua e na via pública é essencial, é uma necessidade básica e nós temos essa perceção para o automóvel. Mas porque é que não existe essa perceção para os modos suaves?

A mobilidade ativa não é apenas uma manobra de comunicação nem um projeto isolado em contexto escolar. Não basta ensinar a pedalar, é necessário executar com urgência a rede ciclável.

Acrescentar que eu sou mãe de três crianças, e desloco-me diariamente de bicicleta e levo-as de bicicleta para escola e dizer que isto é muito difícil e não é nada fácil e não é nada seguro.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Mas esta é a minha forma de me deslocar, é a minha prática de vida, é aquilo com que me identifico e são os valores que eu quero mostrar aos meus filhos e quero passar.

Independentemente disso eu não quero demover-me, Almada tem muito espaço a dar e precisa de ter esta coragem.”

5.2.3 – O Senhor Munícipe Luís Ricardo:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu não vou ter tempo para ler este texto, mais uma vez. No entanto, eu venho aqui sugerir para que possamos rever esta regra dos trinta e quarenta minutos, pelo menos em casos excecionais, uma vez que Almada também vive uma excecionalidade e o país.

Nesse caso, poderíamos talvez rever a questão do tempo, uma vez que há mais intervenientes, há mais pessoas afetadas pela questão climática que nos afetou. Nesse sentido apelava para que se houvesse oportunidade de pensar sobre esse assunto.

Também dizer aos Senhores Múncipes para também fazerem o mesmo, ter uma atitude mais sugestiva, uma crítica mais positiva e não apenas dizer que a Câmara Municipal coloca algum tipo de lápis azul ou algum tipo de censura.

Façam assim, de uma forma mais positiva, construtiva. Fica aqui a minha sugestão.”

5.2.4 – O Senhor Munícipe António de Sousa:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Visto que o tempo não chega, vou passar às perguntas que não tive tempo para fazer ontem.

É relativamente a uma visita realizada à envolvente da Escola EB n.º 1, Jardim de Infância do Alfeite, e as perguntas são as seguintes:

- Qual é a entidade responsável pela urgente reparação da estrada de acesso à Escola e ao Bairro?
- Qual é a entidade responsável pela limpeza da mata existente no local bem como a criação dos acessos florestais?
- Qual é a entidade responsável pela segurança do espaço envolvente ao estabelecimento de ensino?
- Qual é a entidade responsável pela inexistência de iluminação pública no caminho de acesso pedonal à escola?
- Qual é a entidade responsável pela urgente reparação do muro junto ao buraco?
- Por fim, qual a entidade responsável pela criação de um caminho pedonal digno desse nome, ao estabelecimento de ensino?

Visto que consegui fazer as perguntas, permitam-me todos que a situação que se passou aqui nesta Assembleia Municipal ontem, na minha modesta opinião, em nada dignifica os eleitos.

E certamente e só posso falar por mim, mas tenho a certeza que muitos dos eleitores se revêm, que não é para isto, para aquilo que se passou aqui ontem que os senhores são eleitos.

O mandato que o povo vos confere, não é para tricas políticas e para perder tempo com politiquice que a este nível é inaceitável.

E como aludia Luís Vaz de Camões, “O fraco Rei faz fraca forte gente”.”

5.2.5 – O Senhor Munícipe António Manuel Viana:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sou morador na Sobreda, na Rua Manuel Parada, na Torre B1. Resido nesta morada há 46 anos. Verifiquei ao longo destes anos todos, que as entidades responsáveis não fizeram nada nos terrenos circundantes da Torre.



E, há dois anos, a Câmara Municipal arranjou um projeto que era “O Meu Bairro”, cujas votações decorreram entre 6 e 21 de abril. Eu como morador há muitos anos na Sobreda e como gosto muito na zona onde vivo, fiquei satisfeito com o projeto avançado pela Câmara Municipal. Movimentei-me e movimentei os meus vizinhos para que uma vez que era por votação a zona que seria escolhida para a execução das obras, movimentei-me de maneira a que as pessoas votassem na nossa zona.

Decorridos dois anos, verificamos que nenhuma entidade se ainda manifestou, nem as obras começaram e verificamos que as Torres junto à nossa, os passeios são limpos com relativa frequência, cortam as ervas, e relativamente ao nosso prédio que tem arbustos que não nos deixam circular à volta da Torre e quando os funcionários enviados para a limpeza nas outras torres, são questionados sobre a razão por a nossa torre não ser limpa, e a resposta é que não têm autorização nenhuma para que haja qualquer intervenção em relação aos arbustos que circulam a nossa Torre.

Além do mais, temos alguns problemas graves, a aproximar-se o verão que é a época de incêndios e temos vários pinheiros que estão encostados ao nosso prédio. O que é por demais evidente que nunca sabemos o que é que pode acontecer se houver um incêndio num daqueles pinheiros, facilmente fica colado à Torre.

A questão que eu coloco é: se as entidades responsáveis pelas obras, se já têm uma data prevista para o início das obras e se a entidade responsável pela limpeza dos passeios, se pode deslocar com mais frequência porque até à data nunca aconteceu. Aconteceu uma vez por iniciativa da Junta de Freguesia.”

5.2.6 – A Senhora Munícipe Maria Luís Abreu:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sobre os ossários.

Durante anos as famílias pagavam 6.52€ (seis euros e cinquenta e dois cêntimos) por ano, para manter o ossário dos seus entes queridos.

Em 2026, esse valor passou para 78.77€ (setenta e oito euros e setenta e sete cêntimos), um aumento de mais 1100%, onze vezes mais num único ano.

A resposta da Câmara Municipal: “Estamos em linha com Lisboa e Cascais”. Como se os rendimentos dos almadenses fossem os de Cascais. Quem paga os preços são as famílias humildes, os idosos com pensões mínimas, que receberam uma conta de 79.00€ (setenta e nove euros) sem aviso e sem alternativa. Nem os mortos têm descanso em Almada.

As pessoas presas em casa.

Na Costa da Caparica, todos os verões os residentes ficam encurralados nas suas próprias ruas, durante os festivais dezenas de artérias são cortadas durante os fins de semana, a Alameda da Cidade chega a ter corte total durante mais de duas semanas seguidas, quem mora ali não consegue sair com o carro, não consegue receber visitas, não consegue viver normalmente no pico do verão na sua própria terra.

E aqui chegamos ao ponto que me deixa sem palavras. Em fevereiro de 2026, os BTS, o maior grupo de K-pop do mundo, vieram a Portugal gravar um vídeo clipe e a Câmara Municipal de Almada não perdeu um segundo para anunciar isso nas redes sociais, a celebrar, a encher o peito de orgulho. Zero problemas em anunciar que os BTS vieram a Almada. Mas para garantir que os moradores da Costa da Caparica consigam sair de casa no verão, aí já não há energia, já não há vontade, já não há soluções, para o marketing a Câmara Municipal é ágil, para os cidadãos, é lenta.

Sobre o lixo.

Quando os festivais acabam, ficam as sarjetas entupidas, o lixo na via pública, o rasto de dias de milhares de pessoas, a Câmara Municipal tem criatividade para aumentar taxas em 1100%, tem reflexos para partilhar a foto com os BTS e todos inchados, mas não tem capacidade para garantir que as ruas estejam limpas e acessíveis a quem vive nelas o ano inteiro. Cobram mais, fazem menos e celebram a criar likes.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Em conclusão, exigimos taxas justas para os nossos mortos, exigimos que os residentes da Costa da Caparica possam circular livremente nas suas ruas, exigimos uma Cidade limpa, não só para as câmaras, mas para quem vive aqui todos os dias. Não são favores, são direitos.

O tempo das desculpas acabou, é hora de agir.”

5.2.7 – O Senhor Município Hugo Minhava:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O que se está a passar em Almada não é uma situação de gestão, é um completo abandono com o verniz institucional, por isso quem tem que dar a cara nem sequer está presente, por isso, estamos aqui para fazer estalar o verniz.

Ontem ouvimos no início da intervenção de um Vereador, uma frase que diz praticamente tudo: “Perante uma intempérie que desalojou várias famílias de casas legais, a culpa não é das pessoas, mas também não é da Câmara Municipal, nem do Estado”. Pode ter sido dito de forma espontânea, mas isto diz muita coisa. Quando esta situação acontece, revela apenas uma única visão, quando ninguém é responsável, na prática também ninguém responde.

E nós as pessoas, não estão a viver apenas um contratempo pontual, estamos a viver com a nossa vida às costas, temos famílias inteiras a saltar de alojamento em alojamento, muitas vezes com avisos feitos em cima da hora sem qualquer estabilidade, previsibilidade, dignidade. Isto não é uma resposta de emergência, é um ciclo de incertezas onde se incluem crianças, idosos e doentes acamados, alguns até pessoas paralisadas que vivem numa maca.

Fala-se em soluções, mas no terreno, o que existe são medidas que falham na prática. Os apoios ao arrendamento que obrigam as pessoas a pagar primeiro do próprio bolso numa altura que simplesmente não têm esse dinheiro, ou como dizem, a Câmara Municipal ajuda na iniciação, mas depois até chegarem as ajudas nós temos que manter a renda de acordo com os nossos bolsos e estamos a falar de valores que na listagem que aparece, são de há mais de uma década atrás.

As mensagens que se passam são claras, mesmo que não seja assumida lamentamos, fizemos o que podíamos, agora resolvam por si sós. Mas isto não é o papel de um Estado Social, nunca o foi. Fomos educados a acreditar que o Estado não é culpado por todas as crises, mas é responsável por responder a elas, que existe para amparar, proteger, garantir a dignidade a quem cumpre, trabalha e contribui para o Estado. E nesse sistema a Câmara Municipal não pode ser uma barreira burocrática, distante e impessoal, tem que ser o primeiro ponto de apoio, facilitador, o rosto humano do Estado porque recursos mais que existem. Vivemos num país que gera orçamentos de milhares de milhões, financia projetos, subsidia iniciativas, mantém estruturas complexas e equipadas, no entanto, perante uma emergência com esta vemos sempre as mesmas pessoas subcarregadas por processos lentos e respostas insuficientes.

Não basta mostrar os números de alojamento como se fossem trofeus e andar a dizer que fizeram o que foi preciso, é preciso é garantir condições dignas aos cidadãos, é preciso o acompanhamento real no dia a dia, a comunicação clara e proativa com as famílias, ser solidário com o impacto psicológico de quem perdeu tudo de um dia para o outro e apoio psicológico até agora ninguém o viu.

Ninguém está a dizer que a Câmara Municipal provocou uma tempestade, mas num Estado Social isso não é desculpa. É precisamente aí que começa a responsabilidade. Organizem-se e invistam todos os recursos que têm, porque se há para festas também há para ajudar as pessoas.

O que está a acontecer em Almada não é inevitável é uma escolha neste momento e é uma autêntica vergonha pública.”

5.2.8 – O Senhor Município Marco Almeida:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



Regresso a esta tribuna para dar continuidade à exposição iniciada ontem sobre a situação do Clube Recreativo do Feijó, na qualidade de Presidente.

Infelizmente, o tempo limitado de ontem impediu-me de abordar todos os pontos, mas a declaração do Senhor Vereador Filipe Pacheco obrigou-me a uma reposição da verdade.

O Senhor Vereador mencionou ontem valores que não correspondem à realidade, vamos aos factos.

Em abril de 2025, o Clube Recreativo do Feijó recandidatou-se ao RMAPA, para remodelações de todo o sistema de som e luz do salão, obra essencial para a melhoria de iniciativas apresentadas pelo Clube, o orçamento apresentado foi de 7.000.00€ (sete mil euros) não os 10.000.00€ (dez mil euros) sugeridos pelo Senhor Vereador.

A 30 de junho de 2025, fomos notificados de um apoio de 4.000.00€ (quatro mil euros) correspondente a cinquenta e cinco pontos na avaliação, isso representa cerca de 56% do valor total, não os 8.000.00€ (oito mil euros) que equivaleria a 8% do apoio, pedido que o Senhor Vereador afirmou ontem nesta Assembleia Municipal terem sido atribuídos. O que significa que o Clube teria de investir 3.000.00€ (três mil euros) além do apoio, ao contrário do que o Senhor Vereador afirmou.

No dia 31 de julho o Clube viu-se obrigado a renunciar a este apoio, passo a citar a nossa resposta oficial enviada à Câmara Municipal e ao Departamento: “Em relação ao apoio que nos foi concedido ao abrigo do RMAPA, após análise da Direção do Clube Recreativo do Feijó e cientes daquelas que são as dificuldades financeiras como é conhecimento de vossa excelência, cumpre informar que face ao valor do apoio concedido, somos obrigados a renunciar ao mesmo, por não termos forma de alocar a verba remanescente.

Não podemos deixar de lamentar a vossa opção, pois o equipamento de som permitiria dinamizar outros eventos e melhorar as nossas condições técnicas deste modo a contribuir para a realização de receita. Relembremos, que este Clube tem uma equipa de ginástica rítmica que na passado época desportiva, levou o nome de Almada a vários campeonatos com excelentes resultados.

Mais acrescentamos, que no Aniversário do Clube, a 2 de julho de 2025, o próprio Senhor Vereador Filipe Pacheco, reconhece em conversa que muitas coletividades acabam por desistir ou nem sequer concorrem devido à baixa percentagem dos apoios, admitindo que este é um problema que a Câmara Municipal tem que rever. O Clube não é contra o RMAPA, nem contra a transparência, mas sejamos claros e honestos, que o RMAPA atual é um remapazinho, serve apenas para pequenos projetos, mas o Clube Recreativo do Feijó e o Movimento Associativo Popular, precisam neste momento em Almada é o RMAPA a sério ou de recursos como o contrato programa.

Estranhámos a dualidade de critérios e transparência. A 19 de março de 2025, questionámos a Câmara Municipal acerca do procedimento necessário para a celebração do contrato programa, tendo sido novamente empurrados para o RMAPA. Onde está a transparência em empurrar uns para o RMAPA e outros para o contrato programa?

Não pedimos privilégio, pedimos um modelo de apoio que não condene coletividades por falta de verbas remanescentes.”

5.2.9 – A Senhora Munícipe Sílvia Lopes:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Venho hoje a esta Assembleia Municipal como munícipe de Almada, em nome do CDS Partido Popular de Almada, enquanto Vice-Presidente e enquanto Presidente da Juventude Popular, para dar voz a quem não está a ser ouvido.

Em primeiro lugar, garantir cinco minutos a cada munícipe, porque um munícipe não consegue explicar o seu programa completo com menos de cinco minutos. Se somos muitos munícipes deve haver mais dias e não se deve cortar a palavra a ninguém.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Em segundo lugar, o problema da mobilidade inclusiva, mais concretamente a acessibilidade universal, de forma a garantir que todas as pessoas com problemas de mobilidade não fiquem presas em casa e consigam-se dinamizar.

Gostaria de saber quais as soluções que existem para este problema. Dou o exemplo do Centro de Saúde de Almada. Existe uma rampa de acesso, mas entre o lugar da pessoa com mobilidade reduzida e a rampa de acesso, existe uma subida com dois degraus, dificultando o acesso de uma pessoa com mobilidade reduzida sozinha, tem que ser acompanhada com outra.

Também para aceder aos serviços da Câmara Municipal na Avenida D. Nuno Alvares Pereira, não há lugar perto para pessoas com mobilidade reduzida poderem estacionar, é preciso subir o passeio sujeito a uma multa da WEMOB. A Câmara Municipal pode desenvolver uma estratégia, com por exemplo, rebaixar os passeios e tornar o acesso mais fácil para as pessoas com mobilidade reduzida. Uma estratégia a longo prazo.

Em terceiro lugar, gostaria de saber a situação dos agricultores das Terras da Costa que foram muito afetados pelas intempéries, até hoje não temos conhecimento da resolução dos problemas destes agricultores, que foram chamados de ilegais pela Senhora Presidente da Câmara Municipal. Questiono porque é que a Câmara Municipal não pode ajudar os agricultores das Terras da Costa quando estes pagam imposto? São municípios ou deixaram de ser municípios?

Agricultores que estão nas Terras muitos deles há décadas, que vivem daquilo que cultivam, tiveram prejuízos graves nas suas quintas, a Câmara Municipal vai ajudar com algum apoio ou não?

Em relação à questão da falta de eletricidade, nomeadamente na zona da Charneca de Caparica, junto à A33 e junto ao Lidl, como é que a Câmara Municipal pode resolver este problema recorrente que se arrasta há meses? Será que consegue falar com a E-REDES de forma a colmatar este problema de forma mais célere? Visto que enquanto municípios tentamos resolver o problema com a E-REDES e sem sucesso.

Por fim, gostaria de falar sobre a segurança dos nossos municípios, uma responsabilidade que exigimos que seja cumprida com toda a seriedade que a situação impõe.

Os espetáculos da Wrestling têm reunido um número crescente de espetadores em Almada, incluindo jovens e famílias, congratulamo-nos com essa dinamização. No entanto, o entusiasmo do público não pode em circunstância alguma, sobrepor-se às normas elementares de segurança que a Lei consagra e que a Câmara Municipal tem obrigação de garantir. É precisamente sobre o incumprimento dessas normas que nos vemos obrigados a intervir hoje.

A juventude Popular e o CDS-PP de Almada estiveram presentes no último espetáculo Wrestling, realizado na Casa Amarela de Almada e o que verificamos preocupou-nos. Havia pelo menos um lado do ring sem qualquer distância de segurança em relação ao público, sem barreira, sem espaço, sem proteção, a consequência foi imediata e perigosa, houve momentos em que a luta se desenvolveu diretamente em cima dos espetadores, expondo-os ao risco real de ferimentos graves, sem qualquer possibilidade de recuo ou fuga segura, colocando-os em perigo por uma falha que esta Câmara Municipal não pode ignorar.”

5.3 – Em resposta aos Municípios, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra os/as Deputados/as Municipais Carlos Filipe Alves (IL), Inês Oliveira Silva (CHEGA), Miguel Ângelo Salvado (PSD), Luís Pedro Durão (PSD), Pedro Amorim Matias – Presidente da Junta da União de Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda (PS), Ricardo Jorge Pita (PS) – em substituição da Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica Trafaria Sandra Cristina Chaíça (PS), Mário Daniel Paracana (CHEGA), a Vereadora Helena Gil Azinheira (CDU) e ainda o Vice-Presidente da Câmara Municipal Filipe Alexandre Pacheco (PS).

5.3.1 – O Senhor Vice-Presidente Filipe Alexandre Pacheco (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relembro, até porque a questão foi levantada numa intervenção, que a Senhora Presidente da Câmara Municipal não está hoje nesta Sessão, não esteve ontem e também não estará amanhã, porque está presente



num Fórum de Energy Cities em Guimarães a representar o Município. Aliás, também com vários Presidentes de Câmara, com a representação também da União Europeia, no fundo um Fórum de alto nível, bastante importante onde o Município faz questão de estar representado ao mais alto nível.

Começando por responder a todos os Senhores Munícipes.

Começo por responder ao Senhor Lino Mesquita, que finalmente conseguimos haver aqui um diálogo e uma resposta direta. Aquilo que eu lhe posso dizer é que a informação que eu tenho dos serviços é que as alterações serão feitas no mais rapidamente espaço de tempo possível, a indicação que eu aqui tenho é de cerca de quinze dias. Portanto, as alterações vão ser feitas nomeadamente, estamos a falar de repor a circulação nos dois sentidos no troço inicial norte da Rua Silva Porto, entre a Rua Veloso Salgado e a Praceta Henrique Pousão, permitindo maior fluidez de acesso aos Bairros, remoção de sinalização vertical que foi anteriormente implementada, a criação de lugares adicionais de estacionamento na Rua do Funchalinho, aumentando assim a oferta. Ou seja, parece-me que, aquilo que estamos aqui a falar é de alterações que vão de encontro aquilo que são as pretensões também dos moradores. No fundo, dar a garantia daquilo que pediu no final, que é no fundo, qualquer alteração que seja feita, será feita com auscultação e também com uma dimensão técnica de análise e sempre também em articulação com a população. É isso que está a ser feito neste caso e, portanto, prevemos podendo aqui haver algum desfasamento temporal, mas aquilo que temos aqui no planeamento dos serviços é poder ser realizada dentro de quinze dias.

Depois respondendo à Senhora Múncipe Diana Botelho, da Inspira Mobilidade a quem eu agradeço também a sua participação e aproveitar também para saudar a Associação e todo o trabalho que têm feito na área da mobilidade.

Agradecer também a referência que foi feita a alguns projetos da Câmara Municipal, nomeadamente o ciclismo curricular, precisamente para desde as franjas mais jovens criarmos hábitos e aprendizagem de utilização de meios de mobilidade suave, neste caso a bicicleta.

Dizer que, relativamente aquilo que falou da rede ciclável aprovada em todo o Concelho. Nós aquilo que temos é um plano aprovado já, de rede ciclável em todo o Concelho, que evidentemente, vai ter de ser feito de forma faseada e à medida que formos requalificando toda a rede viária do Concelho. Porque muitas vezes aquilo que podemos achar que basta junto a uma determinada rede viária, adicionar uma via ciclável. Mas, não basta isso, ou isso poderia ser feito mas muitas vezes há um conjunto de requalificações complementares, por exemplo, até que envolvem os SMAS, estamos a falar de infraestruturação, muitas vezes quando há uma rede viária que revisitada, que é requalificada há um conjunto de obras adicionais que têm de ser feitas e todas têm de casar e ser articuladas entre si. Portanto, à medida que vamos requalificando as redes viárias no Concelho vamos fazendo essa dimensão complementar de concretização do plano ciclável.

Mas aquilo que eu lhe posso dizer, dando também aqui alguns exemplos, estamos neste momento a fazer uma ciclovia na Costa da Caparica que completa uma parte da rede que vai desde a Trafaria até à última praia, isso está a ser feito.

Vamos também lançar em breve, uma obra na Avenida Dom Sebastião na Costa da Caparica, que vai também ter um corredor ciclável, eu aqui já estou também a responder a algumas das preocupações da Senhora Múncipe Maria Luís Abreu, que vem aqui falar bem, da Costa da Caparica, mas muitas vezes dizendo que não há uma preocupação, mas há uma preocupação muito grande com a Costa da Caparica.

Vamos também lançar o projeto da Avenida Sacadura Cabral, está em fase já de concurso público na zona da Aroeira que vai também ter uma ciclovia.

Portanto, toda a dimensão de requalificação viária sempre com uma dimensão de ciclovia. Ou seja, no fundo, estamos aqui a falar do pacote de obra que sempre que há uma requalificação viária complementar aquilo que é o plano ciclável que está aprovado para todo o Concelho.

Por último, dizer que concordo com aquilo que é dito de criar uma cultura de utilização da bicicleta, é precisamente por isso que nós temos vários programas, temos também que voltar com a questão dos comboios



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

de bicicletas nas escolas, já tivemos várias vezes essa iniciativa, temos de a retomar, isso é muito importante. Mas até na cultura, por exemplo, falou nos parques, de haver estacionamento para bicicletas, isso acontece já em vários parques da WEMOB, temos também tentar criar por todo o Concelho, nas escolas, etc. Portanto, à medida que vamos requalificando espaços, ter essa preocupação central. Portanto, eu penso que isso já está intrinsicamente naquilo que são as decisões quando são tomadas, já têm essa dimensão de concretização, essa dimensão de preocupação sempre a acontecer.

Depois, respondendo ao Senhor Município Luís Ricardo, que não colocou nenhuma questão em concreto, mas eu aproveitava também para agradecer aquilo que tem sido o seu trabalho sempre construtivo, acima de tudo na área do bem-estar animal.

Depois, o Senhor Município António Sousa. Eu ontem respondi à sua questão, não sei se ainda estava aqui ou não, às suas várias questões, aliás, eu até tinha lido precisamente num papel que aqui nos tinha deixado, dizer-lhe que como referiu e concordo com uma parte da sua intervenção, nós estamos aqui é para resolver os problemas das pessoas, estamos aqui também para ouvir e eu também disse isto ontem, as críticas, as chamadas de atenção que os munícipes aqui fazem, são também alimento para aquilo que é o nosso trabalho diário, também aproveito para agradecer aquilo que é a intervenção dos vários munícipes e o sentido cívico que têm em vir aqui apresentar as vossas questões.

Relativamente às questões do acesso à estrada, limpeza da mata, segurança envolvente.

Portanto, na EB1 do Alfeite, todas estas questões dizem respeito à Marinha neste caso. Porque a única responsabilidade da Câmara Municipal é dentro da escola. Os problemas neste caso não têm uma resposta às vezes trivial. Nós sabemos que aquele caminho por estar dentro da Base, eu ontem referi isso, por termos uma escola dentro da Base, aquilo que deveríamos era retomar neste caso com a Marinha, conversas que já existiram, relativamente à dominialidade daquela área, também relativamente aquilo que possa ser um futuro projeto de expansão da escola, de requalificação e expansão que o Município tem, mas que também tem de envolver outras dimensões nomeadamente, um novo acesso para escola, digamos para a parte civil e não que o acesso se faça exclusivamente pela parte militar. É essa a nossa expectativa.

Depois, respondendo ao Senhor Município António Manuel Viana. Duas dimensões de resposta. Relativamente ao programa "O Meu Bairro".

Primeira dimensão é a de reconhecer o atraso no programa. Quando assim é, não há outra forma de o dizer, reconhecer o atraso da implementação do programa e há uma razão muito simples. Como sabem o Município tudo o que faz está obrigado aquilo que são as regras de contratação pública. Houve um concurso público para adjudicação de projetos e especialidades, ele foi adjudicado a uma empresa e a verdade é que passou todo o tempo e a empresa não entregou os projetos. Portanto, aquilo que teve de acontecer foi uma resolução deste contrato, que no fundo passou o tempo e a entidade que veio a concurso público ganhou neste caso a elaboração dos projetos, não o fez. É disto que estamos a falar e daí todo este atraso que temos numa obra que já queríamos ter concretizado e que por via de uma dificuldade, de um azar, estas coisas também acontecem, o projeto está atrasado. Aquilo que vamos fazer é resolver o contrato, iniciar novo procedimento de contratação pública, mas avançaremos assim que possível, de forma imediata já adiantando aquilo que é as dimensões daquele projeto da requalificação da rede viária e também da criação de bolsas de estacionamento. O projeto é mais do que isso, mas pelo menos essas partes tentaremos avançar já para não perder tempo. Não lhe consigo aqui dizer, não consegui ter a tempo alguma dimensão de previsão de tempo, de quando é isso irá acontecer, não tenho aqui essa informação, vou tentar durante o intervalo tentar ter essa informação.

Relativamente aquilo que falou da limpeza dos passeios entre Câmara Municipal e Junta de Freguesia, neste caso a Junta de Freguesia tem aqui esta responsabilidade delegada, teremos que evidentemente, atuar e falaremos também com a União de Freguesas nessa matéria.

Relativamente à Senhora Município Maria Luís Abreu que em parte já respondi, nós continuamos e muito a valorizar a Costa da Caparica. Dizer-lhe que é verdade, o Sol da Caparica tem um impacto muito grande naquela zona do território, aquilo que ano após ano tentamos com as equipas da higiene urbana, tentar que haja um



menor impacto, evidentemente que não é possível ter um festival daquela dimensão sem alguma dimensão de impacto para os residentes. Acho que coletivamente, é uma reflexão que podemos fazer, que aliás, já foi feita, que eu diria que face às votações têm sido tidas, seja em reunião de Câmara, seja em Assembleia Municipal, é um festival que é transversalmente aceite por todas as forças políticas, e, portanto, aquilo que temos é de estudar formas de minimizar o impacto em articulação também com a Junta de Freguesia, minimizar o impacto que ele tem e perceber se o conseguimos fazer de outra forma.

Depois, respondendo ao Senhor Município Hugo Minhava. Aquilo que eu disse foi relativamente à responsabilidade do ocorrido, à culpa. Aquilo que eu disse foi num contexto da discussão que estava a ser tida, de que, nem os moradores tinham tido culpa da desgraça e do sofrimento que têm passado, também não foi a Câmara Municipal que escolheu, mas evidentemente, que estamos aqui para dar a nossa cota de resposta que estamos a dar e que tem sido dada. Uma dimensão de resposta de urgência que existiu, eu ontem dizia que nós temos cento e noventa e três pessoas que foram realojadas, das cento e noventa e três pessoas, neste momento, noventa e quatro ainda em alojamentos em unidades hoteleiras e eu disse porquê. Para responder a uma catástrofe que foi o que aconteceu, nós não temos uma bolsa de casas à espera destas situações. E, portanto, agimos logo.

Depois desta resposta, aquilo que temos tentado é em articulação com o Estado Central, é ter uma resposta para lá disto, de apoio ao arrendamento, recorrendo a um Programa Nacional “Porta de Entrada” que financia rendas a estas pessoas. Colocou-me a questão e eu ontem tive a oportunidade de responder e eu penso que ouviu. Aliás, na conversa que estávamos a ter, voltou a fazer essa pergunta e volto a dar-lhe a resposta que é, face a uma das dificuldades que nós sabemos que as pessoas têm quando vão arrendar uma casa terem de adiantar um conjunto de rendas, o Porta da Entrada não dá essa garantia, não dá essa resposta, é aí precisamente que o Município ocupa esse espaço. O Município já disse às várias famílias, damos o adiantamento à renda precisamente para apoiar as famílias. E neste momento, como eu disse ontem, já há famílias que estão em casas alugadas a ter o apoio por via do Porta de Entrada. Portanto, é nesse ponto de chegada que nós queremos que todas as famílias cheguem. Portanto, temos que continuar a trabalhar e evidentemente que as famílias também no uso da sua autonomia têm e devem procurar uma habitação para arrendamento e cá estará a Autarquia e Estado Central para continuarmos nessa dimensão de apoio.

Senhor Município Marco Almeida, aquilo que eu falei relativamente ao RMAPA, enfim, o RMAPA são mais de 600.000.00€ (seiscentos mil euros) anualmente atribuídos ao Movimento Associativo para projetos, dimensões de apoio mais permanente, existem também outros programas. Eu vou lembrar por exemplo, um programa que o Clube Recreativo do Feijó tem beneficiado anualmente, que é o apoio à formação desportiva, precisamente segundo regras, após o qual é celebrado um contrato programa desenvolvimento desportivo, que é função entre outros fatores do número de atletas. Quantos mais atletas federados um clube tem, mais apoio recebe. Portanto, isso tem acontecido com todos os clubes, é uma dimensão que queremos reforçar, isto é um trabalho continuo com todo o Movimento Associativo, com todos os clubes, nós temos várias linhas de apoio é preciso os clubes evidentemente verem estes apoios, mas nós queremos continuar com essa dimensão. Portanto, brevemente também, voltaremos à fala com todos os clubes e concretamente no seio do Conselho Municipal do Desporto.

Por último, respondendo à Senhora Município Sílvia Lopes, sobre acessibilidade universal. Quando eu falava sobre as ciclovias, também numa dimensão de acessibilidade e mobilidade reduzida, toda a obra, toda a empreitada que hoje em dia é feita no Município, tem uma dimensão de reconhecer por exemplo, quando há uma obra no passeio eles são rebaixados, há toda uma dimensão de preocupação. Agora não podemos mudar todas as barreiras arquitetónicas num dia.”

5.3.2 – A Senhora Deputada Municipal Inês Oliveira Silva (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Só um pequeno aparte ali também para apoiar o Senhor Município António Sousa. A questão da escola a que o Senhor se está a referir, fica por trás do Bairro do Rato, não fica aquele junto dos portões que nós temos que entrar na Base do Alfeite? Qualquer civil lá entra?

De qualquer forma eu pedi para falar sobre a questão dos ossários.

Obviamente que ia falar porque o CHEGA votou contra este Regulamento como todos sabem e à data eu reforcei que estávamos a votar contra os valores praticados pelas taxas e não contra a aplicação das taxas.

Eu pedi a palavra hoje porque em 23 de dezembro, a Senhora Presidente disse que a minha intervenção, neste caso, eu dizer que os valores aplicados nas taxas eram excessivamente altos, disse que eu estava a ser desonesta perante os Municípios. E por isso então vamos assinalar dois factos.

Primeiro, tal e qual como o Senhor Vereador Carlos Salomão disse numa reunião de Câmara e bem, uma análise financeira que tenha iniciado há três anos atrás, quando ela termina já está desatualizada, logo é inútil.

Em segundo, o executivo agarra-se muito à ausência de contributos na discussão pública e vamos ser honestos com os Municípios, quando são necessários todos os serviços da Câmara Municipal, e mesmo assim demoram três a quatro anos para analisar todas as taxas, como é que é possível em trinta dias as pessoas conseguirem dar uma análise séria, justa e real do que é que os almadenses devem neste caso pagar.

Gostava também de ver esclarecida a justificação do aumento, uma vez que nós olhamos para o estado de abandono dos cemitérios e parece-nos que as pessoas pagam uma taxa, mas não obtêm qualquer tipo de contrapartida. Eu convido todos os presentes, amanhã antes de virem para esta Assembleia Municipal, irem por exemplo, ao Cemitério do Monte de Caparica e que me digam com sinceridade, se já não merece pertencer ao pelouro dos espaços verdes, com tantas ervas que lá tem para serem retiradas. Desonesto é aprovarem um Regulamento que mexe diretamente e de forma tão negativa com a vida das pessoas e depois atribuírem desculpas a lapsos de descontos ou pedirem desculpas por não terem efetivamente olhado como deveriam para as taxas.

A última pergunta, já pediram individualmente desculpas a toda a gente que já pagou ou recebeu esta fatura dos ossários? E para o ano vão isentar de forma total quem pagou este ano, de forma a compensar o desconto que não foi feito este ano?"

5.3.3 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Filipe Alves (IL):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Os nossos Municípios falaram e há um tema transversal a quase todas as intervenções que diz respeito, uma vez mais, à questão da higiene urbana.

Dirigia-me diretamente à Senhora Vereador com o pelouro, que refugia-se nos seus quatro meses e meio de mandato para fazer as suas injustificações acerca do estado em que está a Cidade neste momento, pergunto-lhe diretamente, qual é que é o seu plano, qual é que é a sua visão, se tem algum plano para a curto médio prazo resolver estes problemas e quais são esses planos e o que é que pretende fazer nos próximos ou no próximo ano?

Esclareça esta Assembleia Municipal, esclareça os Municípios, por favor."

5.3.4 – O Senhor Deputado Municipal Miguel Ângelo Salvado (PSD):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Dar aqui nota de duas ou três dúvidas que gostaríamos de ver esclarecidas e que achamos que são importantes.

O Senhor Vereador referiu as intervenções da Avenida Dom Sebastião, na Costa da Caparica e da Avenida Sacadura Cabral. Naturalmente, concordamos com a intervenção, com a criação de ciclovias etc. Mas, isto são duas zonas, há mais, em que é necessária uma intervenção no subsolo com alguma rapidez e urgência.



Nós gostaríamos de saber se vamos fazer obra por cima e se não fazemos obra por baixo da estrada nas infraestruturas. Porque principalmente na Costa da Caparica, esta Avenida está constantemente a ter ruturas. No passado esteve previsto, havia estudos, inclusive de desvio da conduta adutora, que na realidade são duas mas era a criação de outra, mas que iria desviar por outro segmento e acho estranho que estejamos a gastar dinheiro, que no limite é sempre bem gasto, mas já sabemos o que é que vai acontecer a seguir, porque as ruturas são mais que muitas.

Por isso gostaríamos de perguntar qual é a estratégia que a Câmara Municipal tem neste domínio.

Segundo, Gostaríamos de saber quando é que está marcada a reunião com os moradores que aqui estiveram presentes ontem, gostaríamos de saber o dia e a hora, quando, porque naturalmente nós também queremos acompanhar o assunto e continuar a perceber o que é que está a ser feito para colmatar esta situação que obviamente a todos nos entristece.”

5.3.5 – O Senhor Deputado Municipal Luís Pedro Durão (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Uma das situações que os munícipes nos têm trazido é relativamente à sua dificuldade no caso das vítimas das intempéries, no realojamento, de convencer os senhorios a aceitar as suas propostas tendo em conta que apesar de existirem as garantias da Câmara Municipal, muitos deles dizem que os senhorios não estão a dar resposta. Eu queria perguntar ao executivo se já pensou tentar fazer o exercício inverso. Isto é, tentar criar uma bolsa dos senhorios, contactar os senhorios, para assim perceber qual é que é a disponibilidade dos mesmos para depois conseguir aqui fazer o casamento entre aquilo que são as necessidades dos munícipes terem casa nesta situação e também a Câmara Municipal tentar convencer que aceitem esta forma de realojamento, tendo em conta que os senhorios estão reticentes a aceitar, tendo em conta o histórico de pouca celeridade do executivo na atribuição das garantias.

Portanto, acho que seria interessante pensarmos aqui neste caso inverso de contactar os senhorios, tentar perceber quais as possibilidades de habitação e tentar casar aqui aquilo são os interesses que são da Câmara Municipal e dos munícipes afetados.”

5.3.6 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Amorim Matias – Presidente da Junta da União das Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Agradecer a presença aqui do Senhor Município António Viana e de mais alguns moradores da Sobreda, relativamente ao projeto “O Meu Bairro”.

Dar nota que o projeto “O Meu Bairro” foi um projeto muito participado, tem impacto também na zona da Sobreda, foi um conjunto de votações de dois espaços, um na Charneca de Caparica outro na Sobreda, acabou por vencer este projeto “O Meu Bairro” na Sobreda. É um projeto importante, tem impacto naquele espaço entre as Torres B1 e B2, vai requalificar um espaço de há muito desqualificado e efetivamente, há aqui um atraso substancial relativamente a este projeto. Já era para estar em construção, não está. O Senhor Vice-Presidente veio aqui explicar que a empresa que ganhou o concurso para fazer as especialidades, não entregou o projeto ou entregou um projeto ou dois, andou-se ali à volta de vários projetos e não se conseguiu chegar a nenhum acordo com eles, isto também já leva alguns meses em que isto aconteceu. Portanto, era necessário e urgente e pedia aqui ao Senhor Vice-Presidente que a Câmara Municipal de Almada, lançasse este projeto final das especialidades o mais urgente possível, para que se pudesse lançar o concurso e requalificar este espaço porque é uma exigência da população, foram eles que foram votar, eles foram estimulados pela Junta de Freguesia, houve uma participação de perto de duas mil pessoas a votarem para esse projeto, havia muita gente envolvida, a Junta também esteve envolvida na divulgação.

Portanto, gostaria muito que a Câmara Municipal de Almada, pusesse esta requalificação desta área da Sobreda e que ela bem precisa.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Depois, dar nota que a E-REDES, a Câmara Municipal de Almada, a situação na Charneca de Caparica e Sobreda, está muito difícil relativamente à E-REDES, temos muitas ruas sem iluminação pública, ainda ontem à noite, quando sai daqui, entre a saída da A33 e a rotunda dos Pombos, que é a última rotunda da Alameda Amália Rodrigues, não tem luz. Entre a rotunda Amália Rodrigues e o Pingo Doce, não há luz. Temos várias áreas da Freguesia sem iluminação, temos feito insistentemente pedidos à E-REDES, com emails e telefonado também e não conseguem resolver nada. Era importante que a Câmara Municipal de Almada interviesse porque a questão da iluminação pública é uma questão de segurança e as pessoas não se sentem bem.

Por último, dar nota que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal falava aqui de um possível debate relativamente à revisão do Regimento, eu faço a proposta que os Presidentes de Junta tivessem o mesmo tempo que tem qualquer município. Temos dois minutos para falar sobre a Junta de Freguesia, não me parece que seja um tempo razoável, acho que pelo menos cinco minutos, o mesmo tempo distribuído aos senhores municípios.”

5.3.7 – O Senhor Deputado Municipal Ricardo Jorge Pita – em substituição e representação da Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica Trafaria (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para intervir em nome da Senhora Presidente da Junta da União das Freguesias de Caparica e Trafaria, para referir, aquilo que foi aqui abordado pela Senhora Deputada Municipal Inês Silva, a questão do Cemitério do Monte de Caparica.

Dizer que, o Cemitério do Monte de Caparica por competência delegada está na gestão da Junta da União das Freguesias de Caparica Trafaria, eu agradeço inclusivamente o convite, porque se os cidadãos se deslocarem ao cemitério, terão o prazer de verificar, que praticamente todos os talhões se encontram devidamente limpos, se não estão limpos, estão pelo menos arrumados uma vez que fomos alvo da mesma intempérie, da mesmo conjunto de intempéries, o comboio de tempestades que se ouviu falar em todo o país, o Monte de Caparica não ficou isento e o Cemitério do Monte de Caparica tem vários danos. Tem danos ao nível das árvores, tem danos ao nível dos muros e as equipas que efetuam o trabalho no cemitério fizeram já a recomposição de campas, neste momento aguardam a deslocação que irá ocorrer na próxima semana do Senhor Diretor Municipal que acompanhará a verificação de todos os muros e moretos que vão ter que ser repostos e como tal nem todos os talhões estão devidamente limpos, mas são mais os que estão limpos do que aqueles que aparecem nas redes sociais e portanto, se se deslocarem ao cemitério essa questão será verificada in loco e é muito mais fácil para a Junta de Freguesia demonstrar o trabalho que efetua.”

5.3.8 – O Senhor Deputado Municipal Mário Daniel Paracana (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Para reiterar a minha questão que foi feita no dia de ontem à Senhora Vereadora Helena Azinheira, questionando se existe algum trabalhador do Departamento da Higiene Urbana que seja forçado a fazer horas extraordinárias e se estas horas extraordinárias são pagas a 50%. É uma questão que gostaríamos de ver esclarecida.”

5.3.9 – A Senhora Vereadora Helena Gil Azinheira (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu até vou começar por responder a um município porque efetivamente, irei verificar com o Senhor António Viana a questão da varredura naquela zona, para perceber o que é que se está a passar, se haverá alguma razão para não ser limpa aquela zona em concreto da Torre B1.

Relativamente ao Senhor Deputado Municipal Carlos Alves, dizer que, nós não nos refugiamos nos quatro meses e meio de mandato, são quatro meses e meio de mandato que temos para apresentar trabalho e durante esse trabalho, estamos em processo de aquisição de três carros de recolha de resíduos sólidos urbanos, uma varredora, entraram mais de dez assistentes operacionais para reforçar as equipas quer da varredura, quer da recolha de resíduos indiferenciados.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Para além disso, articulamos com as diferentes entidades que têm interesse nesta área, nomeadamente as Juntas e Uniões de Juntas de Freguesia com quem reunimos, com a AMARSUL, com a fiscalização municipal, com as forças policiais. Portanto, este é o trabalho que é bastante e que temos desenvolvido nos últimos quatro meses e meio. Obviamente não temos resultados imediatos, mas brevemente ir-se-ão ver na rua.

Relativamente à resposta ao Senhor Deputado Municipal Mário Paracana, obviamente que nenhum trabalhador do Departamento de Higiene Urbana, faz horas a não ser que elas sejam necessárias, acordado com o encarregado operacional e exclusivamente “se” estiver disponível para tal.

Relativamente ao pagamento das horas, no Departamento de Higiene Urbana não fazemos processamento de ordenados, mas na Câmara Municipal de Almada cumprimos a Lei e, portanto, todas as horas serão pagas ao valor estipulado por Lei.”

5.3.10 – O Senhor Vice-Presidente Filipe Alexandre Pacheco (PS).

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

De forma telegráfica responderei a duas questões.

A primeira questão do Senhor Deputado Municipal Miguel Salvado, para certamente lhe arrancar um elogio futuro, porque respondendo à sua questão, a obra é total, estamos a falar de todas as infraestruturas, portanto, na Avenida Dom Sebastião, estamos a falar de uma obra de cerca de 5.000.000.00€ (cinco milhões de euros) e na Avenida Sacadura Cabral cerca de 3.500.000.00€ (três milhões e quinhentos mil euros), portanto, intervenção no subsolo e na parte de cima.

Depois, respondendo ao Senhor Deputado Municipal Luís Durão e eu ouvi com atenção “a pouca celeridade do executivo na disponibilização de garantias”, não me vai obrigar a entrar aqui numa dialética daquilo que tem sido a resposta do atual Governo do PSD, relativamente aquilo que são os apoios afetados pelas intempéries ou pelo menos ao atraso. Portanto, aquilo que eu posso dizer não entrando nessa discussão, e aquilo que tem sido a falta de resposta é que no nosso caso aqui em Almada, e sendo o Concelho do país com maior número de pessoas deslocadas, temos estado em plena articulação com a Senhora Secretária de Estado da Habitação a quem mais uma vez, aproveitamos para agradecer o trabalho que tem sido feito, respondendo à demora, eu ainda ontem aqui referi que só ontem é que veio o protocolo finalmente assinado, relativamente ao Porta de Entrada.

Portanto, aquilo que posso dizer com disse antes, é que as famílias também no âmbito da sua autonomia, devem procurar casas para arrendar e o apoio está lá, porque tal como muitas dessas famílias estavam a arrendar uma habitação, este apoio é precisamente para que o façam e naqueles interstícios que designadamente, a questão das rendas, das cauções, o Município substitui-se e procura apoiar.

Agora, estaremos cá para apoiar, mas também lhe digo uma coisa, é impossível até porque não nos metemos naquilo que é a autonomia da vida de cada família, escolher quais são as casas e os sítios onde vão arrendar, designadamente, porque este programa permite que se arrende casas noutras Freguesias, noutros Concelhos, noutras partes do país. Portanto, é essa autonomia que as famílias devem gozar.”

6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia (Continuação).

6.1 – O Deputado Municipal João Eduardo Galdes (CDU) para apresentar uma Moção/Deliberação “Não às Portagens na A33. Pela eliminação do pagamento de portagens na A33”;

6.1.1. – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Galdes (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

As Freguesias da Charneca de Caparica e da Sobreda têm registado um acentuado crescimento populacional, que transformou um território antes predominantemente rural, numa freguesia essencialmente urbana, constituída por diversos aglomerados populacionais e por núcleos empresariais de relevante dimensão no concelho de Almada e na Península de Setúbal.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

A construção da autoestrada A33, via estruturante incluída na rede viária nacional que resultou de uma contínua e persistente reivindicação das populações que o Poder Local Democrático sempre acompanhou e secundou, teve como objetivo a diminuição da circulação automóvel no interior da Charneca de Caparica e da Sobreda, melhorando a qualidade ambiental e a qualidade de vida das populações, mas também beneficiar a economia permitindo às micro, pequenas e médias empresas uma maior e melhor acessibilidade.

Sem anúncio prévio e sem ouvir as autarquias locais, muito menos as populações, foi imposto pagamento de portagens nesta via estruturante, penalizando os custos com a mobilidade e, invertendo o seu objetivo original, contribuindo para o aumento da intensidade do tráfego rodoviário local.

A introdução destas portagens criou clara desigualdade na acessibilidade a quem reside na Charneca de Caparica e Sobreda. A localização do primeiro pórtico de portagens no “nó da Queimada”, obriga a população residente a sul a um pagamento entre 0.75€ e 1.85€ (a preços atuais, e conforme o tipo de veículo) para poder deslocar-se para as localidades de Marisol, Aroeira ou Fonte da Telha, percorrendo uma distância de apenas 1,2 km.

Para evitar este pagamento, milhares de munícipes utilizam a EN 377, provocando um significativo aumento de tráfego no centro da Charneca de Caparica, e muito frequentemente enormes congestionamentos de trânsito, com tendência para se agravar com o expectável crescimento populacional.

Os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda e na Assembleia Municipal de Almada, desde sempre apresentaram propostas para a sua abolição. Também o grupo parlamentar do PCP na Assembleia da República, tem proposto insistentemente a eliminação das portagens na A33, propostas sempre rejeitadas pela maioria naquele órgão.

Assim, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal delibere:

1 - Exigir ao Governo a abolição imediata do pagamento de portagens no pórtico do nó da Queimada, de forma a minorar os impactos negativos que esta portagem representa para a mobilidade rodoviária no interior do Concelho de Almada.

2 - Exigir ao Governo a abolição definitiva do pagamento de portagens na A33 em toda a sua extensão.

3 - Manifestar apoio e solidariedade aos utentes e suas lutas na exigência da abolição das portagens na A33.”

6.2 – A Deputada Municipal Maria Amélia Pardal (CDU) para apresentar uma Moção/Deliberação “Pela Paz”;

6.2.1 – A Senhora Deputada Municipal Maria Amélia Pardal (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 7.º, números 1, 2, e 3, estabelece o seguinte:

1 - Portugal rege-se nas relações internacionais pelos princípios da independência nacional, do respeito dos direitos do homem, dos direitos dos povos, da igualdade entre os Estados, da solução pacífica dos conflitos internacionais, da não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados e da cooperação com todos os outros povos para a emancipação e o progresso da humanidade.

2 - Portugal preconiza a abolição do imperialismo, do colonialismo e de quaisquer outras formas de agressão, domínio e exploração nas relações entre os povos, bem como o desarmamento geral, simultâneo e controlado, a dissolução dos blocos político-militares e o estabelecimento de um sistema de segurança coletiva, com vista à criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos.

3 - Portugal reconhece o direito dos povos à autodeterminação e independência e ao desenvolvimento, bem como o direito à insurreição contra todas as formas de opressão.

No momento atual, a escalada de confrontação e agressão a que assistimos representa a mais séria ameaça que está colocada aos povos do mundo. O significativo incremento da agressividade de potências militares como os EUA e Israel, em aberto confronto com os princípios da Carta da ONU e o direito internacional, está a ser



responsável pelo sério agravamento da situação internacional, desde logo com o genocídio do Povo da Palestina e com as agressões ao Irão, Líbano, Síria, Venezuela, ou o bloqueio a Cuba, entre outros graves processos.

Utilizando o poder militar, económico, político e de manipulação ideológica, com o alinhamento dos seus aliados, intensificam a chantagem, a desestabilização e a agressão, visando particularmente os países e povos que resistem aos intentos do imperialismo e que afirmam a sua soberania e direitos, procurando impor o seu isolamento económico e político, impedir ou conter o seu desenvolvimento e obstaculizar as suas relações de cooperação no plano bilateral ou multilateral.

Evidencia-se uma concertação na política de confrontação, no militarismo, no aumento das despesas militares, na guerra, no agravamento da exploração e no ataque aos direitos e à soberania dos povos.

Neste contexto, assume particular gravidade a escalada belicista das potências europeias da NATO e da UE, intensificando a propaganda de guerra, agitando falsas ameaças externas para justificar a escalada armamentista, prolongando a guerra na Ucrânia e contrariando possibilidades de diálogo que possam abrir caminho a uma solução política para o conflito, à Paz e à segurança coletiva na Europa. Uma escalada belicista que desvia biliões de euros de recursos públicos para o complexo militar-industrial, principalmente dos EUA, à custa das condições de vida dos trabalhadores e dos povos e do endividamento dos países.

Face à escalada de guerra e confrontação, com as ameaças que comporta, incluindo para o futuro da Humanidade, afirma-se como decisiva a luta dos trabalhadores e dos povos em prol da Paz, dos direitos, da soberania, da solidariedade internacionalista.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada apela ao prosseguimento e ampliação da luta pela Paz e o desarmamento, pela rejeição da militarização da UE, pelo estabelecimento de um sistema de segurança coletiva, assim como da solidariedade com a luta dos povos de todo o mundo, contra a guerra, pela Paz.”

6.3 – A Deputada Municipal Ana Luísa Rodrigues (CDU) para apresentar uma Saudação ao “8 de Março – Dia Internacional da Mulher”;

6.3.1 – A Senhora Deputada Municipal Ana Luísa Rodrigues (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

“A mulher não é só casa

Mulher-loiça, mulher-cama

Ela é também mulher-asa,

Mulher-força, mulher-chama.

É preciso dizer

Dessa antiga condição

A mulher soube trazer

A cabeça e o coração.”

(Poema Mulher, José Carlos Ary dos Santos)

Este é o ano em que celebramos os 50 anos de todos os direitos conquistados com o 25 de Abril de 1974, reunidos num só texto: a Constituição da República Portuguesa. A CRP determina no que às mulheres respeita:

- Igualdade de Género: o artigo 13.º da CRP consagra que ninguém pode ser privilegiado ou descriminado em razão do sexo.

- Direitos Políticos: igualdade no direito de voto e na elegibilidade para cargos públicos.

- Igualdade na família: abolição de distinções legais baseadas no género dentro do casamento e na educação dos filhos.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

- Trabalho e emprego: direito à igualdade de oportunidades no trabalho, salário igual para trabalho igual proteção na maternidade.

- Participação pública: promoção da igualdade na vida pública e privada, incentivando a paridade.

Apesar dos avanços registados, a pobreza tem rosto feminino, com mulheres enfrentando maiores riscos de exclusão social e pobreza extrema devido a disparidades salariais, à precariedade no trabalho, à carga desproporcional de trabalho doméstico não remunerado e menor acesso a recursos. Este círculo vicioso é perpetuado por barreiras educacionais, falta de suporte familiar, passando de geração em geração.

Perduram discriminações de género, em múltiplas dimensões da vida quotidiana das mulheres: no trabalho, na política, na educação, no desporto, em casa, entre outras.

Perduram todas as formas de violência de género, sendo esta um flagelo social e um obstáculo à emancipação feminina. Impõe-se a prevenção, proteção das vítimas e criminalização de abusos, integrando esta luta na defesa dos direitos laborais e sociais das mulheres, que passa por: combate à violência doméstica; à violência no trabalho; à prostituição e tráfico.

No passado dia 8 de Março, os milhares de mulheres que saíram à rua, fizeram-no para festejar os avanços conseguidos, mas sobretudo para reafirmar o compromisso de continuar a lutar pela igualdade no trabalho e na vida, pela exigência de melhores salários e a conciliação da vida profissional com a familiar, pelo fim a todas as formas de violência, pelo cumprimento dos preceitos inscritos na Constituição da República e para que finalmente possamos dizer bem alto:

“Desde que as coisas se tornem

Naquilo que a gente quer

É igual dizer meu homem

Ou dizer minha mulher”

Assim, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal de Almada delibere:

1 - Saudar o Dia Internacional da Mulher.

2 - Saudar as Mulheres Trabalhadoras, Estudantes e Residentes em Almada, apelando à continuação da reivindicação e pela luta de igualdade de direitos e de oportunidades e por serviços públicos – em concreto, pelo reforço dos cuidados de saúde primários e da saúde da mulher; pelo funcionamento pleno do atendimento complementar (nos centros de saúde ou unidades de saúde familiar) e pela reposição de atendimento contínuo nas urgências ginecológica e obstétrica.”

6.4 – A Deputada Municipal Joana Sales Vieira (BE) para apresentar um Voto de Saudação “Pelos 52 Anos do 25 de Abril”;

6.4.1 – A Senhora Deputada Municipal Joana Sales Vieira (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Bloco de Esquerda apresenta hoje a esta Assembleia Municipal, dois votos de saudação que são fundamentais para a nossa memória coletiva, mas sobretudo para o nosso Futuro.

Um sobre os 52 Anos do 25 de Abril de 1974 e outro sobre o Dia das trabalhadoras e dos trabalhadores.

Comemoramos o quinquagésimo segundo aniversário do 25 de Abril de 1974, um dos momentos mais importantes da nossa história coletiva. O vinte e cinco de abril não é apenas importante como uma data simbólica, mas também como um processo de transformação social que modelou o nosso presente e que lança sempre novas sementes para o nosso futuro. A vitória da liberdade e da democracia contra o fascismo e a opressão permitiram iniciar a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna.

Com o 25 de Abril ampliaram-se os direitos de cidadania, implantou-se a democracia e desenvolveu-se o Estado



Social. Conquistou-se o direito à participação política, democratizou-se a educação, criou-se o Serviço Nacional de Saúde e garantiu-se o direito à habitação. Terminou-se com a guerra e o colonialismo português. A Constituição da República consagrou as liberdades e os direitos democráticos, sociais e laborais conquistados no processo revolucionário.

As conquistas económicas e direitos de cidadania alcançados com a revolução de abril não são irreversíveis e devem ser defendidos e protegidos contra a exploração laboral, as discriminações e a violência. Manter vivo o espírito de Abril implica aprofundar a democracia e combater as desigualdades e a exclusão social.

A perda de poder de compra e a precariedade laboral são ataques aos direitos de quem trabalha e um obstáculo à liberdade. Temos de ser firmes no seu combate. A um posto de trabalho permanente deve corresponder um vínculo de trabalho efetivo, defendendo o direito constitucional ao trabalho com direitos. A um salário deve corresponder uma vida digna. Não há verdadeira democracia quando a desigualdade e a exclusão social afetam ainda tanta gente no nosso país, privando-a de muitos dos direitos básicos que Abril nos deu.

Dois mil e vinte seis marca também a aprovação dos 50 anos da Constituição da República Portuguesa. Este marco histórico simboliza a consolidação da democracia em Portugal, garantindo direitos fundamentais e liberdades civis.

A Constituição não é um roteiro de partido. É uma ideia de convivência. Escrita na língua de Camões e Amílcar Cabral. Um texto que nos une, imune ao sectarismo de trincheira.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 28, 29 e 30 de abril de 2026, delibera:

1 - Saudar e evidenciar o 52º aniversário da Revolução como uma comemoração de luta que tem a sua plenitude na rua, espaço público e democrático, cuja participação cumpre com a exaltação da memória e o tributo a todos aqueles que se envolveram na luta contra o fascismo e a ditadura do Estado Novo e se empenharam pela democracia social e laboral e pela implementação de um Estado social, saudando a efeméride por aclamação."

6.5 – A Deputada Municipal Joana Sales Vieira (BE) para apresentar um Voto de Saudação "1.º de Maio, Dia do Trabalhador";

6.5.1 – A Senhora Deputada Municipal Joana Sales Vieira (BE):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No dia 1 de maio de 1886, em Chicago, milhares de trabalhadores saíram às ruas exigindo direitos laborais. Este dia é lembrado pelo slogan que ficou a ecoar na história "Oito horas de trabalho, oito horas de lazer, e oito horas de descanso", mas também pela trágica morte de ativistas, pela repressão policial que disparou cegamente sobre a multidão que exigia direitos e dignidade. Apesar da repressão, trabalhadores/as continuaram a luta, que viria a resultar, anos mais tarde, em ganhos de direitos e de liberdade para a maioria da classe trabalhadora.

Em Portugal, o 1º de Maio de 1974, realizado seis dias após o 25 de Abril, depois de décadas de repressão do Estado Novo, foi uma explosão de democracia nas ruas do país e marcou o início de uma conquista de direitos até aí negados: o Estado Social, a Segurança Social, o direito a cuidados de saúde públicos, à educação, à habitação, o direito ao trabalho com direitos e ao salário, a luta pelo pleno emprego, o reconhecimento às férias e aos subsídios de férias, a proibição dos despedimentos sem justa causa e a instituição, pela primeira vez, do salário mínimo nacional no valor de 3.300\$00 (16,50€). Foi também após esta data que se consagraram ainda o direito à greve, à contratação coletiva e à organização sindical, bem como um novo movimento do trabalho ao nível das empresas, as Comissões de Trabalhadores (CT).

Portugal e o Mundo atravessam hoje períodos difíceis. A crise permanente, o Pacote Laboral e a situação internacional com a Guerra no Irão e na Ucrânia, têm tido consequências impactantes na vida dos trabalhadores e trabalhadoras. Atravessamos, hoje, um momento em que são necessárias respostas mais robustas à perda de rendimentos provocada pelo contínuo aumento do custo de vida, em particular nos preços dos combustíveis, energia e no cabaz essencial.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Por isso, assinalar o 1º de maio é também momento de exigir a melhoria das condições de trabalho, mas acima de tudo a valorização dos salários, a melhoria das condições do trabalho e o alargamento de direitos mostra-se determinante para a recuperação económica e social das e dos trabalhadores.

Assim, a Assembleia de Municipal de Almada, reunida a 28, 29 e 30 de abril de 2026, delibera:

1 - Saudar o 1º de Maio e saudar nele a coragem de todas pessoas que exigem dignidade, defesa da democracia, dos serviços públicos, do emprego, do salário e pensões.

Saudar as lutas das trabalhadoras, trabalhadores e das populações do concelho de Almada que asseguram serviços como a recolha do lixo, a venda de bens essenciais, os transportes, o correio, a limpeza e manutenção das estruturas e a escola pública.”

6.6 – A Deputada Municipal Joana Sales Vieira (BE) para apresentar uma Recomendação “Abertura ao público das Reuniões da Câmara Municipal de Almada”;

6.6.1 – A Senhora Deputada Municipal Joana Sales Vieira (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A transparência é um princípio basilar do Estado de Direito Democrático, sendo imperativo que as decisões da administração local sejam todas de forma aberta e acessível a todas e a todos os cidadãos. Embora o poder local seja o mais próximo das pessoas, é fundamental que este seja um espaço de intervenção pública, onde as e os munícipes possam interpelar o poder político sobre os problemas do seu concelho. Desta forma, a realização de reuniões de Câmara abertas ao público não deve ser encarada como uma mera formalidade, mas sim como o fórum central onde a democracia ganha rosto e voz.

Neste contexto, a abertura das portas da autarquia permite que o escrutínio cidadão atue como um mecanismo de autorregulação e rigor, obrigando a que o debate político seja fundamentado e focado no interesse comum. Mais do que a simples prestação de contas, esta abertura fomenta uma cultura de corresponsabilidade. Ao permitir que os munícipes interpelem os eleitos, criam-se as condições para que a política local deixe de ser um exercício unidirecional e passe a ser um diálogo dinâmico. Um concelho que privilegia este contacto direto é um concelho mais resiliente, onde a transparência serve de antídoto ao desinteresse cívico e à desconfiança institucional.

A decisão da Presidente da Câmara Municipal de Almada de reduzir a frequência das reuniões públicas enfraquece o elo de confiança entre eleitos e eleitores. Mais do que isso, retira aos munícipes o seu espaço de intervenção, comprometendo a transparência e a qualidade do debate público no concelho. Perante esta restrição da participação cidadã, a Assembleia Municipal não pode permanecer omissa.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida nos dias 28, 29 e 30 de abril de 2026 delibera:

1 - Recomendar à Presidente da Câmara Municipal de Almada a reposição da periodicidade anterior das reuniões abertas, garantindo que a participação do público e o direito à intervenção direta dos munícipes voltem a ser a regra em todas as reuniões ordinárias, e não uma exceção mensal;

2 - Recomendar à Presidente da Câmara que garanta o direito de intervenção dos munícipes em todas as sessões abertas.”

6.7 – A Deputada Municipal Rosa Maria Mendes (PS) para apresentar uma Saudação ao “Programa “Estou Aqui! Crianças” – Edição 2026”;

6.7.1 – A Senhora Deputada Municipal Rosa Maria Mendes (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O programa “Estou Aqui! Crianças”, criado em 2012, é um programa nacional de segurança infantil que distribui pulseiras gratuitas com um código único para facilitar a identificação e o reencontro rápido de crianças que se separam temporariamente dos seus familiares.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Como tal, constitui-se como uma medida pública de proximidade com impacto nacional, reforçando a proteção das crianças e a capacidade de resposta das autoridades em situações de desaparecimento temporário.

Ao longo de 14 anos, foram distribuídas mais de 708 mil pulseiras, incluindo 94.043 em 2025 e 9.002 já em 2026, números que evidenciam a confiança das famílias e a relevância social do programa.

O mecanismo permitiu o reencontro rápido de 63 crianças, demonstrando a eficácia de soluções simples e acessíveis na promoção da segurança infantil.

A escolha da Escola Básica n.º 1 do Feijó, em Almada, para o lançamento da edição 2026, no passado dia 11 de março de 2026, reforçou o papel do concelho como território comprometido com políticas públicas que valorizam a infância, a educação e a segurança das comunidades.

A cerimónia envolveu cerca de 250 crianças, num conjunto de iniciativas pedagógicas promovidas pela PSP, que aproximam as forças de segurança das escolas e das famílias, fortalecendo a confiança e a cidadania.

Os parceiros desta iniciativa, concretamente, a Fundação MEO, a Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, a Rádio Comercial, a Missing Children Europe, o Instituto de Apoio à Criança e a DGEstE, contribuem, anualmente, para uma estratégia nacional que articula tecnologia, prevenção e bem-estar demonstrando como a cooperação entre entidades públicas e privadas pode gerar impacto social positivo.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 28, 29 e 30 de abril de 2026, delibera:

1 - Saudar a Polícia de Segurança Pública, por mais uma edição do Programa “Estou aqui! Crianças”, pelo investimento continuado em programas de prevenção e pela promoção de uma cultura de segurança infantil assente na proximidade às comunidades educativas;

2 - Saudar a Fundação MEO, a Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, a Rádio Comercial, a Missing Children Europe, o Instituto de Apoio à Criança e a DGEstE, pela capacidade de mobilizar recursos e inovação tecnológica ao serviço das famílias;

3 - Saudar a comunidade educativa da Escola Básica n.º 1 do Feijó, e as famílias que aderem ao programa, pela participação ativa e pelo acolhimento da sessão inaugural da edição 2026 – numa contribuição especial para uma sociedade mais preparada, informada e consciente da importância da proteção das crianças;

4 - Recomendar à Câmara Municipal de Almada, em articulação com as entidades envolvidas, a divulgação local e apelo à inscrição das famílias no programa, em todas as escolas do concelho e instituições públicas e privadas que sirvam a infância, no município de Almada.”

6.8 – A Deputada Municipal Rosa Maria Mendes (PS) para apresentar uma Moção “Pela defesa da expressão pública das Autarquias em causas e datas de interesse social”;

6.8.1 – A Senhora Deputada Municipal Rosa Maria Mendes (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Projeto de Lei n.º 255/XVII/1 que estabelece as regras de Utilização de Bandeiras em Edifícios de Carácter Público, proíbe o hastear de bandeiras não institucionais em edifícios públicos, impedindo, consequentemente, gestos simbólicos de solidariedade que, ao longo dos anos, têm representado o compromisso das autarquias com a dignidade humana, a igualdade e a defesa das minorias.

Esta proibição atinge bandeiras que representam vidas, lutas e direitos, como a bandeira LGBTQIA+, usada para assinalar o combate à discriminação, as bandeiras da Ucrânia e da Palestina, frequentemente erguidas em solidariedade com populações vítimas de guerra e até as bandeiras dos projetos Eco-Escolas.

As autarquias são, historicamente, a primeira linha de resposta social, promovendo políticas de inclusão, acolhimento e combate à discriminação — e os símbolos públicos fazem parte dessa missão.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Impedir um município de hastear uma bandeira em defesa de pessoas mais vulneráveis, à partida, não protege a neutralidade do Estado; limita, isso sim, a capacidade dos mesmos de se colocarem ao lado dos direitos humanos e alimenta guerras culturais de outrora.

A democracia fortalece-se também quando os órgãos do poder local podem afirmar, de forma clara e visível, que não são neutros perante a violência, o ódio ou a exclusão de uma das suas partes.

Relembramos: Almada, território de muitos.

A diversidade que caracteriza os Almadenses — num território único, inspirador, multicultural e solidário, onde todos encontram o seu espaço — não pode ficar indiferente à retirada, por via legal, de uma possibilidade de o município continuar a afirmar-se publicamente na defesa dos mais vulneráveis e na promoção de igualdade para todos os que fazem parte desta comunidade.

Porque, perante as imensas lutas diárias que tantas pessoas atravessam, todas as formas de expressão são poucas, e cada gesto público conta na construção de uma comunidade mais justa e igualitária.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária, nos dias 28, 29 e 30 de abril de 2026, delibera:

- 1 - Expressar oposição à limitação imposta pela nova lei, por considerar que ela restringe papel das autarquias na promoção dos direitos humanos;
- 2 - Afirmar que este município não abdica de se posicionar ao lado das pessoas mais vulneráveis e comprometer-se a continuar a assinalar publicamente datas relevantes, como por exemplo, o Dia Internacional contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia, o Dia Internacional da Mulher, o Dia da Luta Contra o Racismo - utilizando todos os meios simbólicos e comunicacionais que a lei não proíba;
- 3 - Recomendar à Assembleia da República a alteração do diploma, de forma a garantir que causas sociais e de direitos humanos não sejam tratadas como propaganda ideológica e assegurar a autonomia dos Municípios, nesta matéria;

Em caso de aprovação da presente moção, a mesma deverá ser remetida ao Presidente da República, ao Governo, à Assembleia da República, à Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, à ILGA Portugal, à AMPLOS - Associação de Mães e Pais pela Liberdade de Orientação Sexual e Identidade de Género, à Associação Nacional de Municípios Portugueses e às organizações locais de defesa dos direitos humanos.”

6.9 – O Deputado Municipal Ivo Filipe Almeida (PS) para apresentar uma Saudação aos “50 anos da aprovação da Constituição da República Portuguesa”;

6.9.1 – O Senhor Deputado Municipal Ivo Filipe Almeida (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A 2 de abril de 1976, menos de dois anos volvidos desde o derrube do fascismo, a Assembleia Constituinte aprovou, com os votos favoráveis da esmagadora maioria dos seus membros, a Constituição da República Portuguesa. Promulgada no mesmo dia, entrou em vigor a 25 de abril de 1976, data em que se realizaram as primeiras eleições para a Assembleia da República, dando origem à I Legislatura e ao I Governo Constitucional. No decurso do mesmo ano, e igualmente sob a égide da Constituição, os Portugueses elegeram o Presidente da República, as Assembleias Regionais dos Açores e da Madeira, e os órgãos das Autarquias Locais.

Pese embora se mantivesse um papel relevante das forças armadas na vida política do país (através do Conselho de Revolução, que viria a ser substituído pelo Conselho de Estado na Revisão Constitucional de 1982, consagrando assim a consolidação democrática da República Portuguesa), a Constituição estabelecia Portugal como um Estado de Direito Democrático, assente no sufrágio direto, secreto e universal, na igualdade perante a lei, na liberdade de reunião e associação, na liberdade de expressão, nos direitos laborais e na garantia dos direitos sociais.



Desde o primeiro momento, a Constituição não foi inteiramente consensual. Sem prejuízo da larga maioria que a aprovou, não houve unanimidade no dia 2 de abril, ou em qualquer das Revisões Constitucionais que se sucederam. A falta de unanimidade, porém, é um sinal equívoco da sua força e legitimidade – bem como do regime que estabeleceu. A Constituição não se pretende unânime em todo o seu texto, mas sim constituir-se como chão comum a todos os Portugueses na definição dos princípios e regras da vida democrática.

Por lhe ser reconhecida legitimidade por todos, inclusivamente por aqueles que exprimiram o seu voto em sentido contrário, a Constituição da República Portuguesa distingue-se marcadamente dos textos que a antecederam. Ao contrário da Constituição de 1933, que nas palavras do Deputado Constituinte Jorge Miranda “(...) era soberanamente desprezada não apenas pelos órgãos do poder político como também, infelizmente, pelos cidadãos que sabiam que nela não encontravam a verdadeira garantia dos seus direitos.”, a Constituição de 1976 resulta da soberania popular, assenta nela, e é por ela amplamente reconhecida.

No plano económico e social, o surgimento de um novo paradigma para Portugal foi igualmente inegável. Pondo fim a 48 anos de Ditadura Militar e Estado Novo, o 25 de abril – e a Constituição que dele originou – não significou apenas um Estado de Direito Democrático. Dele adveio uma descida estrondosa nos índices de mortalidade infantil, uma subida marcada nas taxas de literacia, a criação do Serviço Nacional de Saúde, a Escola Pública gratuita e universal, o aumento da rede de transportes e infraestruturas, e a adesão à União Europeia. Nas Autarquias, a consagração do Poder Local Democrático

significou, de norte a sul do país, a construção massiva de redes de água e saneamento básico, a construção de habitação pública, a promoção do associativismo, e a diversificação e massificação da oferta cultural e desportiva às populações.

Naturalmente, uma homenagem à Constituição é também uma homenagem às mulheres e homens que a redigiram. No contexto do Processo Revolucionário em Curso, após quase cinco décadas de tirania fascista, os Deputados Constituintes souberam dar valioso cumprimento à sua tarefa. No seu discurso na Sessão Inaugural da Assembleia Constituinte, o Presidente da Assembleia Henrique Barros avisava “A História, juiz implacável, dirá um dia se fomos ou não capazes de desempenhar cabalmente a missão que o eleitorado nos atribuiu, nessa grande e inesquecível jornada cívica que foi o 25 de abril de 1975.”. 50 anos volvidos desde o encerramento dos seus trabalhos, todos os Portugueses podem afirmar com confiança que essa missão foi cabalmente cumprida.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 28, 29 e 30 de abril de 2026, delibera:

1 - Saudar, na ocasião do seu 50.º aniversário, a Constituição da República Portuguesa, e em especial, saudar a inclusão de todos os princípios, direitos, liberdades e garantias que regulam o nosso Estado de direito;

2 - Saudar os Deputados e Deputadas Constituintes, em especial os almadenses, pelo cabal cumprimento da sua missão cívica e política perante Portugal e os Portugueses.”

6.10 – O Deputado Municipal Ivo Filipe Almeida (PS) para apresentar uma Saudação ao “1.º de Maio – Dia do Trabalhador”;

6.10.1 – O Senhor Deputado Municipal Ivo Filipe Almeida (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Dia Internacional do Trabalhador, celebrado a 1 de Maio, assinala a histórica luta dos trabalhadores por direitos, dignidade e justiça social, tendo origem nas manifestações operárias de Chicago, em 1886, que marcaram para sempre a afirmação universal dos direitos laborais.

Em Portugal, a celebração do 1.º de Maio remonta a 1890, tendo sido interrompida durante o período da ditadura, entre 1926 e 1974, altura em que os trabalhadores foram privados da liberdade de organização e reivindicação. Só com a Revolução de Abril foi restituído o direito de celebrar livremente esta data maior da democracia e da justiça social.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Em 2026, o 1.º de Maio continua a afirmar-se como símbolo vivo da valorização do trabalho e da defesa dos direitos conquistados, num tempo em que persistem novos e complexos desafios no mundo laboral.

Vivemos uma época marcada por profundas transformações económicas, tecnológicas e sociais: a digitalização, a automação, o impacto da inteligência artificial, o crescimento de formas atípicas de emprego, o teletrabalho, bem como a necessidade de assegurar equilíbrio entre vida profissional e pessoal, colocam novas exigências à proteção dos trabalhadores.

Ao mesmo tempo, continuam presentes problemas estruturais como a precariedade laboral, os baixos salários, a desigualdade salarial entre mulheres e homens, a dificuldade de acesso dos jovens a emprego estável e qualificado, e os desafios colocados pelo aumento do custo de vida, que afetam diretamente milhares de famílias portuguesas.

Celebrar o 1.º de Maio é, por isso, reafirmar o compromisso com:

- A dignificação do trabalho;
- Salários justos e pensões dignas;
- Emprego com direitos;
- Igualdade no acesso e progressão profissional;
- Proteção social robusta;
- Valorização das novas gerações no mercado de trabalho.

Neste dia, importa igualmente reconhecer e homenagear todos os trabalhadores e trabalhadoras que, com o seu esforço diário, contribuem para o desenvolvimento do país, das comunidades locais e da nossa freguesia, em todas as áreas de atividade.

O progresso económico e social só é plenamente justo quando assenta no respeito pela dignidade humana, na valorização do trabalho e na promoção de oportunidades para todos.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida na sessão ordinária nos dias 28, 29 e 30 de abril de 2026, saúda todos os trabalhadores e trabalhadoras neste 1.º de Maio de 2026.”

6.11 – A Deputada Municipal Maria Tomaz Palma (PS) para apresentar uma Saudação “Os jovens na eleição do Senhor Presidente da República Portuguesa”;

6.11.1 – A Senhora Deputada Municipal Maria Tomaz Palma (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A eleição de António José Seguro como Presidente da República representa uma vitória clara da democracia portuguesa e um momento de união nacional. Uma vitória construída com o contributo de cerca de dois terços dos portugueses, vindos de diferentes sensibilidades políticas, em torno de uma visão equilibrada, responsável e humanista — e uma visão que conseguiu também envolver uma nova geração na vida democrática do país.

Este resultado traduz igualmente uma confiança renovada nos valores fundamentais da nossa democracia: a seriedade na vida pública, a importância do diálogo e a capacidade de construir entendimentos, mesmo num contexto em que estes são cada vez mais exigentes. Por todo o país, os jovens responderam de forma clara, mostrando que a geração mais qualificada de sempre continua comprometida com soluções responsáveis e com a ideia de que os problemas, da rua ao país, se resolvem com equilíbrio, bom senso e sentido de responsabilidade.

A maioria dos portugueses continua a traçar uma linha clara: a democracia não está em causa. Com todas as suas imperfeições, é ela que garante algo essencial: a liberdade de pensar diferente, de criticar e de participar. E é particularmente relevante que esta consciência esteja hoje bem presente entre os mais jovens.



Estamos, por isso, também perante uma afirmação dos valores de Abril: liberdade, dignidade, tolerância e respeito pela diversidade. Valores que rejeitam o extremismo, o populismo e qualquer forma de intolerância, independentemente da sua origem.

Com a convicção de que a Presidência de António José Seguro será um fator de estabilidade, diálogo e coesão, reconhecemos igualmente que esse caminho não se faz sozinho. Cabe-nos a todos, e em especial às gerações mais jovens, continuar a participar, a exigir mais e a contribuir para uma sociedade mais aberta, mais justa e mais inclusiva, onde haja espaço real para a voz e o futuro de quem vem a seguir. E esse futuro só será próspero através de reformas, incentivadas por Belém, que garantam que a geração mais qualificada de sempre consiga, de forma plena, desenvolver o seu projeto de vida na nossa terra.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária no dia 29 de abril de 2026 saúda a eleição de António José Seguro como Presidente da República, reiterando o compromisso de continuar a valorizar a participação cívica, o envolvimento dos jovens e a defesa intransigente dos princípios democráticos que estruturam o nosso Estado de Direito.”

6.12 – A Deputada Municipal Geizely Glicia Fernandes (LIVRE) para apresentar uma recomendação “Valorização e apoio à Pesca Artesanal com Arte Xávega”;

6.12.1 – A Senhora Deputada Municipal Geizely Glicia Fernandes (LIVRE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A arte xávega constitui uma das mais antigas e emblemáticas tradições piscatórias da costa portuguesa, sendo praticada na Costa de Caparica há várias gerações. Esta técnica de pesca artesanal foi inscrita no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial em 2017, mediante candidatura apresentada pelo Município de Almada à Direção-Geral do Património Cultural, e distinguida com o Prémio Europeu do Património em 2023, reconhecimentos que atestam o seu valor cultural e identitário excecional.

A própria Assembleia Municipal de Almada, em deliberação de 25 de setembro de 2015, reconheceu que a inscrição da arte xávega no Património Cultural Imaterial potenciaria "a promoção cultural, a salvaguarda do património, a defesa de uma atividade económica de significativa expressão, e a divulgação e promoção turística desta região, fatores que são fortemente suscetíveis de representar um impacto económico muito positivo em todo o tecido económico e social da Costa de Caparica e de Almada".

A nível nacional, a Resolução da Assembleia da República n.º 93/2013, de 8 de julho, aprovada por unanimidade de todos os grupos parlamentares, recomendou ao Governo um conjunto alargado de medidas de valorização da arte xávega, incluindo a promoção da venda direta do pescado, o alargamento da rede de infraestruturas para primeira venda e a criação de condições para a sustentabilidade económica da atividade. Esta unanimidade parlamentar reflete o reconhecimento transversal do valor patrimonial e socioeconómico desta arte de pesca tradicional.

Segundo dados oficiais da Câmara Municipal de Almada, oito companhas mantêm-se atualmente ativas entre a Costa de Caparica e Fonte da Telha, integrando cada uma cerca de duas dezenas de pessoas, organizadas em dois grupos: tripulação de mar e de terra. A atividade representa aproximadamente 40% da economia local desta zona costeira, constituindo não apenas um património cultural vivo, mas também um pilar fundamental do tecido socioeconómico da comunidade.

O enquadramento legal vigente já prevê as condições necessárias para o exercício desta atividade. O Plano de Ordenamento da Orla Costeira Alcobaca-Cabo Espichel (POC-ACE), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 66/2019, identifica expressamente a Costa de Caparica como Núcleo de Pesca Local, Arte de Xávega e estabelece, designadamente: acessos não regularizados de uso condicionado entre as instalações de apoio e o areal; reserva de área no areal para estacionamento de embarcações; reserva de área para armazéns de apoio à atividade; corredores de acesso ao plano de água com largura mínima de 50 metros; possibilidade de instalações de conservação e comercialização das capturas; e sinalização obrigatória dos corredores de acesso e zonas de estacionamento.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

A Lei n.º 50/2018 e o Decreto-Lei n.º 97/2018 transferiram para os municípios competências na gestão de praias, incluindo a capacidade de concessionar, autorizar, licenciar e fiscalizar atividades nas praias, bem como gerir acessos e circulação rodoviária. A Câmara Municipal de Almada dispõe, portanto, de todos os instrumentos legais necessários para implementar a regulamentação prevista no POC-ACE.

Não obstante este enquadramento favorável, a comunidade piscatória enfrenta constrangimentos operacionais significativos. Durante o período balnear, a proibição de circulação de tratores entre as 10h00 e as 18h30 impede a pesca diurna, precisamente quando se capturam as espécies de maior valor comercial, como a lula e a sardinha. Esta limitação reduz substancialmente a rentabilidade da atividade e compromete o sustento das famílias que dela dependem.

A Associação Ala-Ala, Associação para a Defesa da Pesca Artesanal, Local e Costeira e Apoio Social aos Pescadores, enviou à Câmara Municipal de Almada dois ofícios solicitando a regulamentação de corredores de circulação, sem que tenha obtido qualquer resposta até à presente data.

Importa ainda recordar que a Câmara Municipal de Almada apresentou candidatura ao Programa Operacional MAR 2020 para "Valorização da Pesca Artesanal e Instalação do Museu Vivo da Arte-Xávega na Costa de Caparica", tendo a candidatura obtido avaliação positiva. Desconhece-se, contudo, o estado atual de execução deste projeto.

Outros municípios portugueses têm demonstrado boas práticas no apoio à pesca artesanal tradicional, nomeadamente através de protocolos de compatibilização entre a atividade piscatória e o uso balnear, apoios financeiros estruturados às companhias e investimento em infraestruturas de apoio.

Nestes termos, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, o partido LIVRE, representado na Assembleia Municipal de Almada pela Deputada Municipal Única Geizely Fernandes, vem recomendar à Câmara Municipal que:

1. Elabore e aprove, com carácter de urgência, e preferencialmente antes do início do período balnear de 2026, regulamentação municipal que implemente os corredores de acesso e circulação previstos no POC-ACE para os núcleos de pesca local associados à arte xávega, estabelecendo as condições, horários e zonas de operação que permitam compatibilizar a atividade piscatória tradicional com a utilização balnear;
2. Responda formalmente aos ofícios da Associação Ala-Ala (ref. 20/25 e 01/26), apresentando um calendário concreto para a implementação das medidas solicitadas;
3. Promova a articulação com a Capitania do Porto de Lisboa, o ICNF e a Associação Ala-Ala para a definição de um protocolo de compatibilização entre a pesca tradicional e a época balnear, tomando como referência o modelo implementado em Sesimbra;
4. Preste esclarecimentos sobre o estado de execução do projeto aprovado pelo GAL ADREPES no âmbito do MAR 2020 para reabilitação dos alvéolos de apoio à pesca na Costa de Caparica, incluindo eventuais obstáculos à sua concretização e calendário previsto para conclusão;
5. Estude a viabilidade de criação de um programa municipal de apoio às companhias de arte xávega, incluindo apoio financeiro anual e assistência técnica para acesso a financiamento comunitário (FEAMPA 2021-2027)¹⁷ destinado à modernização da frota e infraestruturas;
6. Diligencie junto da Docapesca18 a criação de condições para comercialização do pescado da arte xávega, nomeadamente através do alargamento do horário de funcionamento da Lota durante a época alta e da abertura matinal para venda do pescado capturado durante a madrugada;"

6.13 – A Deputada Municipal Geizely Glicia Fernandes (LIVRE) para apresentar uma Recomendação "Auditoria aos licenciamentos em zonas de risco geológico e mecanismos de proteção dos proprietários afetados";

6.13.1 – A Senhora Deputada Municipal Geizely Glicia Fernandes (LIVRE):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



Considerando que:

1 - Em fevereiro de 2026 ocorreu uma derrocada da arriba em Santo António, Costa da Caparica, que levou à evacuação de habitações e à perda da possibilidade de utilização de bens legalmente constituídos pelos respetivos proprietários;

2 - Essas habitações foram erigidas ao abrigo de Pedidos de Informação Prévia (PIP) e de licenças de construção emitidas pela Câmara Municipal de Almada, tendo os proprietários confiado, legitimamente, na conformidade do ato administrativo de licenciamento;

3 - Os proprietários afetados afirmam não ter sido informados, à data da aquisição ou do licenciamento, da existência de risco geológico associado aos terrenos, risco esse que também não constava do Plano Diretor Municipal em vigor à data;

4 - Nos termos do artigo 96.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio), compete aos municípios a identificação e a cartografia dos riscos no Plano Diretor Municipal, bem como a sua reavaliação periódica em função do conhecimento técnico disponível;

5 - A Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro, que aprova o Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais Entidades Públicas, prevê que a omissão de informação sobre riscos conhecidos ou cognoscíveis pode, nas circunstâncias aplicáveis, fundamentar responsabilidade das entidades públicas, incluindo as autarquias;

6 - A crise dos desalojamentos em Almada afeta, conforme reportado, 476 pessoas evacuadas no concelho e 150 famílias sem solução de realojamento definitivo, constituindo uma situação de emergência habitacional que justifica intervenção municipal articulada;

Nestes termos, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, o partido LIVRE, representado na Assembleia Municipal de Almada pela Deputada Municipal Única Geiziely Fernandes, vem recomendar à Câmara Municipal que:

1 - Realize, no prazo de 90 dias, uma auditoria interna ao universo de Pedidos de Informação Prévia e licenças de construção emitidos nos últimos 20 anos para habitações localizadas em zonas atualmente classificadas como de risco geológico na faixa costeira do concelho, e torne público um relatório com os resultados agregados dessa auditoria, salvaguardando os dados pessoais dos proprietários;

2 - Apresente à Assembleia Municipal, no prazo de 60 dias, uma proposta de mecanismo específico de proteção, compensação ou realojamento prioritário para os proprietários cuja habitação tenha sido licenciada pela Câmara Municipal de Almada e que se encontrem impedidos de a utilizar por razões de risco não sinalizado à data do licenciamento;

3 - Publique, com periodicidade mensal e enquanto durar a crise, um boletim de situação dos moradores evacuados em Santo António e noutras zonas afetadas, incluindo número de famílias, tipologia de alojamento provisório e previsão de solução definitiva;

4 - Diligencie formalmente junto do Governo no sentido de obter a declaração de situação de calamidade para as zonas afetadas do concelho, viabilizando o acesso ao programa “Turismo Acolhe” e a outros instrumentos nacionais de apoio;

5 - Apresente, até ao final do primeiro semestre de 2026, um calendário vinculativo para a revisão do Plano Diretor Municipal com vista à atualização integral da cartografia de riscos geológicos, hidrológicos e costeiros do concelho, em articulação com o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil e com o Plano Municipal de Ação Climática;

6 - Constitua um canal de comunicação direta e permanente com as famílias afetadas, garantindo informação atualizada, acompanhamento social e acesso a apoio jurídico quando solicitado.”



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

6.14 – A Deputada Municipal Geiziely Glicia Fernandes (LIVRE) para apresentar uma Recomendação “Criação de um Programa Municipal de Comunidades de Energia Renovável (CER) em Almada”;

6.14.1 – A Senhora Deputada Municipal Geiziely Glicia Fernandes (LIVRE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Considerando que:

1 - A Diretiva Europeia 2018/2001 (RED II), transposta para o ordenamento jurídico português pelo Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro, criou o enquadramento legal para a constituição de Comunidades de Energia Renovável (CER), permitindo a produção, partilha e armazenamento de energia renovável a nível local, com benefícios ambientais, sociais e económicos para as comunidades envolvidas;

2 - Portugal registou, em 2024, 791 processos ativos de licenciamento de autoconsumo coletivo e CER (775 ACC e 16 CER formais), com 2.116 MW de capacidade instalada em UPAC (99% fotovoltaica), num crescimento superior a 115 vezes desde janeiro de 2023, demonstrando a maturidade e viabilidade deste modelo;

3 - A taxa de pobreza energética em Portugal se situa nos 20,8%, a mais elevada da União Europeia, afetando desproporcionalmente famílias em bairros sociais e habitação pública, e que as CER constituem um instrumento comprovado de redução desta desigualdade através da partilha de energia a custo reduzido;

4 - O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), através do Fundo Ambiental, disponibilizou 75 milhões de euros para apoio a projetos de autoconsumo coletivo e CER (C13), com comparticipações que podem atingir 60 a 80% do investimento, e que o PT2030 prevê a continuação deste financiamento;

5 - Almada possui condições particularmente favoráveis para a implementação de CER: irradiação solar de 1.400 a 1.500 kWh/m²/ano, uma agência municipal de energia (AGENEAL) com competências técnicas reconhecidas, experiência acumulada através do projeto-piloto Sun4All em habitação social (Rua dos 3 Vales), e um conjunto vasto de edifícios públicos municipais (escolas, equipamentos desportivos, centros de saúde) com coberturas disponíveis para instalação fotovoltaica;

6 - Vários municípios portugueses demonstraram já a viabilidade de CER municipais, designadamente Vila Boa do Bispo (Marco de Canaveses), com uma poupança anual de 5.500 euros na primeira CER de freguesia, Cascais (Smart Pole e modelo inclusivo de Bicesse, com 20 famílias vulneráveis integradas e redução de 30% nas faturas), e Montemor-o-Novo (342 kWp em operação desde 2008);

Nestes termos, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, o partido LIVRE, representado na Assembleia Municipal de Almada pela Deputada Municipal Única Geiziely Fernandes, vem recomendar à Câmara Municipal que:

1 - Crie um Programa Municipal de Comunidades de Energia Renovável (CER Almada), com metas quantificadas, calendário de implementação e dotação orçamental própria, orientado para a produção e partilha de energia renovável a nível local;

2 - Mobilize a AGENEAL como entidade facilitadora e coordenadora técnica do programa, assegurando o apoio técnico, jurídico e administrativo necessário à constituição de CER, incluindo o acompanhamento dos processos de licenciamento junto da DGEG;

3 - Disponibilize as coberturas de edifícios municipais (escolas, pavilhões desportivos, edifícios administrativos, estacionamento) para instalação de sistemas fotovoltaicos integrados em CER, começando por um projeto-piloto em, pelo menos, três equipamentos municipais até ao final de 2027;

4 - Priorize os bairros sociais municipais e as famílias em situação de pobreza energética na implementação das CER, replicando e escalando a experiência do projeto-piloto Sun4All (*Solar Energy for All*), garantindo que a transição energética não deixa ninguém para trás;



5 - Realize um diagnóstico atualizado do potencial solar municipal e da pobreza energética no concelho, identificando as zonas, edifícios e populações prioritárias, e publicando os resultados de forma acessível aos cidadãos;

6 - Submeta candidaturas aos instrumentos de financiamento disponíveis, designadamente ao Fundo Ambiental/PRR (C13), ao PT2030, e ao *European Energy Communities Facility*, para financiamento da instalação de sistemas fotovoltaicos e da criação de CER em edifícios municipais e habitação social;

7 - Promova ações de informação e capacitação cidadã sobre CER, direitos dos consumidores de energia, e mecanismos de apoio disponíveis, em parceria com juntas de freguesia, associações de moradores e cooperativas locais, promovendo a participação ativa dos cidadãos na transição energética;

8 - Apresente à Assembleia Municipal, no prazo de seis meses, um relatório com o diagnóstico realizado, o plano de implementação das CER, as candidaturas submetidas e o calendário previsto para as primeiras instalações."

6.15 – A Deputada Municipal Geziely Glicia Fernandes (LIVRE) para apresentar uma Recomendação "Festival Intermunicipal do Estuário do Tejo - Criação de evento de escala Metropolitana de valorização ambiental, histórica e cultural";

6.15.1 – A Senhora Deputada Municipal Geziely Glicia Fernandes (LIVRE):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

«E vós, Tágides minhas, pois criado / Tendes em mim um novo engenho ardente, / Se sempre em verso humilde celebrado / Foi de mim vosso rio alegremente, / Dai-me agora um som alto e sublimado, / Um estilo grandiloquo e corrente.»

Luís de Camões, *Os Lusíadas*, Canto I, estância 4

As ninfas do Tejo habitam a literatura portuguesa desde o século XVI. Camões invocou-as na abertura de *Os Lusíadas* como guardiãs do rio que viu partir a frota de Vasco da Gama e receber o mundo de volta. Na tradição greco-latina das náiades, as ninfas de água são protetoras dos rios, lagos e estuários que habitam; são entidades que morrem quando o seu território morre, e que florescem quando esse território é amado e preservado.

O Estuário do Tejo é esse território. É o ponto de chegada de mais de mil quilómetros de rio, o lugar onde a água doce encontra o Atlântico e onde, durante séculos, se cruzaram a cultura piscatória das margens, a memória das partidas e regressos, a indústria que moldou as duas margens e as aves que escolheram este estuário para invernar entre a Sibéria e África. As ninfas de Camões não são figura de ornamento: são o símbolo de uma relação entre um povo e o seu rio — relação que cinquenta anos de Reserva Natural ajudaram a preservar, mas que precisa agora de ser celebrada, partilhada e transmitida.

Esta recomendação convida Almada, cidade na margem sul, cidade de frente voltada para o rio desde sempre, que tome a iniciativa de reunir os municípios ribeirinhos em torno do que é de todos.

Considerando que:

1 - A Reserva Natural do Estuário do Tejo completa, em 2026, cinquenta anos sobre a sua criação pelo Decreto-Lei n.º 565/76, de 19 de julho, sendo este o maior estuário de Portugal e a mais importante zona húmida do país, uma das mais relevantes da Europa, Zona de Proteção Especial ao abrigo da Diretiva Aves (2009/147/CE) e parte integrante da Rede Natura 2000 — efeméride que oferece uma oportunidade histórica e politicamente consensual para um gesto de cooperação intermunicipal;

2 - O estuário do Tejo pode reunir mais de cem mil aves aquáticas em simultâneo durante os picos de invernada, entre as quais o flamingo, o colhereiro e o alfaiate, constituindo um dos ecossistemas de maior valor ecológico do continente e impondo deveres de preservação ativos por parte dos municípios ribeirinhos;

3 - A diversidade tipológica de embarcações tradicionais do Tejo, designadamente fragatas, varinos, faluas e catraios, constitui um dos mais importantes conjuntos do património náutico fluvial europeu, cuja preservação



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

tem sido assegurada pela ação conjunta de associações náuticas e câmaras municipais ribeirinhas, estando viva no território a memória da cultura avieira, da pesca artesanal e da história industrial das suas margens;

4 - Almada tem na sua frente ribeirinha uma herança estuarina de grande densidade, do Cais do Ginjal ao antigo estaleiro da Margueira, que merece uma leitura cultural à altura da sua importância histórica e da centralidade do município na Área Metropolitana de Lisboa e que as comunidades piscatórias de Cacilhas e da Trafaria e a tradição dos cacilheiros fazem parte da identidade coletiva do município;

5 - A Área Metropolitana de Lisboa não dispõe ainda de um evento que celebre de forma conjunta este património, quando outros territórios portugueses e europeus dispõem há décadas de festivais com esta vocação: do *Festival Terras sem Sombra* no Alentejo ao *Festival de Loire* em Orleães, ao *Totally Thames* em Londres ou ao *Wereldhavendagen* em Roterdão, constituindo esta ausência uma lacuna cultural que importa suprir;

6 - A Convenção Europeia da Paisagem, ratificada por Portugal pelo Decreto n.º 4/2005, de 14 de fevereiro, reconhece a paisagem como componente do bem-estar das populações e apela à participação pública na sua salvaguarda, cabendo às autarquias locais um papel ativo nessa missão;

7 - Um festival deste âmbito deve ser concebido de forma plenamente inclusiva, com programação acessível a pessoas com deficiência, entrada gratuita em todas as atividades e participação das comunidades ribeirinhas mais vulneráveis, incluindo comunidades imigrantes, com raízes culturais ligadas ao rio e ao mar e a população idosa detentora da memória viva das práticas estuarinas;

8 - A iniciativa se enquadra nas atribuições municipais nos domínios do património, cultura e ciência, e da promoção do desenvolvimento, previstas no artigo 23.º, n.º 2, alíneas e) e m), e nas competências da câmara municipal para apoio a atividades culturais e parcerias na divulgação do património natural e cultural, previstas no artigo 33.º, n.º 1, alíneas t) e u), todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, articulando-se com a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 e com os compromissos de Portugal no âmbito da Rede Natura 2000.

Nestes termos, o partido LIVRE, representado na Assembleia Municipal de Almada pela Deputada Municipal Única Geizely Fernandes, vem recomendar à Câmara Municipal que:

1 - Que promova, em articulação com as Câmaras Municipais dos demais municípios ribeirinhos do Tejo, a criação de um Festival Intermunicipal do Estuário do Tejo, com periodicidade anual;

2 - Que a arquitetura do festival assente num município-âncora, onde decorra a programação principal ao longo de um fim de semana, e em eventos-satélite nos restantes municípios participantes, articulados por tema e calendário, afirmando o caráter genuinamente partilhado do evento;

3 - Que a programação articule três dimensões: o património fluvial vivo (embarcações tradicionais, pesca artesanal, cultura avieira e memória industrial), a criação artística contemporânea e a divulgação científica sobre os valores naturais do estuário, com entrada gratuita em todas as atividades, programação acessível a pessoas com deficiência e participação ativa das comunidades ribeirinhas;

4 - Que a conceção do festival envolva, desde o primeiro momento, entidades com experiência reconhecida no território, designadamente a Associação dos Proprietários e Arrais das Embarcações Típicas do Tejo (APAETT) e a Marinha do Tejo, bem como equipamentos museológicos, instituições científicas, profissionais da cultura e associações das comunidades locais, incluindo as de base imigrante;

5 - Que a iniciativa seja articulada com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, enquanto gestor da Reserva Natural, assegurando coerência entre a programação cultural e os objetivos de conservação do estuário;

6 - Que o Executivo informe a Assembleia Municipal das diligências encetadas junto dos demais municípios e das entidades referidas, bem como do calendário previsto para a iniciativa.



7 - No quadro da efeméride dos cinquenta anos da Reserva Natural do Estuário do Tejo, a presente recomendação propõe que o Festival Intermunicipal do Estuário do Tejo possa iniciar-se, preferencialmente, em 2026 ou, em alternativa, em 2027.”

6.16 – A Deputada Municipal Geiziely Glicia Fernandes (LIVRE) para apresentar uma Moção “Pela permanência da Fragata D. II e Glória e pela valorização do Núcleo Museológico de Cacilhas”;

6.16.1 – A Senhora Deputada Municipal Geiziely Glicia Fernandes (LIVRE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Considerando que:

1 - A Fragata D. Fernando II e Glória se encontra em Cacilhas, no Largo Alfredo Dinis, freguesia de Cacilhas, União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, desde março de 2008, integrando, juntamente com o Submarino Barracuda, o Núcleo Museológico de Cacilhas;

2 - A Fragata D. Fernando II e Glória possui o estatuto jurídico de navio histórico e Unidade Auxiliar da Marinha, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 188/98, de 10 de julho, dependendo do Chefe do Estado-Maior da Armada, sendo a sua tutela cultural exercida pela Comissão Cultural de Marinha;

3 - Em 14 de abril de 2026, a Assembleia Municipal de Lisboa rejeitou a Recomendação 019/01¹, apresentada pela Iniciativa Liberal, que propunha a realocação da Fragata D. Fernando II e Glória de Cacilhas para a Doca da Marinha, em Lisboa, com votos contra do PS, CHEGA e PAN, votos a favor da IL, PCP e CDS-PP e abstenção do PSD, BE, LIVRE e PEV.

4 - Na mesma sessão, o Vereador da Câmara Municipal de Lisboa com os pelouros da Cidadania e Participação confirmou publicamente a existência de contactos entre a Câmara Municipal de Lisboa e o Ministério da Defesa Nacional sobre esta matéria;

5 - Em novembro de 2025, na cerimónia de tomada de posse do novo Comandante do Núcleo Museológico, o Capitão-de-mar-e-guerra Romão Neto manifestou publicamente a vontade de promover o crescimento e o desenvolvimento do Núcleo, na presença de representantes da Câmara Municipal de Almada e da União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas;

6 - A Câmara Municipal de Almada investiu cerca de 500.000 euros na musealização do Submarino Barracuda, inaugurada a 9 de maio de 2024, com a presença do Chefe do Estado-Maior da Armada e da Presidente da Câmara Municipal de Almada, formando, em conjunto com a Fragata, um Pólo museológico de frente ribeirinha de relevância nacional;

7 – A realocação da Fragata D. Fernando II e Glória esvaziaria o conjunto museológico de Cacilhas, comprometendo o retorno do investimento público municipal recentemente concluído e prejudicando a oferta cultural e turística do concelho de Almada;

8 – A prática internacional consolidada em matéria de navios-museu privilegia a permanência destas embarcações nas cidades portuárias com as quais possuem ligação histórica, e não a sua concentração em capitais, como demonstram os casos do *HMS Victory* em Portsmouth, do *USS Constitution* em Boston, do *Cutty Sark* em Greenwich, e, no contexto português, da Fragata D. Fernando II e Glória em Cacilhas e do Navio-Museu Santo André em Ílhavo;

9 - O LIVRE tem defendido, de forma consistente, a descentralização cultural, a valorização do património à escala local e o investimento em equipamentos museológicos fora dos grandes centros urbanos, princípios diretamente aplicáveis à matéria em apreço;

10 - Compete à Assembleia Municipal de Almada, ao abrigo do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do Regimento da Assembleia Municipal, pronunciar-se sobre matérias de relevante interesse para o município, designadamente as que afetem o seu património cultural, a sua identidade histórica e o investimento público municipal;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Face ao exposto, solicita-se que a Assembleia Municipal de Almada delibere:

1 - Manifestar a sua oposição à realocização da Fragata D. Fernando II e Glória do Núcleo Museológico de Cacilhas para qualquer outro local, defendendo a sua permanência no concelho de Almada como elemento estruturante do património cultural e da frente ribeirinha do município;

2 - Saudar a Marinha Portuguesa, a Comissão Cultural de Marinha e, em particular, o Comandante do Núcleo Museológico, Capitão-de-mar-e-guerra Romão Neto, pelo trabalho desenvolvido em prol do desenvolvimento do Núcleo, reafirmando a disponibilidade do município de Almada para colaborar nesse esforço;

3 - Solicitar à Câmara Municipal de Almada que, em articulação com a Marinha Portuguesa e a União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, apresente, num prazo razoável, um plano de valorização do Núcleo Museológico de Cacilhas, integrando a Fragata D. Fernando II e Glória e o Submarino Barracuda como Pólo museológico unitário;

4 - Defender, no quadro das políticas públicas de cultura e património, o princípio da descentralização cultural e da valorização das cidades portuárias enquanto espaços naturais de acolhimento de navios históricos, em linha com as melhores práticas internacionais;

5 - Remeter a presente Moção, para conhecimento e os efeitos tidos por convenientes, a:

- Sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional;
- Exmo. Senhor Chefe do Estado-Maior da Armada;
- Comissão Cultural de Marinha;
- Comando do Núcleo Museológico de Cacilhas;
- Exma. Senhora Presidente da Câmara Municipal de Almada;
- Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa;
- Exmo. Senhor Presidente da União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas."

6.17 – A Deputada Municipal Patrícia Alexandra de Carvalho (CHEGA) para apresentar uma Saudação de "Homenagem a todos os Antigos Combatentes";

6.17.1 – A Senhora Deputada Municipal Patrícia Alexandra de Carvalho (CHEGA):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Celebrou-se no passado dia 9 de Abril o Dia Nacional do Antigo Combatente, uma data que visa homenagear todos os militares que já combateram por Portugal nos mais diversos teatros de operações e em diferentes momentos da história.

Também o CHEGA presta a sua mais sincera e genuína homenagem a todos aqueles a quem foi exigido que defendessem a Pátria e que assim o fizeram com total lealdade e patriotismo, independentemente do contexto político que o país atravessasse.

Homenageamos, por isso, os cerca de um milhão de homens que, entre 1961 e 1974, foram enviados para defender o território português além-mar. Milhares de jovens combateram nas antigas Províncias Ultramarinas em nome da Pátria, deixando no Continente a sua família, os seus amigos, o seu futuro e a sua vida. Infelizmente, muitos milhares perderam a própria vida em terras longínquas, por lá ficando ao fim de tantas décadas, porque o mesmo país que lhes pediu que lá combatessem, foi o mesmo que não envidou esforços para os trazer de regresso à sua terra para que descansassem eternamente junto das suas famílias.

Dezenas de milhares de Antigos Combatentes regressaram com vida a Portugal, mas trouxeram com eles sequelas físicas e mentais que ainda hoje se manifestam, como a Perturbação de Stress Pós-Traumático, e que os impediu de viver as suas vidas de uma forma natural e saudável, contribuindo, assim, para as mais diversas dificuldades a nível familiar e profissional.



Estes homens, que foram verdadeiros heróis porque o seu país lhes pediu que o fossem, acabaram por ser também vítimas da sua Pátria que, após a revolução, os abandonou à sua sorte em terras de África. E já em Portugal foram tratados como traidores e assassinos quando, na verdade, apenas cumpriram a missão que o Estado português lhes atribuiu. O país que lhes pediu sacrifício não esteve à altura no momento de lhes prestar apoio. Durante demasiado tempo, foram esquecidos nos corredores da burocracia, ignorados nas prioridades políticas e afastados e escondidos da memória coletiva.

Não esquecemos também todos os militares portugueses que, já mais recentemente, serviram em missões internacionais, honrando e cumprindo os compromissos externos do país no âmbito das suas responsabilidades na NATO e na União Europeia.

A todos eles, os que já faleceram, os que estão no ativo e os que já não estão no ativo, o nosso mais profundo agradecimento pelo vosso serviço, pelos vossos sacrifícios, por terem defendido e honrado Portugal.”

6.18 – A Deputada Municipal Patrícia Alexandra de Carvalho (CHEGA) para apresentar uma Moção “Pelo fim das portagens na A33 e pela redução progressiva das portagens na Ponte 25 de Abril”;

6.18.1 – A Senhora Deputada Municipal Patrícia Alexandra de Carvalho (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

As Freguesias da Charneca de Caparica e da Sobreda têm registado, ao longo dos últimos anos, um relevante crescimento populacional e urbanístico, assumindo hoje um papel central no desenvolvimento do Concelho. Contudo, esse crescimento não foi acompanhado por uma política de mobilidade justa e equilibrada.

A A33, enquanto eixo estruturante da rede viária regional, deveria servir como instrumento de fluidez de trânsito, descongestionamento urbano e reforço da competitividade económica local. Porém, a manutenção de portagens em troços fundamentais desta via penaliza famílias, trabalhadores e empresas, encarecendo deslocações quotidianas de forma injusta.

A existência de pórticos no acesso que serve a Charneca de Caparica, Sobreda, Aroeira, Marisol e Fonte da Telha continua a representar um custo injustificado para quem apenas procura circular dentro do próprio concelho ou aceder a localidades vizinhas. Tal realidade contribui para o aumento do trânsito na EN377 e noutras vias locais.

Por outro lado, a Ponte 25 de Abril permanece como um símbolo de contradição nacional. A infraestrutura que evoca a liberdade continua sujeita a portagem, ao mesmo tempo que apresenta congestionamentos diários que prejudicam gravemente os residentes e empresas da Margem Sul, em particular os almadenses que necessitam de se deslocar para Lisboa por motivos profissionais, académicos ou familiares.

Os cidadãos de Almada suportam, assim, uma dupla penalização: pagam para circular e enfrentam diariamente filas demoradas, perda de tempo, aumento de custos de combustível e redução da qualidade de vida.

O CHEGA tem assumido de forma clara e consistente esta reivindicação junto da população almadense, promovendo ao longo das últimas campanhas públicas ações e manifestações, designadamente na zona do Feijó, em defesa do fim das portagens e de uma mobilidade mais justa para Almada, posição amplamente reconhecida por muitos munícipes.

Num momento em que o custo de vida continua elevado e em que importa incentivar a produtividade, estimular a economia, a mobilidade e a coesão metropolitana, torna-se urgente rever políticas de portagens que penalizam desproporcionalmente quem vive na Margem Sul.

Face ao exposto, e ao abrigo das normas regimentais aplicáveis, a Assembleia Municipal de Almada delibera recomendar à Câmara Municipal de Almada que tome as devidas diligências no sentido de:

1 - Exigir ao Governo a eliminação imediata das portagens existentes na A33, em particular nos acessos que servem diretamente o concelho de Almada e as freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda, nomeadamente no pórtico localizado no “nó da Queimada”.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

2 - Defender junto do Governo e das entidades competentes um plano de abolição progressiva das portagens na Ponte 25 de Abril, com calendarização definida e redução faseada dos valores cobrados aos utilizadores.

3 - Recomendar a adoção de medidas urgentes de mitigação do congestionamento rodoviário nos acessos à Ponte 25 de Abril, em especial nos nós de Almada e do Feijó.

4 - Remeter a presente moção ao Governo, à Assembleia da República, à Área Metropolitana de Lisboa e às Infraestruturas de Portugal.”

6.19 – A Deputada Municipal Isabella Sales Baltazar (CHEGA) para apresentar uma Moção “Pela diminuição da criminalidade, redução das atividades ilícitas e aumento da segurança em Almada”;

6.19.1 – A Senhora Deputada Municipal Isabella Sales Baltazar (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Nos últimos meses, o município de Almada tem sido palco de uma diversidade de crimes e atividades ilícitas que diariamente amedrontam os munícipes e diminuem a qualidade de vida e segurança no concelho. Num período de 2 meses, assistimos a esfaqueamentos em restaurantes e campos de futebol, tentativas de homicídio com metralhadoras, assaltos e o revoltante caso de uma menina com menos de cinco anos que foi baleada na cara no bairro da Penajoia.

Além disso, enquanto as cidades de Lisboa e do Porto registavam uma diminuição no consumo de drogas ilícitas, Almada registou subidas quanto ao consumo de cocaína, anfetaminas e MDMA (ultrapassando o Porto no consumo de todas estas drogas ilícitas).

Adicionalmente, cada vez mais vemos situações de violência e vandalismo nas escolas que deixam alunos e professores amedrontados, os pais e encarregados de educação preocupados e a aprendizagem das crianças prejudicada com a suspensão de aulas.

No mês em que todos os discursos políticos são voltados para a liberdade, é importante lembrar que preservar a liberdade é garantir que os comerciantes possam ter as suas lojas abertas ao público sem medo de serem assaltados, que os pais possam deixar os filhos na escola sem medo de que algo pior lhes aconteça, que os munícipes possam andar livremente nas ruas sem medo de serem esfaqueados ou assaltados.

No entanto, de acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna de 2025, Almada continua a ser o Concelho do Distrito de Setúbal com maior número de ocorrências. Esta é uma realidade que exige ação para mudança e responsabilidade para apresentar medidas que auxiliem no combate à criminalidade e às atividades ilícitas.

Foi, por isso, que o Grupo Municipal do CHEGA apresentou uma moção que recomenda a implementação de sistemas de videovigilância nas escolas, que poderia fazer a diferença na segurança das crianças, professores e profissionais de educação no nosso Concelho, mas que foi rejeitada por cegueira ideológica e conveniência do Executivo Municipal.

A segurança dos munícipes de Almada deveria ser uma garantia permanente e uma prioridade de todos os que foram eleitos para os representar com vista à sua proteção e à sua segurança.

Face ao exposto, e ao abrigo das normas regimentais aplicáveis, a Assembleia Municipal de Almada delibera recomendar à Câmara Municipal de Almada que:

1 - Tome as diligências necessárias junto do Governo para garantir um combate eficaz à criminalidade em Almada, prezando pela segurança dos munícipes para que, no futuro, Almada não seja o município do Distrito de Setúbal com mais ocorrências criminais;

2 - Trabalhe junto das forças de segurança em Almada para lhes garantir todas as condições que permitam diminuir a prática de atividades ilícitas no concelho;

3 - Tome as diligências necessárias para garantir o aumento da segurança geral do concelho e, principalmente, para o reforço da segurança nas escolas e nas suas imediações.”



6.20 – O Deputado Municipal Mário Daniel Paracana (CHEGA) para apresentar uma Moção “Pela transparência financeira, pelo pluralismo institucional e pela reformulação do modelo de distribuição da Revista Municipal de Almada”;

6.20.1 – O Senhor Deputado Municipal Mário Daniel Paracana (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Considerando que:

1 - A Revista Municipal “Almada” é uma publicação oficial da Câmara Municipal de Almada, financiada com verbas do orçamento municipal e meios institucionais da Câmara Municipal de Almada;

2 - Na edição n.º 36, de abril de 2026, consta expressamente que a publicação tem tiragem de 115.000 exemplares e periodicidade bimestral;

3 - Uma periodicidade bimestral corresponde, em termos anuais, a seis edições por ano, o que significa potencialmente a impressão de 690.000 exemplares anuais, caso se mantenha a tiragem;

4 - No Portal BASE.GOV consta o Contrato n.º 190/2024, celebrado pelo Município de Almada, relativo à aquisição de serviços de impressão da Revista Almada, com suplemento, e Almada Agenda Cultural, com prazo de 12 meses;

5 - No referido contrato, o preço máximo a pagar pela prestação de serviços é fixado em 215.370,00€ (duzentos e quinze mil trezentos e setenta euros), acrescido de IVA, constando ainda um encargo total de 228.292,20€ (duzentos e vinte e oito mil duzentos e noventa e dois euros e vinte centimos), com IVA incluído à taxa de 6%;

6 - O mesmo contrato distribui a despesa por dois anos económicos, sendo 76.097,40€ (setenta e seis mil noventa e sete euros e quarenta centimos) no ano de 2024 e 152.194,80€ (cento e cinquenta e dois mil cento e noventa e quatro euros e oitenta centimos) no ano de 2025;

7 - Estes valores tornam legítimo e necessário o escrutínio político sobre a proporcionalidade desta despesa municipal, especialmente num contexto em que subsistem necessidades relevantes no concelho ao nível da habitação, limpeza urbana, mobilidade, espaço público e respostas sociais;

8 - Na edição n.º 36, são atribuídos amplos destaques à Presidente da Câmara e a diversos membros do executivo municipal, através de entrevistas e perfis individuais, não se verificando tratamento institucional equivalente relativamente aos vereadores eleitos pelo CHEGA (tendo obtido 14.067 votos) e pelo PSD (tendo obtido 14.936 votos), que integram igualmente o executivo municipal e representam milhares de votos democraticamente expressos (totalizando 29.003 votos);

9 - Foram transmitidos ao Grupo Municipal do CHEGA relatos de munícipes dando conta da receção de mais do que um exemplar na mesma caixa de correio, situação que, a confirmar-se, traduziria desperdício de recursos e falhas no modelo de distribuição;

10 - A separata destinada aos textos dos grupos municipais surge em formato autónomo e solto, inserido no interior da revista, sem integração editorial condigna e sem valorização institucional proporcional da representação democrática plural;

11 - Num tempo em que se exige maior responsabilidade ambiental, importa promover modelos de subscrição voluntária e reforço do formato digital, reduzindo papel, custos e desperdício.

Face ao exposto, e ao abrigo das normas regimentais aplicáveis, a Assembleia Municipal de Almada delibera recomendar à Câmara Municipal de Almada que:

1 - Divulgue anualmente os custos globais da Revista Municipal “Almada”, discriminando produção, impressão, distribuição, suplementos e demais encargos associados;

2 - Reavalie a relação custo-benefício da manutenção de uma tiragem massiva em papel de 115.000 exemplares por edição;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- 3 - Garanta, em futuras edições, tratamento institucional equilibrado e representativo de todos os vereadores eleitos para o executivo municipal, independentemente da respetiva força política;
- 4 - Apure eventuais falhas de distribuição que conduzam à entrega duplicada de exemplares;
- 5 - Reformule o espaço destinado aos grupos municipais, assegurando dignidade gráfica e institucional adequada e respeito pela pluralidade democrática;
- 6 - Inclua, já na próxima edição, um cartão destacável picotado que permita aos munícipes declarar se pretendem continuar a receber a revista em formato papel;
- 7 - Desenvolva uma estratégia progressiva de adesão voluntária e transição digital, tornando esta comunicação mais eficiente, sustentável e amiga do ambiente.

Almada merece rigor na gestão, pluralismo institucional e respeito pelos recursos públicos.”

6.21 – A Deputada Municipal Maria Teresa de Almeida (CHEGA) para apresentar uma “Pelo efetivo cumprimento dos prazos de resposta do Executivo Municipal a requerimentos enviados pela Assembleia Municipal”;

6.21.1 – A Senhora Deputada Municipal Maria Teresa de Almeida (CHEGA).

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Grupo Municipal do Chega apresenta esta moção com um objetivo claro: garantir maior transparência e eficácia no funcionamento da Assembleia Municipal.

Os requerimentos dos Deputados são essenciais para a fiscalização da atividade municipal, mas a falta de prazos de resposta cria incerteza e dificulta o exercício do mandato.

Propomos, por isso, que seja assegurada resposta em prazo razoável, tomando como referência um máximo de 15 dias úteis, salvo situações devidamente justificadas.

Pretende-se, assim, reforçar a responsabilidade e o bom funcionamento desta Assembleia.

Considerando que:

- 1 - O regular e eficaz funcionamento da Assembleia Municipal assenta, de forma determinante, no acesso atempado, integral e transparente à informação por parte de todos os seus membros e que tal é condição essencial para uma participação consciente, fundamentada e responsável nos trabalhos;
- 2 - Os requerimentos apresentados pelos Deputados Municipais constituem um instrumento fundamental de escrutínio democrático, permitindo o acompanhamento rigoroso da atividade do Executivo Municipal, bem como a obtenção de esclarecimentos relevantes para o exercício do mandato atribuído pelo voto dos almadenses;
- 3 - Os constantes atrasos do Executivo Municipal na resposta aos requerimentos apresentados pelos Deputados Municipais podem, em determinadas situações, comprometer a utilidade da informação solicitada e, em última instância, dificultar ou até limitar o pleno exercício das competências dos eleitos locais;
- 4 - É necessário reforçar a transparência, a responsabilidade institucional e a eficácia dos mecanismos de fiscalização democrática no âmbito da administração local.

Face ao exposto, e ao abrigo das normas regimentais aplicáveis, a Assembleia Municipal de Almada delibera recomendar à Câmara Municipal de Almada que:

- 1 - Cumpra com os prazos de resposta a requerimentos dos Deputados Municipais que estão previstos no número 8 do artigo 14º do Regimento da Assembleia Municipal de Almada;
- 2 - Face às dificuldades que têm sido encontradas para cumprir o prazo fixado, que adote todos os procedimentos que considere adequados para garantir resposta aos requerimentos apresentados pelos Deputados Municipais no prazo estabelecido.”



6.22 – A Deputada Municipal Maria Teresa de Almeida (CHEGA) para apresentar uma Moção “Pela reposição das reuniões públicas da Câmara Municipal de Almada”;

6.22.1 – A Senhora Deputada Municipal Maria Teresa de Almeida (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta moção surge na sequência da decisão da Câmara Municipal de Almada de reduzir as reuniões públicas do Executivo, limitando a participação dos cidadãos e a transparência do processo político.

Consideramos que esta medida representa um retrocesso na relação entre o Município e os munícipes, afastando-os da vida democrática e dificultando o escrutínio das decisões públicas.

Defendemos que governar implica ouvir, prestar contas e garantir o acesso dos cidadãos à informação e à participação cívica.

Assim, propomos a reposição das reuniões públicas, assegurando transparência, participação e uma democracia local mais próxima das pessoas.

A Câmara Municipal de Almada decidiu, erroneamente, reduzir as reuniões públicas do Executivo. Desta forma, apenas uma reunião mensal é aberta ao público, com a segunda a decorrer à porta fechada. Isto significa que, nem os cidadãos podem participar na reunião para questionar o Executivo e as suas decisões, fiscalizando-as e exigindo respostas, nem o público em geral tem conhecimento do que lá se passa, uma vez que a reunião não é transmitida no canal oficial do Youtube da Câmara Municipal de Almada.

Esta decisão do Executivo liderado por Inês de Medeiros representa um verdadeiro retrocesso naquela que deve ser a relação entre Município e Munícipes, dado que os afasta e os impede de participar civicamente. E quando se afasta os eleitores da vida política coloca-se em causa a transparência do processo e das decisões quando, na verdade, deveria ser este o facto norteador da conduta de qualquer eleito.

Tomar esta decisão numa altura em que Portugal atingiu o pior registo de sempre no Índice de Perceção da Corrupção é cimentar a desconfiança dos cidadãos na política e nos políticos; é minar a relação entre os cidadãos e as instituições públicas; e é contribuir para um afastamento cada vez maior dos eleitores face à política e à vida pública.

Abrir as portas da autarquia aos almadenses não deve ser uma opção da Câmara, mas sim uma obrigação, porque governar não se resume a tomar decisões. Governar implica, também, ouvir o que os eleitores têm para dizer, aceitar as suas críticas e elogios e, acima de tudo, prestar contas daquilo que foi feito, do que está a ser feito e do que se pretende fazer no futuro.

É, por isso, incompreensível a decisão de reduzir o número de reuniões públicas da autarquia que, por outras palavras, se traduz em coartar os munícipes dos seus direitos, o que, para o CHEGA, não é admissível, independentemente do partido que lidere um qualquer executivo municipal.

Face ao exposto, e ao abrigo das normas regimentais aplicáveis, a Assembleia Municipal de Almada delibera recomendar à Câmara Municipal de Almada que:

- 1 - Promova todas as diligências necessárias para salvaguardar o direito de participação dos cidadãos nas reuniões do Executivo, recuando, assim, na decisão de limitar o número de reuniões públicas com possibilidade de intervenção dos cidadãos e com transmissão nos canais digitais oficiais da Câmara;
- 2 - Garanta tempos adequados de participação pública dos cidadãos, evitando quaisquer limitações ao direito de intervenção dos munícipes;
- 3 - Assegure que todas as reuniões do Executivo são públicas, salvo exceções que justifiquem a sua realização à porta fechada, contribuindo, desta forma, para uma participação ativa dos munícipes e igualmente para uma democracia mais plena, sem qualquer tipo de censura.”



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

6.23 – Para uma interpelação à Mesa nos termos do n.º 2, art.º 51, do Regimento da Assembleia Municipal, usou da palavra o Deputado Municipal Miguel Ângelo Salvado (PSD);

6.23.1 – O Senhor Deputado Municipal Miguel Ângelo Salvado (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Gostava de perceber qual é o critério dos tempos, porque ontem o Senhor Presidente usou de seis minutos e trinta e cinco segundos, para a sua intervenção.

Gostaria de perceber porque não está no Regimento, eu já tive a oportunidade de ler o Regimento e confirmar. Este tempo de onde é que veio? Porque a bancada do PSD, ontem para poder colocar a sua questão e da situação que tínhamos com a Presidência da Mesa, bem como a bancada do CHEGA, foi-nos contado o tempo deste período, por isso estamos sem tempo para poder apresentar e falar sobre as moções, fazer aquilo que nós entendemos que é o melhor para os almadenses.

E esta gestão discriminatória, eu gostava de perceber de onde é que este tempo dos seis minutos e trinta e cinco segundos veio. Se veio da bancada do PS isso não foi dito. No limite, isto é, como se costuma dizer em bom português: “Ou é para todos, ou não é para ninguém”. São seis minutos e trinta e cinco segundos, começou às duas horas onze minutos e trinta segundos, acabou às duas horas dezoito minutos e cinco segundos. Por isso, gostaria de perceber, até porque sendo assim, ou há uma bancada que já tem deficit ou não, ou nós não temos tempo e porque é que não temos tempo.

Eu gostava de perceber qual foi a lógica e a justificação, até porque ainda agora o CHEGA teve cinco minutos a mais.”

6.24 – Para prestar esclarecimentos usou da palavra o Presidente da Assembleia Municipal João Luís Couvaneiro (PS).

6.24.1 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal João Luís Couvaneiro (PS):

“Senhor Vice-Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Não foi tempo a mais, foi tempo que ontem foi contabilizado com erro.

Esclarecendo o Senhor Deputado Municipal Miguel Salvado, quero dar nota que, houve de facto, uma contagem de tempo, naturalmente o Regulamento é omissivo em relação a isso, mas houve uma atribuição do tempo da Câmara Municipal ao Partido Socialista e o tempo da minha intervenção que podia ter sido mobilizado eventualmente até em defesa da honra, que não o fiz, mas que é descontado deste tempo conjugado do PS e Câmara Municipal.”

6.24.2 – Usou da palavra o Deputado Municipal Miguel Ângelo Salvado (PSD);

6.24.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Miguel Ângelo Salvado (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, é curioso porque se não fossemos nós a levantar a questão, nem sabíamos se o tempo era da Mesa que não tem, se era do PS, se era da CDU, da Câmara Municipal. É curioso como é que é feita esta contabilização. Aliás, até gostava de perceber qual é o tempo que o PS ainda tem, porque se já tirou da Câmara Municipal, do PS, eles já estão fartos de falar, provavelmente já estão em negativos, que é o mais provável. Aliás, é fácil fazer essas contas. Mas pronto, é o que temos. E estamos nós aqui numa lógica construtiva, porque a única coisa que queremos é esclarecer os almadenses, não é estar a lutar por tempos. Mas já percebemos qual é que vai ser a lógica, se calhar temos todos nós que começar a contabilizar os nossos próprios tempos.”

6.24.3 – Para uma interpelação à Mesa nos termos do n.º 2, art.º 51, do Regimento da Assembleia Municipal, usou da palavra o Deputado Municipal João Eduardo Galdes (CDU);

6.24.3.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Galdes (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



Ao abrigo de que artigo do Regimento é que vai ser cedido tempo ao CHEGA? E eu coloco esta questão por uma razão muito simples. O CHEGA já esgotou o seu tempo, a CDU também já esgotou o seu tempo. A CDU tem um documento que não foi apresentado por ter esgotado o tempo, qual é o critério de atribuição do tempo ao CHEGA e não à CDU?”

6.24.4 – Usou da palavra a Deputada Municipal Geiziely Glicia Fernandes (LIVRE);

6.24.4.1 – A Senhora Deputada Municipal Geiziely Glicia Fernandes (LIVRE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu gostaria de lembrar que estamos com a hora já adiantada desta reunião e enquanto discutimos os tempos, o tempo corre e amanhã é o último dia que temos e por favor respeitemos os funcionários que estarão a trabalhar também no dia de amanhã, que é um dia que antecede o Dia do Trabalhador. Portanto, peço a compreensão e também a gentileza dos Deputados Municipais para que não percamos mais tempo nessa discussão do tempo.”

6.25 – O Deputado Municipal Luís Manuel Cordeiro (CHEGA) para apresentar uma Moção “Pela recuperação do edifício que alberga a Esquadra da PSP no Pragal, tendo em vista a resolução dos graves problemas infraestruturais de impermeabilização”;

6.25.1 – O Senhor Deputado Municipal Luís Manuel Cordeiro (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Considerando que:

- 1 - A Segurança constitui um dos valores fundamentais e estruturantes de uma comunidade, sem a qual não é possível o exercício da liberdade plena;
- 2 - A Segurança é um pilar da confiança dos cidadãos nas instituições, indispensável ao desenvolvimento económico e social, e, portanto, deve ser uma preocupação transversal a todos os eleitos dos órgãos do Poder Local;
- 3 - É dever do Estado, quer ao nível dos órgãos do Poder Central, quer ao nível dos órgãos do Poder Local, facultar as condições objetivas para uma sociedade mais segura, mais livre, e socialmente mais coesa e harmoniosa;
- 4 - No que ao Município de Almada diz respeito, e tomando como fonte de informação o Relatório Anual de Segurança Interna de 2025, os dados são claros: apesar de ter registado uma diminuição na taxa de criminalidade de 10,2% comparativamente com o ano de 2024, o nosso concelho apresenta, ainda assim, o valor mais alto do número de crimes de todo o distrito de Setúbal com um total de 6.682 ocorrências registadas;
- 5 - Estes dados não nos permitem deixar de colocar a Segurança no nosso Concelho no topo das nossas prioridades, urge desenvolver todos os esforços para que as forças de segurança que atuam no nosso território tenham todas as condições materiais e humanas tendo em vista assegurar a tranquilidade pública que os Almadenses esperam e merecem;
- 6 - Face ao exposto, entendemos trazer a esta Assembleia a nossa chamada de atenção para as condições em que se encontra o edifício que alberga a Esquadra do Pragal da PSP: os sinais visíveis de degradação do edifício, causada por graves problemas infraestruturais de impermeabilização, originou que algumas áreas do edifício neste momento se encontrem impossibilitadas de uma utilização plena por parte dos mais de duzentos agentes policiais que ali trabalham, na medida em que o fazem com janelas que não fecham, baldes no chão para albergar a água das chuvas que cai dentro do edifício e paredes, tetos e pavimentos deteriorados pela humidade;
- 7 - É da maior importância este edifício para a estrutura orgânica da PSP em Almada, pois além de sediar a Esquadra de Almada serve de sede do Comando da Divisão de Almada e respetivos serviços e alberga ainda a Esquadra de Investigação Criminal, Esquadra de Trânsito e Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

8 -Estas não são condições dignas de trabalho para nenhum ser humano e menos ainda para a dignidade de uma instituição como a PSP, é urgente uma intervenção de fundo.

Face ao exposto, e ao abrigo das normas regimentais aplicáveis, a Assembleia Municipal de Almada delibera recomendar à Câmara Municipal de Almada que:

- 1 - No âmbito das suas competências, proceda ao levantamento detalhado dos problemas e deficiências que afetam o edifício e as comunique ao Ministério da Administração Interna, solicitando intervenção urgente;
- 2 - Questione o Ministério da Administração Interna sobre o motivo do atraso na resolução dos problemas supramencionados, pois é do conhecimento que essa ação já está prevista na Lei da Programação de Infraestruturas e Equipamentos das Forças de Segurança;
- 3 - Formule convite ao Sr. Ministro da Administração Interna, Dr. Luis Neves, para visitar a Esquadra do Pragal da PSP, de modo a tomar conhecimento pessoal não só desta situação em particular, mas da segurança em geral no nosso Município.”

6.26 – O Deputado Municipal Nuno Miguel Terenas (CDU) para apresentar uma Saudação ao “1.º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador”;

6.26.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Miguel Terenas (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A história do movimento operário internacional revela-nos um património de lutas, acontecimentos e datas extremamente importantes e relevantes para a dignificação do trabalho e para a emancipação dos trabalhadores. O 1º de Maio assume, indiscutivelmente, particular relevo e o mais profundo significado histórico.

A esta data estão intimamente ligadas muitas das maiores e mais exaltantes jornadas e movimentações de luta da classe operária, que, com sofrimento, coragem e determinação, demonstrou claramente o quanto é capaz a vontade coletiva dos trabalhadores para melhorar as suas condições de vida e de trabalho, vencer injustiças e desigualdades sociais, mudar mentalidades, transformar as sociedades e caminhar no sentido de pôr fim à exploração do homem pelo homem.

Desde o primeiro ano em que se comemorou o 1º de Maio, em 1890, até aos dias de hoje, passando pela monarquia, pela 1ª República e durante a ditadura fascista, os trabalhadores portugueses sempre comemoraram o Dia Internacional do Trabalhador, com coragem e determinação, exigindo melhores condições de vida e de trabalho, mais justiça social.

Uma semana após o 25 de Abril de 1974, brotou o primeiro 1º de Maio em liberdade, a maior manifestação de sempre no nosso país! No dia 27 de abril de 1974 foi decretado o 1º de Maio como feriado nacional, a primeira conquista legal após a revolução.

Desde então, os trabalhadores festejam em liberdade o seu dia, dia que é simultaneamente de Festa e de Luta.

De Luta:

- Porque o custo de vida aumenta brutalmente, o salário ou a pensão não chegam para pagar as despesas básicas, como a renda de casa ou a prestação do banco, a alimentação, os combustíveis, a energia ou a medicação;
- Porque o governo PSD/CDS-PP, em vez de garantir que os direitos dos trabalhadores são cumpridos, quer alterar a legislação laboral para aumentar a exploração e as desigualdades;
- Porque este não é um governo apenas de mãos vazias para quem trabalha. Este é o governo que vai ao bolso de quem trabalha. E não apenas nos salários, mas também nos direitos;
- Porque o Governo PSD/CDS-PP e as confederações patronais atacam os trabalhadores com o pacote laboral que, entre outras propostas, pretende instaurar o banco de horas. Isto significa 150 horas de trabalho



extraordinário não pago por ano; no caso dos trabalhadores que recebem o Salário Mínimo Nacional e que façam 150 horas extraordinárias, sofrerão um corte de 1000 euros nos seus rendimentos. Com o banco de horas que querem aprovar, o trabalhador dá horas de trabalho ao patrão, mas não eleva um cêntimo o seu rendimento. Fica tudo no bolso do patrão;

- Porque os trabalhadores rejeitam a facilitação dos despedimentos, a generalização da precariedade, a desregulação dos horários de trabalho, a desvalorização dos salários, o ataque ao direito à greve, à liberdade sindical, à contratação coletiva, tudo conquistas que as propostas incluídas no pacote laboral pretendem retirar aos trabalhadores;

- Porque os trabalhadores sabem que a crise entra sempre na casa dos mesmos: enquanto 18 grupos económicos tiveram lucros líquidos de 30 milhões de euros por dia (banca, energia, grande distribuição, telecomunicações, imobiliário, cimentos, cortiça), a esmagadora maioria do povo português vê a sua a sua vida andar para trás.

O 25 de Abril de 1974 provou que é possível uma vida melhor.

A Constituição da República determina no seu Artigo 9º – Tarefas Fundamentais do Estado, o caminho que os governos são obrigados a percorrer, para a melhoria das condições de vida do povo português.

Assim, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal de Almada delibere:

1 - Saudar o 1º de Maio e os trabalhadores portugueses.

2 - Apelar à participação nas comemorações do 1º de Maio.”

6.27 – No debate sobre os documentos apresentados usaram da palavra os/as Deputados/as Municipais Geiziely Glicia Fernandes (LIVRE), Joana Sales Vieira (BE), Débora Figueiredo Rodrigues (PS), Mário Daniel Paracana (CHEGA), Ana Catarina Ribas (PSD), Patrícia Alexandra de Carvalho (CHEGA) e ainda o Vereador Ivan Gonçalves (PS).

6.27.1 – A Senhora Deputada Municipal Geiziely Glicia Fernandes (LIVRE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O LIVRE gostaria de acompanhar a moção apresentada pelo PS, pela defesa da expressão pública das Autarquias e das causas de interesse social.

O LIVRE vota com toda a força essa moção, tem todo o nosso apoio e em junho teremos a oportunidade de colocar a moção em prática com o mês do orgulho das pessoas LGBTQIA+.

Os direitos das pessoas LGBTQIA+ são direitos humanos e a bandeira arco iris hasteada no edifício municipal, é um símbolo internacional de oposição à discriminação. E a autonomia municipal é consagrada na Constituição e é um direito Constitucional onde o Município pode manifestar simbolicamente as causas que lhe são caras, às suas comunidades. Hoje o LIVRE fala em nome do arco iris, mas amanhã poderá ser em nome de outras causas.

Gostaria de lembrar que a solidariedade não é neutralidade.

A bandeira da Ucrânia hasteada no Município é solidariedade com um povo que está a ser agredido;

A bandeira hasteada da Palestina é solidariedade com vítimas de genocídio;

A bandeira arco iris é solidariedade com as pessoas que em 2026, ainda em 2026, são discriminadas por serem quem são e temos o direito de sermos quem somos.

Por isso, Almada é um território de muitos e a bandeira que se levanta publicamente na Câmara Municipal, é uma maneira de dizer que a Câmara Municipal está atenta às causas das suas comunidades.”

6.27.2 – A Senhora Deputada Municipal Joana Sales Vieira (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

É só para um pedido, se as moções da Iniciativa Liberal, os documentos 2 e 3 poderiam ser votados por pontos?”

6.27.3 – A Senhora Deputada Municipal Débora Figueiredo Rodrigues (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Para alguns pedidos relativamente a algumas moções.

Relativamente à moção n.º 4, apresentada pelo PSD, quanto ao Sistema ColorADD, o PS concorda com o princípio, até conhece o projeto, mas gostávamos de perceber qual é o impacto orçamental, gostávamos de perceber melhor os termos da sua implementação, pelo que íamos propor para que a moção baixasse à Comissão para ser discutida nessa sede.

Relativamente às moções das portagens na A33, votaremos favoravelmente a moção apresentada pela CDU, a qual corresponde aquela que tem sido a defesa do Partido Socialista. Ou seja, a não cobrança da portagem no Nó da Queimada, mas no que toca à moção apresentada pelo CHEGA, pedíamos que a mesma pudesse ser votada ponto por ponto, votando favoravelmente os pontos 1, 3 e 4 da mesma moção.

Relativamente à moção apresentada pelo LIVRE, quanto ao Festival Intermunicipal do Estuário do Tejo, entendemos que Almada já tem uma agenda cultural vasta e bem, que incluiu diversos concertos, com o respetivo encargo financeiro associado, e portanto, aquilo que vínhamos propor, atento à abrangência da proposta, era que a mesma pudesse ser reformulada e remetida para a Área Metropolitana de Lisboa ou eventualmente para a CIM do Distrito de Setúbal, mas a Área Metropolitana que inclui o Concelho de Lisboa, para que possa ser recomendada a realização deste festival nesse âmbito.

Relativamente às moções dos antigos combatentes, acompanharemos a moção apresentada pelo PSD, realçando que os antigos combatentes foram na sua grande maioria jovens que foram envolvidos involuntariamente num conflito que foi provocado pelo regime do Estado Novo.

Não podemos votar favoravelmente a moção que o CHEGA aqui nos traz, pelo seu teor impreciso e pela instrumentalização política que fazem da guerra colonial.

Não foi a Pátria, não foi Portugal que decidiu enviar milhares de jovens para a guerra em África, foi o Estado fascista, foi uma ditadura sem liberdade política, sem liberdade de escolha.

Já estamos habituados que o CHEGA não se preocupe com a veracidade dos factos, como aliás, foi visível nas palavras do líder do partido há relativamente pouco tempo e a propósito deste mesmo tema, não é para repetirem uma ideia errada que se torna verdadeira e o Partido Socialista cá estará para garantir a memória coletiva.

Votaremos também contra a moção do CHEGA quanto à criminalidade, não pela parte deliberativa, mas porque mais uma vez é necessário clarificar a utilização falaciosa pelo CHEGA dos dados que estão no RASI, leem os dados da forma como é necessário para o seu discurso, dizem que Almada é o Concelho do Distrito de Setúbal com maior número absoluto de ocorrências, mas não referem que dos treze Concelhos, Almada é o sexto Concelho com menor número de participações, em proporção à sua população.

Portanto, mais uma vez, não irei fazer o mesmo que o CHEGA faz e não irei pedir para distribuir a notícia recente do Expresso de anteontem, mas certamente todos os Deputados e todos os munícipes conseguirão encontra-la e que passo apenas a citar muito rapidamente: “Diretores representantes dos pais e professores, estão alarmados com o crescimento do discurso de ódio, misógino e racista nas escolas de todo o país. A comunidade escolar concluiu que as redes sociais, os influenciadores e o Partido CHEGA, são os principais promotores da disseminação do ódio e da discriminação contra imigrantes e mulheres. Há de facto, um problema de criminalidade e de incentivo à violência e ao ódio sobretudo nos mais jovens, mas este problema chama-se extrema direita.”

6.27.4 – O Senhor Deputado Municipal Mário Daniel Paracana (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



Como a Senhora Deputada Municipal Débora Rodrigues diz que o CHEGA não apresenta factos e não apresenta provas, aquilo que eu quero questionar é em que é que se baseiam para dizer que a comunidade escolar tem indicadores verificados, palpáveis, para dizer aquilo que acabou de dizer que, o discurso de ódio é promovido pelo CHEGA.

Portanto em que é que se baseia nesses indicadores para poder afirmar isso com toda a certeza?"

6.27.5 – A Senhora Deputada Municipal Débora Figueiredo Rodrigues (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Certamente que o Senhor Deputado Municipal do CHEGA não ouviu a minha intervenção, mas eu terei todo o gosto de lhe enviar o link da notícia do Expresso que se baseia exatamente naquilo que eu referi há pouco."

6.27.6 – A Senhora Deputada Municipal Ana Catarina Ribas (PSD):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Queria pedir-lhe a gentileza e a todos os Deputados Municipais, na ausência de tempo do PSD e porque era suposto ter entrado um documento que por erro meu não entrou e portanto, não podemos apresentar a moção, no sentido de acompanharmos a moção da CDU relativa ao Dia Internacional da Mulher, sugerindo já de uma forma consensualizada com a CDU, que fizéssemos aquilo que eu acho que fazemos poucas vezes, que é um minuto de silêncio pelas vítimas de violência doméstica."

6.27.7 – A Senhora Deputada Municipal Geizely Glicia Fernandes (LIVRE):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O LIVRE aceita a sugestão de modificação para a Área Metropolitana de Lisboa."

6.27.8 – O Senhor Vereador Ivan da Costa Gonçalves (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Só para alertar para o seguinte, o executivo solicitou que as contas fossem apreciadas nos primeiros pontos da ordem de trabalhos, porque as contas têm que impreterivelmente ser aprovadas hoje, para poderem ser lançadas na plataforma amanhã e já com alguma pressão sobre os serviços. Obviamente, que fazemos um intervalo, aquilo que peço é que não saíamos daqui hoje sem aprovar as contas do Município 2025."

6.27.9 – A Senhora Deputada Municipal Patrícia Alexandra de Carvalho (CHEGA):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Se assumirmos esse compromisso significa o quê? Significa que os trabalhadores vão ficar aqui até à uma da manhã? Essa é que é a questão. Portanto, nós votamos contra isso, amanhã é dia de trabalho e essas pessoas têm direito ao seu descanso."

6.28 – Foi posto a votação do Plenário a continuação dos trabalhos após a hora regimental para aprovação das propostas orçamentais do Município, tendo-se verificado o seguinte resultado:

A continuação dos trabalhos após a hora regimental foi aprovada 30 votos a favor sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 7 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, 7 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD incluindo a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica que o integra, 1 da eleita do BE, 1 do eleito da IL; 8 votos contra sendo 7 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 da eleita do LIVRE.

6.29 – Usaram ainda da palavra os/as Deputados/as Municipais Miguel Ângelo Salvado (PSD), Mário Daniel Paracana (CHEGA), Carlos Filipe Alves (IL), Ana Catarina Ribas (PSD) e o Vereador Ivan da Costa Gonçalves (PS):

6.29.1 – O Senhor Deputado Municipal Miguel Ângelo Salvado (PSD):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Senhor Presidente, só relembrar que este episódio já aconteceu noutra vez. Espero que não se repita com as intervenções o que aconteceu da outra vez.”

6.29.2 – O Senhor Vereador Ivan da Costa Gonçalves (PS);

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O meu alerta era apenas pelo seguinte: habitualmente nestas Sessões, nos mandatos anteriores, o Período de Antes da Ordem Dia, nunca excedeu o primeiro dia. Às vezes até conseguíamos entrar no Período da Ordem do Dia, no primeiro dia de Sessão, começando à mesma hora e acabando à mesma hora, e eu como o Senhor Deputado Municipal Miguel Salvado, sabemos bem do que falamos. Estamos já no segundo dia, o pedido que o executivo fez, foi que pudéssemos pôr no primeiro ponto do Período da Ordem Dia, as contas. Obviamente, que da nossa parte nós responderemos a todas as questões e esgotar-se-á o tempo que a Conferência de Representantes definiu para discutir o ponto. A única solicitação que nós fizemos foi que, não tendo sido possível que este ponto tivesse começado a ser discutido no início da Sessão porque ainda estamos no Período de Antes da Ordem do Dia, apenas alertar para este facto, que nos vai condicionar porque existe esta necessidade legal de termos hoje uma aprovação ou reprovação das contas. Mas, obviamente temos disponibilidade para responder a todas as perguntas durante todo o tempo que a grelha de tempos permitir. Aliás, o Regimento prevê que acabemos à hora que decidirmos desde que todos decidamos.”

6.29.3 – O Senhor Deputado Municipal Mário Daniel Paracana (CHEGA);

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O CHEGA votou contra, não é porque não reconheça a necessidade, só que esta situação acontece reiteradamente. Portanto, se a Câmara Municipal tem posições legais e nós respeitamos os prazos, então podemos agendar estas reuniões para outras datas, porque assim não existe este tipo de situações e podemos dar o seguimento dos trabalhos normalmente. E se iniciarmos a Sessão também mais cedo ou pelo menos à hora estipulada, podemos também dar seguimento aos trabalhos de forma mais eficaz.”

6.29.4 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Filipe Alves (IL);

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Queria pedir por favor, que na moção sobre “Não às portagens na A33” apresentada pela CDU, podermos votar ponto por ponto.”

6.29.5 – A Senhora Deputada Municipal Ana Catarina Ribas (PSD);

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu queria sugerir à Iniciativa Liberal, a possibilidade de baixarmos à Comissão Competente esta proposta.”

6.30 – Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação dos documentos apresentados, tendo-se registado as seguintes votações:

6.30.1 – A Moção “Por uma Almada mais limpa”, baixou à Comissão Permanente.

6.30.1.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU);

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sobre a moção “Por uma Almada mais Limpa”, apresentada pela IL, a CDU identifica-se com o diagnóstico apresentado, que corresponde ao diagnóstico que a CDU também faz, o qual resulta da política de desinvestimento prosseguida nos últimos anos de gestão da Câmara Municipal, aliás frequentemente denunciados pela CDU nesta Assembleia.

Por essa razão, no novo figurino político que se coloca na gestão do município, a CDU está empenhada, no atual mandato, em alterar esse quadro negativo, melhorando as condições de higiene e limpeza urbanas no Concelho.



Não obstante, a CDU não pode concordar com as soluções preconizadas pela IL neste documento. As soluções para este problema passam por reverter a referida política de desinvestimento, envolvendo um grande reforço no sentido do reforço de meios humanos, financeiros e de equipamentos, precisamente o caminho que a CDU está a desenvolver no quadro das competências que detém na gestão da Câmara Municipal.

Identificando-se com o diagnóstico, mas discordando das soluções preconizadas, a CDU absteve-se na votação deste documento.”

6.30.2 – A “Moção “Por uma democracia coerente: Partidos Políticos sem privilégios fiscais no IMI” foi votada por pontos, tendo-se verificado a seguinte votação:

6.30.2.1 – O Ponto 1 foi rejeitado com 28 votos contra sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 7 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, 7 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD incluindo a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica que o integra; 10 votos a favor sendo 7 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do BE, 1 da eleita do LIVRE e 1 do eleito do IL.

6.30.2.2 – O Ponto 2 foi rejeitado com 28 votos contra sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 7 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, 7 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD incluindo a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica que o integra; 10 votos a favor sendo 7 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do BE, 1 da eleita do LIVRE e 1 do eleito do IL.

6.30.2.3 – O Ponto 3 foi rejeitado com 30 votos contra sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 7 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, 7 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD incluindo a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica que o integra, 1 da eleita do BE e 1 da eleita do LIVRE; 7 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 voto a favor do eleito do IL.

6.31 – A Moção “Pela defesa dos proprietários da Costa da Caparica e Porto Brandão”, foi rejeitada com 21 votos contra sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 7 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU; 1 abstenção do BE; 16 votos a favor sendo 7 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 7 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD incluindo a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica que o integra, 1 da eleita do LIVRE e 1 do eleito do IL.

6.31.1 – Os/as Deputados/as Municipais João Eduardo Gerales (CDU), Ricardo Jorge Pita (PS), Joana Sales Vieira (BE) e Geizely Glicia Fernandes (LIVRE) anunciaram que apresentariam Declarações de Votos.

6.31.1.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente aos dois textos apresentados sobre as consequências das intempéries registadas em fevereiro, propostos pela IL e pelo L, é necessário clarificar, desde logo, um aspeto: é ilegítimo pretender assacar culpas pelas consequências resultantes de um “corredor de tempestades”, como é designado o fenómeno que afetou o Concelho de Almada em fevereiro passado, a uma alegada falta de planeamento, ou planeamento desadequado, ou mesmo licenciamentos urbanísticos ilegais registados no passado, como é corrente vermos referido e o textos apresentados acentuam.

É necessário ter presente que as responsabilidades pelas consequências das intempéries, que têm naturalmente de obter uma resposta adequada por parte do Estado, não podem ser assacadas ao planeamento do passado, quando os riscos associados a questões desta natureza eram mal conhecidos ou mesmo desconhecidos. É preciso reconhecer que os instrumentos de planeamento em vigor foram objeto de validação técnica e científica por organismos de diferente natureza e competência, que à luz do conhecimento, também ele técnico e científico, e das leis em vigor à data, validaram esses instrumentos.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

A probabilidade de entrarmos no terreno da demagogia pura, atribuindo responsabilidades pelo que sucedeu a erros de planeamento passado é, por isso, muitíssimo elevada. E é isso que acontece com os textos que a IL e o L hoje nos propõem, os quais não escapam a essa tentação fácil de atribuir responsabilidades onde elas não podem nem devem ser atribuídas.

Neste quadro, a CDU deixa um desafio a todas as forças políticas representadas na Assembleia Municipal de Almada: que seja apresentado, com documentos e provas irrefutáveis, um caso de licenciamento urbanístico que tenha sido decidido de forma ilegal no passado. Um só exemplo fundamentado será o suficiente.

Por estas razões, a CDU votou contra os dois textos da IL e L.”

6.31.1.2 – O Deputado Municipal Ricardo Jorge Pita (PS) – Representante em substituição da Junta da União de Freguesias de Caparica Trafaria:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No que respeita ao documento nº 3, moção apresentada pelo partido Iniciativa Liberal, intitulada “Pela defesa dos proprietários da Costa da Caparica e Porto Brandão”, a Junta da União das Freguesias de Caparica e Trafaria vem pela presente declaração assegurar que tem estado ao lado da população do Porto Brandão desde o primeiro minuto em que ocorreram as situações calamitosas do tão conhecido “comboio de tempestades”, ocorrido no último inverno.

Relativamente ao voto contra apresentado sobre o documento em causa, importa salientar que o representante da junta considerou existirem excertos dos considerandos que não podem ser entendidos como fundamento da proposta apresentada. Acresce existirem aspetos legais que não podem ser negligenciados para fazer face ao proposto em alguns dos pontos apresentados, bem como outros não se incluem nas responsabilidades da administração local do estado, sendo inteiramente da responsabilidade do Estado Central.

Deste modo não restou outra alternativa que não fosse o voto contra o documento nº 3.”

6.31.1.3 – A Deputada Municipal Joana Sales Vieira (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda votou a favor dos primeiros pontos desta moção, porque consideramos que a transparência é essencial e as populações têm o direito de conhecer os estudos técnicos sobre as zonas onde vivem. Contudo, abstinemo-nos nos pontos 3, 4 e 5, porque a visão da Iniciativa Liberal ignora a realidade social e histórica destas zonas.

Sobre o ponto 3, que pede para separar os imóveis entre legais e ilegais e ver quais têm proteção jurídica, o BE considera que esta é uma visão burocrática e insensível. Muitas destas construções nasceram da pobreza e da total falta de alternativas de habitação no nosso concelho ao longo de décadas. Fazer uma triagem puramente legalista ignora o facto de que estas pessoas construíram ali por necessidade, quando o Estado falhou em garantir-lhes um teto.

Relativamente ao ponto 4, que propõe o início de negociações para compensações justas, importa clarificar: o Bloco de Esquerda defende, sem reservas, que as pessoas afetadas devem ser ressarcidas pela perda das suas casas. O que nos afasta da visão da Iniciativa Liberal é a ilusão de que este drama humano se resolve apenas com uma transação financeira. Para famílias com poucos recursos, uma indemnização baseada no valor patrimonial das suas habitações será sempre insuficiente para enfrentar um mercado imobiliário com preços proibitivos. Se o Estado se limitar a passar um cheque, estará a deixar estas pessoas na rua. Por isso, para nós, o pagamento de compensações não substitui a obrigação principal: a defesa do direito à habitação. A prioridade da Câmara Municipal e do Governo tem de ser a garantia de um realojamento digno, seguro e integrado na comunidade, não permitindo que a lei do mercado dite o futuro de quem já perdeu tudo.

Por fim, quanto ao ponto 5, exigir que tudo isto se conclua no prazo máximo de um ano é completamente irrealista. Estamos a falar de vidas, de famílias em risco e da resolução de problemas sociais com décadas. Um



processo justo de realojamento e de acompanhamento destas pessoas exige tempo, diálogo e sensibilidade, e não pode ser despachado à pressa apenas para cumprir um calendário inflexível.”

6.31.1.4 – A Deputada Municipal Geiziely Glicia Fernandes (LIVRE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O LIVRE votou a favor da presente moção, pois os pedidos que esta dirige à Câmara Municipal correspondem a exigências que o próprio LIVRE já tinha feito ao executivo. Pede-se transparência sobre as áreas de risco e um tratamento justo de quem possa vir a ser afetado.

O LIVRE não chega a esta votação sem trabalho próprio sobre o assunto. Apresentou já um requerimento a propósito da Azinhaga dos Formozinhos, em Porto Brandão, onde pedia esta mesma transparência e acrescentava uma condição que considera essencial, a de que nenhuma demolição avance enquanto não estiver assegurada uma solução habitacional digna para cada família afetada.

Há, porém, um ponto em que nos afastamos da moção, e por isso apresenta esta declaração. O texto trata a segurança das pessoas e os direitos de propriedade lado a lado, como valores do mesmo peso. Numa zona de risco confirmado, a segurança de quem ali vive tem de prevalecer sobre o direito de propriedade e essa prevalência marca uma diferença de fundo perante o que a moção propõe.

Afirmá-lo não enfraquece o Estado de Direito, pelo contrário, respeita-o. O Estado de Direito não deixa de valer quando há vidas em perigo e, por isso, o município mantém o dever de fundamentar as suas decisões e de tratar com justiça as famílias afetadas, em todas as fases do processo. Quando, ainda assim, a proteção das pessoas e a defesa do património entrarem em conflito, a vida das pessoas tem de vir primeiro.

O LIVRE acompanha o que esta moção pede, mas não separa esses pedidos das pessoas a quem se destinam. A essas pessoas o município deve, antes de tudo o resto, segurança e uma resposta habitacional à altura.”

6.32 – A “Moção “Implementação do Sistema ColorADD”, baixou à Comissão Permanente.

6.33 – A Moção “Implementação de um Sistema de Videovigilância no Concelho de Almada”, foi aprovada por maioria com 29 votos a favor, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 7 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 7 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD incluindo a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica que o integra, 1 do eleito da IL; 9 votos contra sendo 7 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, 1 da eleita do BE, 1 da eleita do LIVRE.

6.33.1 – A Deputada Municipal Joana Sales Vieira (BE) anunciou que apresentaria uma Declaração de Voto.

Deste modo não restou outra alternativa que não fosse o voto contra o documento nº 3.”

6.33.1.1 – A Deputada Municipal Joana Sales Vieira (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Bloco de Esquerda votou contra a Moção do PSD para a “Implementação de um Sistema de Videovigilância no Concelho de Almada” por considerar que a resposta aos problemas de segurança não passa pela vigilância massiva do espaço público, mas sim por políticas sociais integradas e pelo policiamento de proximidade. Embora acompanhem a premissa de que a segurança das populações é uma responsabilidade do Estado e um fator determinante para a qualidade de vida, discordamos frontalmente da solução tecnológica apresentada para dar resposta às situações de insegurança e vandalismo relatadas no concelho.

A moção argumenta que a videovigilância contribui para a dissuasão de comportamentos ilícitos e para o reforço do sentimento de segurança das populações. No entanto, a evidência demonstra que as câmaras não resolvem as causas da criminalidade, limitando-se frequentemente a deslocar o crime para zonas adjacentes não vigiadas, criando apenas uma falsa sensação de segurança. A proposta do PSD visa instalar câmaras de forma faseada, priorizando áreas de elevada afluência, proximidades de estabelecimentos de ensino, interfaces de transporte



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

e espaços públicos sensíveis. Para o Bloco de Esquerda, o espaço público deve ser um espaço de liberdade, e a proliferação de câmaras constitui uma intrusão desproporcional na privacidade dos cidadãos.

O Bloco de Esquerda opõe-se veementemente a esta transferência encapotada de competências e de custos do Estado para o Município. O financiamento, o equipamento e a dotação de meios logísticos das forças de segurança são da responsabilidade exclusiva da Administração Central. Embora a proposta mencione a articulação com o Governo e o Ministério da Administração Interna para a obtenção de autorizações e eventual cofinanciamento, o orçamento municipal de Almada não deve servir para colmatar o subfinanciamento crónico do Estado na segurança interna.

Em vez de canalizar esforços e recursos para a implementação de sistemas de vigilância, o Município deve exigir ao Governo mais meios humanos para as forças de segurança nas ruas, capazes de garantir um verdadeiro policiamento de proximidade. A segurança constrói-se com agentes no terreno que conheçam as dinâmicas dos bairros e criem relações de confiança com a comunidade, e não com câmaras que tratam todos os cidadãos como potenciais suspeitos. A par desta exigência, a prioridade autárquica deve ser o investimento nas causas estruturais, através da requalificação urbana, da iluminação pública, da mediação social, do apoio à juventude e de políticas de habitação. Por defendermos uma Almada segura, livre e coesa, que atua sobre as raízes sociais da criminalidade, e por rejeitarmos a vigilância do espaço público e a transferência indevida de encargos do Estado para a autarquia, o Bloco de Esquerda votou contra esta proposta.”

6.34 – A Moção de “Repúdio pela Limitação do Carácter Público das Reuniões de Câmara”, foi aprovada por maioria com 23 votos a favor, sendo 7 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, 7 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 7 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD incluindo a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica que o integra, 1 da eleita do BE, 1 do eleito da IL; 1 abstenção do LIVRE; 14 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram.

6.34.1 – O Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU) anunciou que apresentaria uma Declaração de Voto.

6.34.1.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU):

Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente aos três textos sobre a decisão da Presidente da Câmara Municipal de reduzir o número de reuniões públicas da Câmara Municipal, apresentados respetivamente pelo BE, PSD e CH, a CDU votou a favor das três propostas, relevando a importância política que esta matéria encerra, e considerando que, em função dessa relevância política, se justifica plenamente o regresso à realização de duas reuniões públicas mensais da Câmara Municipal.

A CDU sublinha, ainda, que foi a primeira força política a contestar publicamente a decisão da Presidente da Câmara Municipal de alteração a periodicidade das reuniões públicas da Câmara Municipal.”

6.35 – O Voto de Saudação ao “Dia Nacional do Antigo Combatente”, foi aprovada por maioria com 31 votos a favor, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 7 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 7 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD incluindo a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica que o integra, 1 da eleita do BE, 1 da eleita do LIVRE, 1 do eleito da IL; 7 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal da CDU.

6.35.1 – O Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU), anunciou que apresentaria uma Declaração de Voto.

6.35.1.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sobre os dois textos de saudação aos antigos combatentes, apresentados pelo PSD e CH, a CDU respeita e saúda os antigos combatentes. Mas vai muito mais longe do que isso. A CDU exige ao Governo, aos sucessivos Governos, que atuem, que adotem medidas concretas para a solução dos problemas dos antigos combatentes.



Medidas que tardam a ser tomadas, e que não sendo tomadas, traduzem o desrespeito institucional do Governo da República pelos antigos combatentes. A CDU não se limita a declarações de intenção que, por muito sérias que possam ser (ou parecer), não resolvem os problemas reais destes portugueses.

Por outro lado, a dignificação dos antigos combatentes jamais poderá alcançar-se pela apologia da guerra e da agressão, desprezando o comando constitucional que impõe a Paz e o entendimento entre os povos. Associar a homenagem aos antigos combatentes a missões militares de agressão e guerra desencadeadas pela NATO e pela União Europeia em diversas partes do mundo, incluindo a Ucrânia expressamente referida num destes textos, não corresponde aos anseios dos antigos combatentes, não corresponde à defesa dos seus interesses, não corresponde ao respeito que estes cidadãos devem merecer por parte de toda a comunidade.

Nenhum desses portugueses querará, seguramente, ver um filho ou um neto seus, lançados de novo para a fogueira de conflitos armados que nada têm de humanitários, a troco de um reconhecimento do seu passado enquanto combatentes, reconhecimento que não passará de pura hipocrisia nesse quadro. Por estas razões, a CDU votou contra os dois documentos apresentados.”

6.36 – A Moção/Deliberação “Celebremos a Constituição da República Portuguesa”, foi aprovada por maioria com 30 votos a favor, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 7 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, 7 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD incluindo a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica que o integra, 1 da eleita do BE, 1 da eleita do LIVRE; 1 abstenção da IL; 7 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA.

6.37 – A Moção/Deliberação “Não às Portagens na A33. Pela eliminação do pagamento de portagens na A33”, foi votada por pontos tendo-se verificado a seguinte votação:

6.37.1 – O Ponto 1 foi aprovado por unanimidade

6.37.2 – O Ponto 2 foi aprovado por maioria com 30 votos a favor, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 7 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, 7 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do BE, 1 da eleita do LIVRE; 8 votos contra sendo 8 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD incluindo a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica que o integra, 1 do eleito da IL.

6.37.1.1 – A Deputada Municipal Débora Figueiredo Rodrigues (PS) anunciou que apresentaria uma Declaração de Voto.

6.37.1.2 – A Senhora Deputada Municipal Débora Figueiredo Rodrigues (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sem prejuízo do PS Almada entender que a abolição total das portagens na A33 traria eventuais benefícios aos munícipes almadenses, face aos recursos limitados do erário público, o Partido Socialista entende que a prioridade deve ser dada à abolição para já do pagamento de portagens no pórtico do nó da Queimada. Como se verifica pela ação governativa dos últimos anos de Governo socialista, considera-se também que deve ser dado enfoque ao aumento da oferta e melhoria das condições dos transportes públicos, bem como à efetiva concretização da terceira travessia do Tejo, mais do que a abolição nesta fase da totalidade das portagens na A33.”

6.38.2 – O Ponto 3 foi aprovado maioria com 30 votos a favor, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 7 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, 7 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do BE, 1 da eleita do LIVRE; 8 votos contra sendo 8 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD incluindo a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica que o integra, 1 do eleito da IL.

6.38.2.1 – A Deputada Municipal Ana Catarina Ribas (PSD) anunciou que apresentaria uma Declaração de Voto relativa aos pontos 2 e 3. (Declaração de Voto por escrito não apresentada)



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

6.39 – A Moção/Deliberação “Pela Paz”, foi rejeitada com 15 votos contra sendo 7 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 7 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD incluindo a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica que o integra, 1 do eleito da IL; 15 abstenções sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 1 da eleita do LIVRE; 8 votos a favor sendo 7 eleitos do Grupo Municipal da CDU, 1 da eleita do BE.

6.39.1 – Usou da palavra a Deputada Municipal Débora Rodrigues (PS) para apresentar uma Declaração de Voto;

6.39.1.1 – A Senhora Deputada Municipal Débora Figueiredo Rodrigues (PS).

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente a esta moção apresentada pela CDU, abstivemo-nos porque nos posicionamos convictamente a favor da Paz, mas não podemos compactuar com a tentativa de branqueamento da guerra na Ucrânia e seus responsáveis e esta moção tem quase uma imputação de responsabilidade pelo conflito à União Europeia e com tal não podemos acompanhar.”

6.39.1 – As Deputadas Municipais Geizely Glicia Fernandes (LIVRE), Ana Catarina Ribas (PSD) anunciaram que apresentariam Declarações de Voto. (A Deputada Municipal Ana Catarina Ribas não apresentou a Declaração de Voto por escrito)

6.39.1.1 – A Senhora Deputada Municipal Geizely Glicia Fernandes (LIVRE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A paz é um valor central deste partido. A Constituição da República inscreve-a entre os princípios que fundam a relação de Portugal com o mundo, e o LIVRE subscreve-os sem reservas. Foi por levar a paz a sério que não pôde votar a favor deste texto.

A moção descreve a guerra na Ucrânia como uma guerra «prolongada» pela NATO e pela União Europeia. Não é. Uma moção que apela à paz e ao mesmo tempo se cala sobre quem desencadeou a invasão não serve a causa da paz.

O mesmo texto pede a «rejeição da militarização da União Europeia». O LIVRE defende, há muito, uma defesa europeia comum e integrada, sob o escrutínio democrático dos parlamentos. Para um país de menor dimensão, ter meios próprios de defesa é o que impede que a sua segurança fique à mercê dos mais poderosos. Sem essa capacidade, a paz deixa de ser uma escolha e passa a ser aquilo que o mais forte consentir.

Há ainda uma diferença mais funda, sobre aquilo que entendemos por paz. A paz exige solidariedade com quem sofre a agressão e não uma neutralidade que trate da mesma maneira o agressor e a vítima. Essa solidariedade não muda consoante o agressor; é a mesma que devemos ao povo ucraniano e ao povo palestino, como a todos os que hoje resistem a quem os queira dominar pela força.

Votar a favor seria aceitar que a responsabilidade pela guerra é da Europa e não de quem invadiu um país soberano. Votar contra seria deixar que a nossa recusa se confundisse com a de quem rejeita esta moção a partir de posições que não são as nossas.

O LIVRE reafirma o seu compromisso com a paz. Uma paz que se faz com justiça e que nunca tratará como iguais quem provoca a guerra e quem a sofre.”

6.40 – A Saudação ao “1.º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador”, foi votada por pontos tendo-se verificado a seguinte votação:

6.40.1 – Os considerandos foram aprovados maioria com 23 votos a favor sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 7 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, 1 da eleita do BE, 1 da eleita do LIVRE; 1 abstenção da IL; 14 votos contra sendo 7 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 7 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD incluindo a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica que o integra.



6.40.2 – O Ponto 1 foi aprovado por maioria com 37 votos a favor, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 7 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, 7 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 7 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD incluindo a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica que o integra, 1 da eleita do BE, 1 da eleita do LIVRE; 1 abstenção do eleito da IL.

6.40.3 – O Ponto 2 foi aprovado por maioria com 30 votos a favor sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 7 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, 7 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD incluindo a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica que o integra, 1 da eleita do BE, 1 da eleita do LIVRE; 1 abstenção da IL; 7 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA.

6.41 – A Saudação ao “8 de Março – Dia Internacional da Mulher”, foi aprovada por unanimidade.

6.42 – A Recomendação “Abertura ao público das Reuniões da Câmara Municipal de Almada”, foi aprovada por maioria com 24 votos a favor sendo 7 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, 7 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 7 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD incluindo a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica que o integra, 1 da eleita do BE, 1 da eleita do LIVRE, 1 do eleito da IL; 14 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram.

6.43 – O Voto de Saudação “Pelos 52 anos do 25 de Abril”, foi aprovada por maioria com 30 votos a favor sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 7 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, 7 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD incluindo a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica que o integra, 1 da eleita do BE, 1 da eleita do LIVRE; 1 abstenção da IL; 7 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA.

6.44 – O Voto de Saudação “1.º de Maio, Dia do Trabalhador”, foi aprovada por maioria com 30 votos a favor sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 7 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, 7 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD incluindo a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica que o integra, 1 da eleita do BE, 1 da eleita do LIVRE; 8 abstenções sendo da 7 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito da IL.

6.45 – A Saudação ao “Programa “Estou Aqui! Crianças” – Edição 2026”, foi aprovada por unanimidade.

6.46 – A Saudação aos “50 Anos da Aprovação da Constituição da República Portuguesa”, foi aprovada por maioria com 30 votos a favor sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 7 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, 7 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD incluindo a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica que o integra, 1 da eleita do BE, 1 da eleita do LIVRE; 1 abstenção da IL; 7 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA.

6.47 – A Saudação ao “1.º de Maio – Dia do Trabalhador”, foi aprovada por maioria com 30 votos a favor sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 7 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, 7 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD incluindo a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica que o integra, 1 da eleita do BE, 1 da eleita do LIVRE; 8 abstenções sendo da 7 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito da IL.

6.48 – A Moção “Pela Defesa da Expressão Pública das Autarquias em causas e datas de interesse social”, foi aprovada por maioria com 23 votos a favor sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 7 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, 1 da eleita do BE, 1 da eleita do LIVRE; 1 abstenção da IL; 14 votos contra sendo 7 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 7 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD incluindo a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica que o integra.

6.48.1 – A Deputada Municipal Ana Catarina Ribas (PSD) anunciou que apresentaria uma Declaração de Voto. (A Declaração de voto por escrito não foi apresentada).



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

6.49 – A Saudação “Os jovens na eleição do Senhor Presidente da República Portuguesa”, foi aprovada por maioria com 16 votos a favor sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 1 da eleita do BE, 1 da eleita do LIVRE; 8 abstenções sendo 7 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, 1 do eleito da IL; 14 votos contra sendo 7 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 7 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD incluindo a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica que o integra.

6.50 – A Recomendação “Valorização e apoio à Pesca Artesanal com Arte Xávega”, foi aprovada por unanimidade.

6.51 – A Recomendação “Auditoria aos licenciamentos em zonas de risco geológico e mecanismos de proteção dos proprietários afetados”, foi rejeitada com 21 votos contra sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 7 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU; 17 votos a favor sendo 7 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 7 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD incluindo a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica que o integra, 1 da eleita do BE, 1 da eleita do LIVRE, 1 do eleito da IL.

6.51.1 – O Senhor Deputado Municipal Ricardo Jorge Pita (PS) anunciou que apresentaria uma Declaração de voto.

6.51.1.1 – O Deputado Municipal Ricardo Jorge Pita (PS) – Representante em substituição da Junta da União de Freguesias de Caparica Trafaria:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No que respeita ao documento nº 24, recomendação apresentada pelo partido Livre, intitulada “Auditoria aos licenciamentos em zonas de risco geológico e mecanismo de proteção dos proprietários afetados”, a Junta da União das Freguesias de Caparica e Trafaria vem pela presente declaração assegurar que tem estado ao lado das populações afetadas, dentro do seu território, desde o primeiro minuto em que ocorreram as situações calamitosas do tão conhecido “comboio de tempestades”, ocorrido no último inverno.

Relativamente ao voto contra apresentado sobre o documento em causa, importa salientar que o representante da junta considerou existirem excertos dos considerandos que não podem ser entendidos como fundamento da proposta apresentada. Acresce existirem aspetos legais e operacionais que não podem ser negligenciados para fazer face ao proposto em alguns dos pontos apresentados.

Deste modo não restou outra alternativa que não fosse o voto contra o documento nº 24.”

6.52 – A Recomendação “Criação de um Programa Municipal de Comunidades de Energia Renovável (CER) em Almada”, baixou à Comissão Permanente.

6.53 – A Moção “Pela permanência da Fragata D. II e Glória e pela valorização do Núcleo Museológico de Cacilhas”, foi aprovada por maioria com 37 votos a favor, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 7 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, 7 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 7 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD incluindo a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica que o integra, 1 do eleito do BE, 1 da eleita do LIVRE; 1 abstenção do eleito do IL.

6.53.1 – Usou da palavra o Deputado Municipal Carlos Filipe Alves (IL) para apresentar uma Declaração de Voto.

6.53.1.1 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Filipe Alves (IL):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Na Sessão de ontem ficou bastante clara qual é que seria a posição da Iniciativa Liberal em relação a este assunto, está perfeitamente esclarecido. Portanto a nossa abstenção prende-se essencialmente por não entendermos porque é que é que o LIVRE ainda traz uma proposta chumbada noutra Município a esta Assembleia Municipal.”



6.54 – A Saudação de “Homenagem a todos os Antigos Combatentes”, foi rejeitada com 23 votos contra sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 7 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, 1 da eleita do BE, 1 da eleita do LIVRE; 15 votos a favor sendo 7 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 7 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD incluindo a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica que o integra, 1 do eleito da IL.

6.55 – A Moção “Pela diminuição da criminalidade, redução das atividades ilícitas e aumento da segurança em Almada”, foi rejeitada com 22 votos contra sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 7 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, 1 da eleita do LIVRE; 2 abstenções sendo 1 da eleita do BE, 1 do eleito da IL; 14 votos a favor sendo 7 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 7 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD incluindo a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica que o integra.

6.56 – A Moção “Pelo fim das portagens na A33 e pela redução progressiva das portagens na Ponte 25 de Abril”, foi votada por pontos tendo-se verificado a seguinte votação:

6.56.1 – O Ponto 1 foi aprovado por unanimidade.

6.56.2 – O Ponto 2 foi rejeitado com 21 votos contra sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 7 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD incluindo a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica que o integra; 2 abstenções sendo 1 da eleita do LIVRE, 1 do eleito da IL; 15 votos a favor sendo 7 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, 7 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do BE.

6.56.3 – O Ponto 3 foi aprovado por maioria com 36 votos a favor sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 7 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, 7 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 7 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD incluindo a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica que o integra, 1 da eleita do BE; 2 abstenções sendo 1 da eleita do LIVRE, 1 do eleito da IL.

6.56.4 – O Ponto 4 foi aprovado por maioria com 36 votos a favor sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 7 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, 7 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 7 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD incluindo a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica que o integra, 1 da eleita do BE; 2 abstenções sendo 1 da eleita do LIVRE, 1 do eleito da IL.

6.57 – A Moção “Pela transparência financeira, pelo pluralismo institucional e pela reformulação do modelo de distribuição da Revista Municipal de Almada”, foi rejeitada com 21 votos contra sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 7 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU; 2 abstenções sendo 1 da eleita do BE, 1 da eleita do LIVRE; 15 votos a favor sendo 7 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 7 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD incluindo a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica que o integra, 1 do eleito da IL.

6.58 – A Moção “Pelo efetivo cumprimento dos prazos de resposta do Executivo Municipal a requerimentos enviados pela Assembleia Municipal”, foi aprovada por maioria com 16 votos a favor sendo 7 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 7 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD incluindo a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica que o integra, 1 da eleita do BE, 1 do eleito da IL; 22 abstenções sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 7 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, 1 da eleita do LIVRE.

6.59 – A Moção “Pela recuperação do edifício que alberga a Esquadra da PSP no Pragal, tendo em vista a resolução dos graves problemas infraestruturais de impermeabilização”, baixou à Comissão Permanente.

6.59.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU), anunciou que apresentaria uma Declaração de Voto por escrito.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.59.1.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente ao texto sobre a degradação do edifício da Divisão de Almada da PSP, a CDU sublinha que em abril de 2025, há exatamente um ano, a Deputada à Assembleia da República, eleita pelo PCP pelo Distrito de Setúbal Paula Santos, acompanhada por Luís Palma e Bruno Dias, visitou as instalações da Divisão de Almada da PSP, identificando então um conjunto de necessidades de investimento urgente na melhoria das instalações e das condições de trabalho dos profissionais da PSP.

Dessa visita resultaram requerimentos apresentados ao Governo na Assembleia da República, contendo propostas concretas para a solução das deficiências identificadas. Um ano passado sobre esta iniciativa do PCP, o Governo nada disse e muito menos fez.

Neste quadro, importaria que a Assembleia Municipal de Almada, em vez de recomendar que a Câmara Municipal execute uma missão impossível, porque não é sua competência nem responsabilidade, ou convide um Ministro a visitar a sua própria casa, exigisse ao Governo que cumpra as suas obrigações e promova a melhoria das condições do edifício da Divisão de Almada da PSP.

Não é essa a exigência que o texto que nos é presente faz, pelo que a CDU, absteve-se na sua votação.”

6.60 – “Pela reposição das reuniões públicas da Câmara Municipal de Almada”, foi aprovada por maioria com 37 votos a favor sendo 7 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, 7 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 7 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD incluindo a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica que o integra, 1 da eleita do BE, 1 do eleito da IL; 1 abstenção da eleita do LIVRE; 14 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram.

6.61 – A Recomendação “Festival Intermunicipal do Estuário do Tejo – Criação de evento de escala Metropolitana de valorização ambiental, histórica e cultural”, foi aprovada por maioria com 30 votos a favor, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 7 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, 7 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD incluindo a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica que o integra, 1 da eleita do BE, 1 da eleita do LIVRE; 1 abstenção da IL; 7 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA.

6.61 – Seguiu-se um minuto de silêncio, proposto pelo Presidente da Assembleia Municipal e a pedido do plenário relativamente à Moção sobre o Dia Internacional da Mulher.

7 – Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

7.1 – Usou da palavra a Deputada Municipal Patrícia Alexandra de Carvalho (CHEGA), para anunciar que dado o adiantado da hora, retira a inclusão no presente ponto, sendo adiado para a próxima Sessão.

7.1.2 – Entrou-se no ponto 3.1 da ordem de trabalhos, relativo à Eleição de Representante da Assembleia Municipal para a Subcomissão de Segurança e Proteção do Bem-Estar Animal da Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC);

7.1.2.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Deputada Municipal Debora Figueiredo Rodrigues (PS);

7.1.2.2 – A Senhora Deputada Municipal Débora Figueiredo Rodrigues (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Compete a esta Assembleia Municipal eleger um representante para a Subcomissão de Segurança e Proteção do Bem-Estar Animal da Comissão Municipal de Proteção Civil.

A proposta que aqui trazemos, os Deputados do Partido Socialista e também os subscritores Deputados Municipais da CDU, é que seja indicado eu própria como representante efetivo e representante suplente o Deputado Municipal Vasco Rodrigues.”



7.1.3 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação da proposta por voto secreto, tendo sido aprovada com 29 votos a favor, 2 votos em Branco e 7 votos Nulos através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

Representante Efetivo: Deputada Municipal

Débora Figueiredo Carvalho Rodrigues

Representante Suplente: Deputado Municipal

Vasco Ramiro Rodrigues Gonçalves

7.2 – Entrou-se no ponto 3.2 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Nomeação Juizes Sociais biénio 2026/2027”;

7.2.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra o Vice-Presidente da Câmara Municipal Filipe Alexandre Pacheco (PS);

7.2.1.1 – O Senhor Vice-Presidente Filipe Alexandre Pacheco (PS);

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta proposta compete à Câmara Municipal de Almada organizar as candidaturas a Juizes Sociais, que irão intervir nos processos de competência dos Tribunais de Menores com sede do Município, para a preparação da lista de candidatos à 2.ª Secção de Família e Menores do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa, situada em Almada. Estamos a falar para o biénio 2026-2027, foram contactados os Juizes do biénio anterior para aferir a sua disponibilidade para continuar funções e para preencher as vagas existentes, foram consultadas as entidades da rede social que apresentaram várias propostas de candidato.

Portanto, os documentos estão apresentados e propõe-se à Assembleia Municipal aprovar a lista que está na proposta.”

7.2.2. – No debate usou da palavra o/a Deputado/a Municipal Carlos Filipe Alves (IL) e Geiziely Glicia Fernandes (LIVRE).

7.2.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Filipe Alves (IL):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Para referir que em relação a este ponto a Iniciativa Liberal considera que a figura do Juiz Social tem uma finalidade clara de aproximar a justiça da comunidade, reforçar o sentimento de legalidade, incorporar a sensibilidade social dos processos, onde esta participação é prevista.

Do ponto de vista da Iniciativa Liberal este é um instrumento que deve ser tratado com seriedade e critério, garantindo transparência na seleção, diversidade e perfis e respeito pelos requisitos legais conforme, porque a confiança nas instituições constrói-se com rigor e coerência.

A informação disponível aponta para uma lista com perfis diversificados e com ligação a áreas relevantes para a função como a intervenção social, educação, saúde e apoio comunitário.

Assim, a Iniciativa Liberal votará a favor desta proposta, reafirmando que uma democracia forte exige instituições credíveis, processo claros e responsabilidade na escolha que esse é o interesse público.”

7.2.2.2 – A Senhora Deputada Geiziely Glicia Fernandes (LIVRE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Os Juizes Sociais são cidadãos de reconhecida idoneidade que integram coletivos e com julgamentos em causa de menores e complementam e completo os Juizes nomeados.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

O LIVRE acompanha sem reservas e regista em declaração de voto, agora, três observações para o próximo biénio, que haja aviso público de candidaturas com critérios objetivos, que aumente a proporção de candidatos em vínculo ao Município e que haja uma formação previa para Juizes nomeados.”

7.2.3 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação da proposta por voto secreto, tendo sido aprovada com 27 votos a favor, 1 voto Não, 8 Abstenções e 2 votos em Branco, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos do artigo 36.º, do Decreto-Lei n.º 156/78, de 30 de junho, aprova a lista de Juizes Sociais para o biénio 2026/2027, nos precisos termos da deliberação camarária de 16 de março de 2026, que aprovou a proposta n.º 2026-99-DIAS.

7.3 – Ficou consensualizado em Conferência de Representantes a apreciação em conjunto dos pontos 3.3 da ordem de trabalhos, relativo à proposta da Câmara Municipal sobre “Prestação de Contas de 2025 – Município de Almada”; 3.4 relativo à proposta da Câmara Municipal sobre “SMAS – Primeira Alteração Modificativa do Orçamento de 2026 e Anos Seguintes”; 3.5 relativo à proposta da Câmara Municipal sobre “SMAS – Relatório e Contas de 2025” e 3.6 à relativo proposta da Câmara Municipal sobre “Wemob – Relatório e Conta de Gerência relativos ao exercício de 2025”, sendo os pontos votados em separado.

7.3.1 – Para apresentar as propostas usou da palavra o Vereador Ivan da Costa Gonçalves (PS);

7.3.1.1 – O Senhor Vereador Ivan da Costa Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente às contas do Município para o ano de 2025.

O exercício evidencia uma situação financeira sólida, num contexto que foi particularmente exigente, tendo em conta a reprovação do Orçamento de 2025, e este desempenho confirma a capacidade da Câmara Municipal de Almada, para assegurar um funcionamento regular dos serviços públicos, preservar o equilíbrio financeiro e criar condições para o desenvolvimento de investimento futuro.

Em termos de principais indicadores, a receita total da Câmara Municipal foi 202.600.000.00€ (duzentos e dois milhões e seiscentos mil euros), a despesa total de 174.500.000.00€ (cento e setenta e quatro milhões e quinhentos mil euros), com uma taxa de execução de quase 83%.

Um saldo de gerência de mais de 28.000.000.00€ (vinte e oito milhões de euros) e um resultado líquido de 3.600.000.00€ (três milhões e seiscentos mil euros).

Apesar da reprovação do orçamento, a execução global tendo superado os 82%, permitiram assegurar um funcionamento regular do Município e a concretização de uma série de investimentos relevantes, pese embora todas as dificuldades que esta reprovação nos trouxe e os constrangimentos que trouxeram também à Autarquia.

Relativamente à situação financeira do Município, a liquidez está perto dos 40.000.000.00€ (quarenta milhões de euros), 38.900.000.00€ (trinta e oito milhões e novecentos mil euros), o ativo total da Câmara Municipal situa-se nos 705.500.000.00€ (setecentos e cinco milhões e quinhentos mil euros) e o passivo em 62.700.000.00€ (sessenta e dois milhões e setecentos mil euros), naquilo que é uma redução face ao ano de 2024.

Verifica-se, igualmente, uma redução do endividamento que passou dos 9.500.000.00€ (nove milhões e quinhentos mil euros) para os 7.400.000.00€ (sete milhões e quatrocentos mil euros).

Este percurso traduz também uma política de desalavancagem e de gestão prudente que reforça a margem de decisão futura e a capacidade do Município para concretizar investimentos estruturantes, e permite também enfrentar os tempos que vivemos que são tempos de incerteza, de aumento de preços, de aumento da inflação, de aumento dos custos dos materiais e dos combustíveis e que têm naturalmente, tradução depois daquilo que



são políticas erradas tomadas pela administração norte-americana, mas dizia que nos permite neste momento, encarar este período com alguma confiança de que estamos menos expostos aos riscos que o mundo e o nosso país enfrentam.

Portanto, trata-se de uma situação financeira que permite encarar o futuro com estabilidade e criar condições para o reforço do investimento e resposta às necessidades de emergência deste Concelho, como já tivemos até durante o atual ano, com a consequência das intempéries que nos assolaram e que assolaram o país todo durante o mês de fevereiro.

Portanto, sobre isto é o que me apraz dizer, naturalmente, estamos à disposição para qualquer questão que possa ser colocada.”

7.3.2 – No debate usaram da palavra os/as Deputados/as Municipais Luis Manuel Cordeiro (CHEGA), Carlos Filipe Alves (IL), João Eduardo Gerales (CDU), Luís Pedro Durão (PSD), Isabella Sales Baltazar (CHEGA), Inês Oliveira Silva (CHEGA), Miguel Ângelo Salvado (PSD), Maria Tomaz Palma (PS), Joana Sales Vieira (BE) e ainda o Vice-Presidente da Câmara Municipal Filipe Alexandre Pacheco (PS), o Vereador Luís Filipe Palma (CDU) e o Vereador Ivan da Costa Gonçalves (PS).

7.3.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Luís Manuel Cordeiro (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em primeiro lugar, gostaria de deixar aqui uma nota, de que nós não estávamos aqui em 2025, e estamos a analisar o Relatório de Contas do exercício orçamental cuja execução de facto, não acompanhamos desde o início.

De qualquer forma, tivemos a oportunidade de aqui manifestar a nossa posição relativamente ao orçamento de 2026, proposto por este executivo e que esta Assembleia Municipal aprovou, e tomamos nota que afinal já existe aqui um padrão que vem de trás, nomeadamente, no que diz respeito à estrutura da receita e às opções assumidas no que diz respeito à alocação de recursos.

Para uma receita corrente, cobrada, de 159.337.000.00€ (cento e cinquenta e nove milhões trezentos e trinta e sete mil euros), verificamos que os impostos diretos contribuíram com a maior fatia. E estou a falar do IMT e do IMI, o que representa qualquer coisa como 45,8% de toda a receita corrente. Isto são basicamente impostos pagos pela classe média. Isto é, o património é a galinha de ovos de ouro desta Autarquia.

Na execução da despesa, destaca-se o valor pago com pessoal, 62.331.000.00€ (sessenta e dois milhões trezentos e trinta e um mil euros), e o valor pago em aquisição de bens e serviços 48.054.000.00€ (quarenta e oito milhões e cinquenta e quatro mil euros) e mais uns trocos. O que faz um total de 110.386.000.00€ (cento e dez milhões trezentos e oitenta e seis mil euros). Isto constitui um indicador de uma Câmara Municipal focada no seu próprio funcionamento. Obviamente, que há muita desta despesa que também é necessária para prover serviços à comunidade, mas há aqui muitos milhões malgastos no seu próprio funcionamento. Nós consideramos como desperdício.

Tomamos ainda nota no que à despesa de capital diz respeito, se pagaram 40.609.000.00€ (quarenta milhões seiscentos e nove mil euros) para uma dotação inicial de 67.265.000.00€ (sessenta e sete milhões duzentos e sessenta e cinco mil euros) e mais uns trocos. Isto representa uma taxa de execução de 60% e mais qualquer coisa. O que nos parece um pobre desempenho mesmo levando em consideração a natureza plurianual dos investimentos.

Finalmente, a receita obtida com a taxa de participação no IRS, fixada em 2025, com os 3,5%, obtiveram 12.000.000.00€ (doze milhões de euros). E nós estaremos bem atentos à evolução deste indicador no corrente ano 2026, em que a taxa foi fixada em 5%.

Só em jeito de conclusão e para terminar a minha intervenção, parece-nos que à data de hoje a inclusão da CDU no perímetro da governação da Autarquia serviu apenas para aumentar impostos e taxas. Aumentou-se o IRS, aumentou-se a taxa da Derrama, não se diminuiu o IMI.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Finalmente, temos uma questão que foi formulada na última Sessão em que discutimos o Orçamento para 2026, há uma série de rubricas ao longo dos mapas financeiros em que aparecem nomeados como “outros” “diversos” “outros trabalhos especializados”, isto monta a 19.260.000.00€ (dezanove milhões duzentos e sessenta mil euros) e mais uns trocos.

Afinal, estes quase 20.000.000.00€ (vinte milhões de euros) vão servir para quê?”

7.3.2.2 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Filipe Alves (IL):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Começamos pelo que é factual. As contas foram auditadas, a certificação legal sem reservas, há um resultado líquido positivo de 3.600.000.00€ (três milhões e seiscentos mil euros), ativos de 700.000.000.00€ (setecentos milhões de euros) e fundos próprios de 600.000.000.00€ (seiscentos milhões de euros).

Isto dá credibilidade técnica aos documentos e por isso a Iniciativa Liberal não faz política sem contabilidade, vota com seriedade.

Contas certas, não são sinónimo de boa governação. O Município não existe para acumular saldos, existe para transformar recursos em respostas e o vosso ponto fraco continua a ser o mesmo, a execução no investimento.

Em 2025, o Plano Plurianual de Investimentos ficou na ordem dos 60% e assim fica obras adiadas, soluções atrasadas e problemas prolongados.

É fácil apresentar roteiros financeiros quando se executa menos do que se promete, difícil é executar com ritmo, com prioridade e com impacto real na vida dos almadenses.

Por isso, votamos a favor porque os números estão certificados, mas deixamos uma exigência política clara. Em 2026 queremos metas públicas de execução, calendário responsável e um reporte regular. Almada não precisa de folga de caixa, precisa de obra no terreno.

No que toca aos SMAS.

A Câmara Municipal pede-nos que aprovemos a Primeira Alteração Modificativa dos SMAS para 2026, e em termos simples, é para podermos usar em 2026 o dinheiro que sobrou em 2025.

A Iniciativa Liberal não vai bloquear a utilização de fundos próprios, será irresponsável deixar o capital retido quando os SMAS precisam de operar e investir. A proposta está instruída teve validação jurídica e aprovada por unanimidade no Conselho de Administração.

Este saldo é também um sintoma da falha de execução. Quando transitam quase 6.000.000.00€ (seis milhões de euros) isto pode significar que parte do que foi anunciado como investimento, não aconteceu. Para os municípios, saldo no banco não é mérito, pode ser canos que não foram substituídos, redes que não foram renovadas, ruturas repetidas e obras adiadas. Votamos a favor, mas deixamos uma exigência, abandonar o modelo de gestão por avaria e passar a uma gestão proativa de integridade na rede. Isso significa planear investimento por indicadores, perdas de água e material das condutas, histórico de ruturas, criticidade operacional e executar a tempo. Um serviço público moderno não se mede pelo número de reparações, mede-se pela redução sustentada de falhas. O objetivo é simples, uma rede mais fiável, menos interrupções e melhor serviço ao munícipe.

No que toca à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre o Relatório e Contas de 2025 dos SMAS, a Iniciativa Liberal, reconhece que o Relatório de Contas de 2025 apresenta equilíbrio financeiro, e conformidade contabilística revelando estabilidade na gestão corrente. No entanto, para a Iniciativa Liberal contas certas são apenas o ponto de partida e nunca objetivo final de uma entidade pública. É indispensável garantir a eficiência operacional, transparência na comparação de resultados e uma verdadeira orientação para o utente.



Persistem dúvidas legítimas quanto ao peso dos custos operacionais, ao destino a dar aos assistentes financeiros acumulados e a ausência de uma estratégia clara de modernização e inovação no modelo de gestão. Almada precisa de serviços públicos mais ágeis, mais próximos dos cidadãos e financeiramente mais competitivos.

Por isso, não acompanhando de uma visão acompanhada à mera gestão administrativa, a Iniciativa Liberal votará favoravelmente, com a ressalva de que defendemos reformas concretas, que permitam melhores serviços, maior qualidade de resposta e menores custos para todos os almadenses num futuro próximo.

No que toca à votação sobre a WEMOB, Relatório e Contas do exercício de 2025.

É público que a Iniciativa Liberal defende a extinção da WEMOB e os seus serviços sejam integradas na futura Polícia Municipal, face à redundância dos mesmos e à dependência excessiva do Município.

No entanto, no que toca ao Relatório de Contas de 2025 da WEMOB, reconhecemos igualmente, que a empresa não gerou prejuízos suscetíveis de impor encargos adicionais ao erário municipal, facto que deve ser valorizado. Entendemos por isso, que existe fundamento, bastante, para acompanhar a aprovação deste documento, por isso expressamos um sentido de voto de abstenção. Contudo, constas certas não esgotam na exigência política que deve ser colocada a uma empresa municipal. Persistem desafios ao nível da eficiência operacional, da contenção de custos e do reforço da autonomia financeira. A WEMOB não pode permanecer uma situação de rentabilidade residual, vulnerável a qualquer imprevisto económico ou quebra de receita.

Assim, recomendamos que no próximo exercício seja apresentado um plano ambicioso de otimização de custos e crescimento de receitas próprias permitindo reinvestir na modernização da mobilidade de Almada.”

7.3.2.3 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Começamos a nossa intervenção referindo uma proposta que não se encontra agendada nesta Sessão da Assembleia Municipal, mas que é necessária e é urgente.

Referimos a proposta da Revisão Orçamental Alteração Modificativa do Orçamento como agora se designa, que promova a integração do Saldo de Gerência do exercício de 2025, no orçamento que aprovamos há dois meses, de modo a reforçar as rubricas orçamentais essenciais para o desenvolvimento do nosso Concelho, insuficientemente dotadas nos recursos indispensáveis no orçamento original.

Dizemos que é necessária esta proposta, porque sem aquele reforço orçamental, apenas muito dificilmente conseguiremos cumprir os compromissos de investimento que assumimos com os almadenses quando aprovamos o Orçamento e Plano de Atividades para 2026. E nós, na CDU, temos apenas uma palavra, compromisso assumido é compromisso para cumprir na íntegra.

Dizemos também que é urgente esta proposta, porque como todos sabemos a contratação pública é um enorme emaranhado de dificuldades e burocracia, que dificulta de forma tremenda a preparação e concretização dos procedimentos necessários ao lançamento dos concursos que viabilizem o cumprimento dos compromissos que referimos e estamos já a entrar no 5.º mês do ano de 2026. Cada dia que passa, sem o necessário reforço orçamental em rubricas essenciais, é um dia que compromete, de forma séria, a possibilidade de prática de executar os nossos compromissos. Nós na CDU temos apenas uma palavra, e pretendemos honra-la plenamente perante os almadenses.

É um facto que a integração do Saldo de Gerência no exercício anterior no Orçamento Municipal não é obrigatória por força da Lei das Finanças Locais, a integração do saldo é uma opção de gestão financeira, o Município pode decidir não integrar o saldo no orçamento decorrente, mantendo-o apenas na contabilidade financeira para outros fins, como o cálculo dos fundos disponíveis.

No entanto, a CDU entende que a opção adequada à concretização dos programas, ações e projetos em todas as áreas de responsabilidade municipal que incluímos no Plano de Atividades e Orçamento da Câmara Municipal para 2026, é a opção pela inclusão do Saldo de Gerência cerca de 28.000.000.00€ (vinte e oito milhões de euros) reforçando os recursos disponíveis em áreas de intervenção essenciais, à melhoria da qualidade e das condições



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

de vida dos almadenses, que é o propósito e objetivo últimos, que nos anima neste caminho que encetamos há uns meses.

Relativamente ao Relatório e Conta de Gerência da Câmara Municipal, que nos é apresentada, estamos perante um documento cuja aprovação é determinante para a concretização do objetivo que atrás referimos, integração do Saldo de Gerência do ano anterior no orçamento em vigor. Mas é um documento que reporta um exercício do último ano do mandato autárquico anterior, durante o qual a CDU assumiu responsabilidades diretas em algumas áreas de gestão do Município, apenas num período residual do ano, o mês de dezembro.

A CDU não pode deixar de assinalar neste quadro, que este Relatório e Conta de Gerência revela no essencial e particularmente no que ao investimento diz respeito, insuficiências idênticas às que os mesmos documentos referentes aos últimos oito anos anteriores de gestão da Câmara Municipal, não estranhámos esta realidade, pretendemos contribuir para alterar em sentido positivo, uma vez que as opções e a prática de políticas prosseguidas em 2025, pouco ou nada se distinguiram daquelas que conhecemos desde 2017.

Referimos apenas alguns números mais gordos que este Relatório nos apresenta para ilustrar esta nossa afirmação.

A execução do investimento é ligeiramente superior a 53% daquilo que foi orçamentado, é um resultado fraquinho, diríamos mesmo muito fraquinho, face às necessidades objetivas que se colocam ao Concelho de Almada, no que respeito ao investimento dirigido ao desenvolvimento e bem-estar dos almadenses.

A execução da receita de capital fica pouco acima dos 51% daquilo que foi orçamentado, pouco mais de metade, é certo que uma parte muito substancial da receita de capital aqui envolvida, diz respeito aos projetos e programas PRR que não se concretizaram, é um facto que não desculpa no entanto, por um lado o não ter havido capacidade para executar esses projetos, e por outro a fraca execução final registada.

Como dado positivo surge a elevada capacidade de endividamento do Município, apenas 1,4% da capacidade de endividamento se encontra comprometida em finais de 2025. Esta realidade permite obviamente pensar em angariar fundos de financiamento no mercado para intervenções prioritárias e muito prioritárias em situações em que as receitas próprias não se revelem suficientes.

O Saldo de Gerência já o referimos é de 28.100.000.00€ (vinte e oito milhões e cem mil euros), um bom resultado que não pode deixar de significar que o reforço orçamental das áreas prioritárias e muito prioritárias, não será uma miragem.

A assunção de responsabilidades de gestão na Câmara Municipal por parte da CDU a partir de dezembro de 2025, assenta entre outras questões, na exigência de que as áreas de responsabilidade atribuídas à CDU, higiene urbana, saúde, ação social e movimento associativo, este último ainda não concretizado, não esquecendo a Presidência do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados, fossem dotadas dos recursos humanos, físicos e financeiros, indispensáveis e adequados ao exercício das competências assumidas.

A concretização da integração do Saldo de Gerência do ano de 2025, ainda que pudesse ter sido já concretizada nos termos do orçamento em vigor, apenas poderá ocorrer após a aprovação do Mapa de Demonstrações de Desempenho Orçamental incluído no Relatório e Conta de Gerência do ano de 2025 e que agora apreciamos.

Neste quadro, a CDU não pode deixar de reiterar o lamento inicial da nossa intervenção pelo facto de a proposta de deliberação sobre a Revisão Orçamental e integração do Saldo de Gerência, não nos ser presente associada a esta proposta de Relatório e Conta de Gerência, como aliás, e sublinhamos como positivo, acontece relativamente ao Relatório e Conta de Gerência dos SMAS, que também votaremos nesta Sessão, mas entende viabiliza-lo através da abstenção, não obstante das reservas que os números da execução revelados nos documentos nos suscitam.

Relativamente à Prestação de Contas dos SMAS, esta proposta a exemplo da proposta referente ao Relatório e Conta de Gerência da Câmara Municipal, respeita ao último ano do mandato anterior, e nesse quadro revela também insuficiências na intervenção dos SMAS que importa ultrapassar.



Também nos Serviços Municipalizados a CDU assumiu responsabilidades de gestão com a Presidência do Conselho de Administração apenas em dezembro de 2025, não tenho por isso, responsabilidades diretas consideráveis nos resultados que aqui são apresentados.

A exemplo da Câmara Municipal, a integração do Saldo de Gerência do ano anterior depende da aprovação do Relatório e Conta de Gerência, a diferença desta proposta reside no facto de este Relatório ser acompanhado de uma proposta de Revisão Orçamental que promove a integração do Saldo de Gerência de 2025 no orçamento aprovado para 2026.

Como referi, o Relatório e Conta de Gerência dos SMAS é acompanhado de uma proposta de Revisão Orçamental, que prevê a integração do Saldo de Gerência de 2025, exatamente aquilo que deveria acontecer na Câmara Municipal, a proposta de integração do Saldo de Gerência nos SMAS no montante global de cerca de 5.800.000.00€ (cinco milhões e oitocentos mil euros) distribuídos 2.800.000.00€ (dois milhões e oitocentos mil euros) para reforço de rubricas de despesas de capital ou de investimento e 3.000.000.00€ (três milhões de euros) para reforço de verbas em rubricas de despesa corrente, é uma realidade que permite perspetivar já neste primeiro ano de mandato, o início de um processo de reforço no investimento dos SMAS tão diminuído ao longo dos últimos oito anos.

Finalmente, relativamente à Prestação de Contas da empresa municipal WEMOB, a CDU mantém inalteradas as críticas que vem fazendo à gestão e à atividade desta empresa municipal, em particular desde a alteração dos seus estatutos em 2019-2020, momento em que lhe foram atribuídas competências na área da gestão do litoral e da fiscalização e contraordenação no domínio dos resíduos sólidos urbanos, que a CDU entende que não devem ser atribuídas a uma empresa municipal com as características desta empresa.

Acresce que a CDU tem vindo a contestar igualmente, o montante do contrato programa celebrado anualmente entre a Câmara Municipal e a empresa municipal, por considerar que a evolução positiva das receitas próprias da empresa, cujo o capital social é detido exclusivamente, pela Câmara Municipal, permite com naturalidade e sem colocar em causa a atividade da empresa, ponderar a diminuição do atual montante do contrato programa que em 2025 foi de 480.000.00€ (quatrocentos e oitenta mil euros) considerando naturalmente, a perspetiva de aumento das despesas da empresa.

A CDU acredita que as novas condições políticas que se verificam na Câmara Municipal, permitem perspetivar uma alteração futura das condições da operação da empresa municipal, nesta perspetiva, a CDU irá viabilizar a aprovação deste relatório através da abstenção."

7.3.2.4 – O Senhor Deputado Municipal Luís Pedro Durão (PSD):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Começar por dizer que, apreciei a apresentação da Prestação de Contas por parte do Senhor Vereador, mas deixe-me que lhe diga, estou um pouco preocupado com a sua saúde mental, e digo-lhe porquê, é porque o Vereador que eu ouço hoje a falar da Prestação de Contas é um pouco diferente do Vereador que apresentou o Orçamento e que criticou o chumbo do orçamento no mandato passado. É porque observamos afinal, que o chumbo do orçamento não tornou a situação financeira do Município completamente incomportável. Aliás, vamos mais longe, as taxas mínimas como as do IMI, não fizeram nenhuma moça na capacidade de angariação de receita que inviabilizasse o exercício do executivo. Portanto, o que pudemos dizer, é que realmente, a fiscalidade como estava era a adequada para o nível de receita e, portanto, garantia o funcionamento do executivo.

Por este andar, com o aumento de fiscalidade este ano vamos criar se calhar, um excesso de receita e sobrecarregar fiscalmente os nossos municípios. Aliás, devemos estar aqui a almejar ter um superavit ainda maior que o Ministro das Finanças Miranda Sarmento. Portanto, dou-lhe os parabéns por essa capacidade de angariação de receita digna se calhar de outros tipos de ideologia mais liberal.

Aquilo que eu queria que também que confirmasse, é que mesmo com o orçamento chumbado, o nível de execução tem o mesmo nível que anos anteriores, portanto, podemos também concluir, se concordar, que a



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

execução não foi impactada pelo chumbo do orçamento, se calhar não existe uma maior execução por falta de capacidade do executivo em fazer obra.

Portanto, acho que são aqui algumas considerações que seria importante continuarmos a debater e em especial, Senhor Vereador, uma pergunta que eu já lhe fiz anteriormente, o que é que está a fazer diferente para acompanhar a execução orçamental, para que não se cometam os erros do passado? O que é que a Câmara Municipal vai fazer de diferente para aumentar o nível de execução?”

7.3.2.5 – A Senhora Deputada Municipal Isabella Sales Baltazar (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu trago aqui uma pergunta bastante técnica no âmbito da Revisão Orçamental dos SMAS, que por uma questão de compreensão e transparência, eu gostava de perceber sobre a inscrição no projeto LIFE 25, e neste âmbito qual a tipologia do projeto que será cofinanciado pelos fundos europeus e o que será concretamente feito nas ETAR's neste âmbito? Porque muito honestamente, e permitam-me dizer, existe uma tendência de vangloriar a utilização dos fundos europeus para tudo e mais alguma coisa, para fazer tudo e mais alguma coisa, mas todos os fundos disponibilizados pela União Europeia, vêm com tipologias muito bem definidas e critérios muito bem definidos também. E o cumprimento do escrutínio com rigor que nos cabe a nós todos enquanto Deputados Municipais, depende também de informações mais detalhadas e não propriamente, simplesmente uma nomeação de que é o tal projeto europeu.

Então, reitero a pergunta, das seis diferentes tipologias que estão ligadas a este projeto específico LIFE 25, qual delas se enquadra neste âmbito específico e qual será a sua aplicação concreta nas ETAR'S?”

7.3.2.6 – A Senhora Deputada Municipal Inês Oliveira Silva (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Aproveito este ponto para voltar outra vez às condições de trabalho dos trabalhadores que fazem o atendimento da WEMOB durante a época balnear, porque na última vez foi muito fácil dizer que nós não apresentávamos soluções quando nós não tínhamos era tempo para falar, e então pergunto porque é que a solução que é falada desde 2019, da utilização de apoio de praia da frente urbana que esteja vazio, porque é que neste caso ela não é acatada pela Câmara Municipal?

Neste caso, se eles estão vazios, qual é que é problema de poder fazer um investimento e transformar esse espaço para o atendimento, que não é temporário, é sazonal, para a gestão do litoral por exemplo, que faz também o atendimento todo o ano na Costa da Caparica, para os fiscais, uma parte de apoio de balneários e também de copa.

Neste caso, também aproveitava se os utentes, como é uma preocupação que se verifica no atendimento de Cacilhas, assim os utentes também não tinham que ficar de pé na rua, também deviam ter lugares para se sentarem.

Neste caso, volto a fazer a questão pela terceira vez nesta Assembleia Municipal, quando é que os trabalhadores vão ter condições dignas para trabalhar durante o verão?”

7.3.2.7 – O Senhor Deputado Municipal Miguel Ângelo Salvado (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em relação aos SMAS, gostaria de dar aqui algumas notas.

Obviamente, suadamos sempre a transição do saldo. Denotamos que a receita global no ano de 2025, cerca de 38.000.000.00€ (trinta e oito milhões de euros) corresponde a um grau de execução de 83% e tendo melhorado em 4,92%. Estes resultados também são conseguidos pelo aumento das tarifas, e isso será algo que depois eu também gostaria de perceber mais tarde, porque ainda não consegui perceber qual será a posição da CDU para futuro em relação à questão das tarifas, porque sabemos que votaram contra no passado, por isso aguardemos. Mas estes resultados têm exatamente a ver com isso



No entanto, a justificação que foi dada na altura para o aumento e o PSD acompanhou esse aumento, exatamente para que este valor pudesse aumentar e pudesse ser repercutido em obra e pudesse ter grau de execução satisfatório na renovação da rede de águas, tendo os SMAS assinalado uma despesa global de cerca de 32.000.000.00€ (trinta e dois milhões de euros).

Dar aqui uma nota curiosa, mais uma vez, também nos SMAS, com o chumbo do orçamento, não se vê grandes alterações, pelo contrário, até cresceu a receita e temos aqui uma situação que ao contrário daquilo que a Senhora Presidente de Câmara, ausente, nos transmitia de que isto ia ser uma desgraça, e que chumbar o orçamento era contra o grande interesse dos almadenses, vemos por estas contas que não foi isso que aconteceu. Aliás, se calhar tanto na Câmara Municipal como nos SMAS, governar em duodécimos não é indiferente, porque a taxa de execução também não muda de uns anos para os outros, anda sempre mais ou menos por ali, independentemente de o orçamento estar aprovado ou não.

Estamos com curiosidade para ver agora o que é que a nível dos SMAS vai ser feito diferente. Este tipo de disponibilidade inclusive, para PPR não está muito diferente do passado, por isso quero ver como é que vai ser a taxa de execução.

E dar aqui uma nota curiosa que eu até fiquei na dúvida de qual é que seria a posição da CDU, talvez do avançado da hora depois irei ouvir com calma a intervenção do Senhor Deputado Municipal João Geraldês, que eu prezo sempre a sua opinião mesmo quando discordamos, mas dizer o seguinte: quando diz que o resultado é muito fraquinho, até poderíamos conversar sobre isso, e que há uma incapacidade de desenvolvimento. No entanto, a CDU em sede do Conselho de Administração votou a favor. Logo aí, gostaríamos de assinalar isso.

No entanto, há uma fraca execução final, e esperamos sinceramente, dar uma nota de que, apesar de ter tentado duas ou três vezes reiterar a palavra da CDU, que eu espero que a possam mesmo cumprir, estamos curiosos para ver que diferença será feita de tão substancial do passado. Até porque temos a noção daquilo que foram as posições ao longo do tempo, mas sinceramente, acreditamos e queremos acreditar, que possam fazer ainda mais e melhor e fazer exatamente um bocadinho o contrário daquilo que nos acusaram no mandato anterior.

Só dizer o seguinte: todo o resultado positivo que tiverem é sempre em prol dos almadenses e nós estaremos sempre a apoiar, mas estaremos atentos.

Dar uma nota mais uma vez aos trabalhadores dos SMAS, porque isto é fruto do trabalho deles e eles merecem a nossa consideração, o nosso orgulho e o nosso muito obrigado."

7.3.2.8 – A Senhora Deputada Municipal Maria Tomaz Palma (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A apreciação da Prestação de Contas é acima de tudo um momento de avaliação exigente, em que se confrontam resultados com as escolhas e se mede a capacidade do Município em responder aos desafios do território. Mais do que analisar números, importa perceber que prioridades foram assumidas, que respostas foram garantidas e de que forma, num contexto particularmente complexo, se assegurou a continuidade da ação pública com responsabilidade e sentido de compromisso.

E há um elemento que se destaca de forma inequívoca, a execução da despesa. Num ano marcado pela não aprovação do orçamento, o Município não entrou em gestão passiva, pelo contrário, assegurou uma execução global da despesa de 82,6%, o que revela uma capacidade efetiva de governação mesmo em condições adversas. Mas é na análise mais detalhada que se percebe verdadeiramente a orientação política desta execução.

A despesa corrente, com uma execução próxima dos 93%, demonstra uma decisão clara, proteger o funcionamento do Município e garantir a continuidade dos serviços públicos. Isto significa que perante a incerteza não se sacrificaram respostas essenciais, na educação, na ação social, na manutenção urbana e nos serviços de proximidade.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Ao mesmo tempo, esta opção não comprometeu a capacidade de projetar o futuro, evidenciando um equilíbrio entre a resposta presente e a continuidade do investimento. O investimento manteve-se ativo dentro das condições possíveis, o que revela continuidade e compromisso com o desenvolvimento do nosso Concelho.

Mas há um ponto que importa sublinhar com particular clareza, esta execução da despesa materializa-se no trabalho diário dos trabalhadores municipais, são eles que garantam que os serviços funcionam, que as respostas chegam às pessoas, que Município não falha e não para. E são também estes trabalhadores que asseguram o próprio funcionamento democrático da nossa Autarquia, inclusive a realização das Assembleias Municipais onde hoje nos encontramos.

Falar de execução orçamental é, portanto, falar de pessoas, de compromissos e de serviço público.

Senhoras e Senhores Deputados;

O que estes dados demonstram é que o Município sabe gerir prioridades, num contexto de instabilidade escolheu garantir o presente, assegurando serviços, estabilidade e funcionamento regular sem abdicar do futuro.

E é precisamente esta lógica que encontramos também no Relatório e Contas 2025 da WEMOB.

Do ponto de vista financeiro, a WEMOB apresenta uma operação estável com rendimentos e gastos equilibrados, restando ainda assim, um resultado positivo, mas o principal está na atividade desenvolvida. Ao longo de 2025 a empresa deu continuidade à implementação do Regulamento de Estacionamento, contribuindo para uma gestão mais organizada e eficiente do espaço público.

Procedeu à abertura do Parque de Estacionamento do Comandante António Feio, reforçando a capacidade de resposta às necessidades concretas do território.

Avançou com a integração do passe navegante no estacionamento do Parque da Paz, promovendo uma articulação mais inteligente entre diferentes modos de mobilidade.

Desenvolveu ainda a requalificação do Parque da Quinta da Matosa, aumentando a capacidade de resposta na recolha de veículos em fim de vida, atenuando a falta de espaço para depósito destes veículos. Simultaneamente, melhorou as condições de atendimento aos cidadãos com a ampliação do posto de Cacilhas.

Estas intervenções refletem uma atuação que vai para além da gestão operacional, contribuindo para uma organização mais eficiente do território, uma melhor utilização do espaço público e uma resposta mais qualificada às necessidades dos cidadãos.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados Municipais;

Mais do que uma resposta circunstancial, o que aqui se evidencia é uma linha de atuação consistente, assente na capacidade de decisão, na continuidade da ação pública e na concretização de prioridades mesmo em contextos adversos.

Isto não acontece por acaso, resulta de uma orientação que privilegia a estabilidade, a responsabilidade e a capacidade de execução.

Por isso, a nossa posição é inequívoca, votamos evidentemente favoravelmente, porque reconhecemos nestes documentos uma gestão que responde às exigências do presente, mantém o Município em funcionamento e cria condições para continuar a construir o futuro de Almada com confiança e responsabilidade.”

7.3.2.9 – A Senhora Deputada Municipal Joana Sales Vieira (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Analisar os relatórios de contas e de gerência do ano de 2025 é, inevitavelmente, confrontar a Almada da propaganda com a Almada da realidade. O nosso Concelho enfrenta problemas estruturais que exigem soluções concretas, e a análise a este ano prova-nos que ainda há muito por fazer.



Comecemos pela habitação, onde falta uma verdadeira resposta à escala municipal contra a especulação imobiliária e as rendas asfixiantes. Ainda ontem a comunicação social alertava que o preço médio por metro quadrado em Almada já ronda os 3.000.00€ (três mil euros). E o que fez a Câmara Municipal em 2025 para travar este cenário? Muito pouco.

Sobre o programa Habit'Almada, falamos de quatrocentas e dezassete famílias que viram a sua esperança de ter uma casa esbarrar num problema crónico da nossa burocracia interna, pois os seus processos caducaram. E, como se não bastasse, o relatório confirma a existência de noventa e oito habitações municipais devolutas. São noventa e oito casas públicas fechadas!

A Câmara Municipal tem, de uma vez por todas, de mobilizar o seu património para servir as populações, em vez de o deixar degradar. Do que adianta o orgulho em apresentar grandes saldos positivos, se não o estamos a utilizar para ajudar quem vive em Almada?

Passemos à área da mobilidade e à nossa empresa municipal, a WeMob. O relatório espelha um aumento muito significativo das receitas provenientes dos parquímetros. Para alguns, será positivo para os cofres, mas de que adianta bater recordes de cobrança se, na prática, não somos consequentes? Onde está o verdadeiro combate às alterações climáticas? Onde está o investimento a sério na mobilidade coletiva e na mobilidade suave? Cobrar mais a quem estaciona não é política ambiental se continuarmos a não dar às pessoas alternativas viáveis e ecológicas para se deslocarem.

Esta mesma falta de visão estratégica estende-se aos SMAS, onde se regista um valor elevado em gastos com fornecimentos e serviços externos, nomeadamente em "outros trabalhos especializados". Qual é o motivo para esta despesa? É dinheiro público canalizado, aos milhões, para a contratação externa. Senhoras e Senhores Deputados Municipais, isto é uma escolha política: é a promoção desenfreada da lógica do outsourcing. Pelo contrário, este Município deveria estar a apostar na valorização dos quadros internos, na capacitação dos nossos serviços e na contratação direta de trabalhadores e trabalhadoras, para ganharmos autonomia e resolvermos os problemas na raiz.

Falemos também de educação. Por um lado, no âmbito da delegação de competências, é urgente apostar na requalificação do edificado das nossas escolas, que continua a apresentar debilidades. Por outro, é absolutamente incompreensível que o Município continue a entregar a alimentação dos nossos filhos ao lucro de empresas privadas, em vez de assumir a gestão direta das refeições. Optar pelo outsourcing nas cantinas é abdicar do controlo sobre a qualidade do que é servido. É, mais uma vez, desviar dinheiro público para o setor privado em vez de investir em quadros próprios e na garantia de uma alimentação escolar que seja um serviço público de excelência, e nunca um negócio.

É também importante falar do acesso aos apoios na cultura e desporto. O relatório revela-nos que foram atribuídos cerca de 618.000.00€ (seiscentos e dezoito mil euros), diluídos por duzentas e quarenta e quatro candidaturas no âmbito do RMAPA.

Senhoras e Senhores Deputados, estamos a falar de verbas muito escassas! São valores manifestamente insuficientes para quem, no terreno e à custa de um enorme esforço voluntário, garante a sobrevivência da nossa dinâmica cultural e desportiva. As nossas associações e coletividades locais continuam subfinanciadas e prejudicadas pela burocracia. A cultura em Almada não pode resumir-se a cartazes para inglês ver. Exige um investimento real e digno em quem faz a cultura e o associativismo acontecer nas nossas ruas, todos os dias.

O ano de 2025 já passou e temos a oportunidade de fazer melhor em 2026. Fazer melhor não é repetir os mesmos erros, não é continuar com a lógica de outsourcing e não investir nos serviços que deviam ser nossos, nem virar as costas às nossas associações. Almada exige soluções estruturais, exige respeito pelos seus trabalhadores e trabalhadoras e pelas suas populações. Exige e merece muito mais. E, para isso, podem contar com as propostas do Bloco de Esquerda.

7.3.2.10 – O Senhor Vice-Presidente Filipe Alexandre Pacheco (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Dar aqui uma nota informativa, porque termos aqui a discussão conjunta levou e eu acho também a bem da discussão que não apresentássemos aqui os documentos Relatório e Contas da WEMOB e dos SMAS, portanto, passaremos à discussão e estaremos evidentemente disponíveis para qualquer questão.

Mas eu começava por responder ao Senhor Deputado Municipal do PSD Miguel Salvado, relativamente ao orçamento, lembrando algo simples que é, nós não temos duodécimos nos Municípios. Portanto, ficamos a governar com o orçamento anterior e, portanto, eu acho apenas duas dimensões.

A primeira dimensão, é que ouvindo o PSD quase que parece que nem estamos aqui a fazer nada, quando discutimos orçamentos, quando discutimos planos de atividades, porque se dizemos fazemos todo o argumentário a dizer: não precisa haver documentos de planeamento porque quase que é melhor que eles não existam, foi isso que foi a sua intervenção, eu acho que isso até é um atestado de desvalorizar o trabalho de planeamento que todos devemos fazer e para a qual a pluralidade de opiniões muito contribui para enriquecer esses documentos.

Por outro lado, dizer que temos de reconhecer que apesar de não ter existido orçamento, tivemos a execução que tivemos. Portanto, apesar disso, tivemos uma execução e acho que isso se deveu aquilo que foi a capacidade do executivo, apesar desse desafio burocrático formal, conseguimos executar.

Mas deixarei essas questões para o Senhor Vereador Ivan Gonçalves, as questões dos SMAS pedirei a Vereador Luís Palma, que as possa responder.

Relativamente à WEMOB e às várias questões que foram colocadas.

Senhora Deputada Municipal do CHEGA Inês Silva, as várias questões que colocou, elas dizem mais do Plano de Atividades e Orçamento deste ano do que do Relatório passado. Aquilo que eu posso dizer e já foi referido pela Senhora Deputada Municipal Maria Palma do Partido Socialista, relativamente às melhorias no atendimento, na ampliação do atendimento no posto de Cacilhas que foram feitas, essas que relevam para o relatório do exercício passado, dar só uma nota relativamente ao apoio de praia da Costa da Caparica, não é visão do executivo, transformar um apoio de praia que deve estar ao serviço de toda a população, num sítio para serviços para trabalhadores. Portanto, certamente temos que encontrar uma alternativa e certamente que a encontraremos.

Depois, respondendo à CDU.

Percebo as críticas ao WEMOB sobre o acrescentar de competências, é importante lembrar e eu não vou recordar o histórico da WEMOB relativamente aquilo que eram as transferências feitas em final de ano, de exercício orçamental, que foi também por questões de sobrevivência de ampliação daquilo que é o seu objeto, para lhe dar verdadeira sustentabilidade e eu devo lembrar que, se no passado os trabalhadores temiam por aquilo que era o funcionamento da WEMOB e a sua própria sobrevivência, hoje falamos com todos os trabalhadores e nenhum deles teme pela sobrevivência da WEMOB e isso também se deve à escala que este executivo procurou criar nessa empresa.

Relativamente ao contrato programa, aquilo que eu posso dizer, é que guardarei como já sabem, já o disse em reunião de Câmara, guardarei essa intervenção para todas as reuniões que tiver designadamente, com as organizações de representativas dos trabalhadores, designadamente, o STAL, precisamente para responder porque o ponto principal da agenda reivindicativa do STAL, é precisamente o aumento do contrato programa, um bocadinho em dessintonia daquilo que é referido pela CDU, mas eu guardarei essa intervenção para esses momentos."

7.3.2.11 – O Senhor Vereador Luís Filipe Palma (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Agradecer desde já as questões colocadas. Eu penso que todos desejaríamos que nos próximos momentos em que estes relatórios são sobretudo técnicos, mas também têm muita matéria política para discussão e que ao lê-los ao pormenor têm muito detalhe, que de futuro possamos de facto, discuti-los com mais tempo e em mais pormenor.



Apenas dizer-vos que, pretenderei responder sobretudo às questões que foram colocadas, mas é um relatório que é do exercício, como já aqui foi dito, que apenas nos vincula num curto período de tempo, portanto, também compreenderão que a abordagem que fazemos do mesmo documento, é apenas aquilo que são questões técnicas que resultam do mesmo, sobretudo aquilo que é resultado do Saldo de Gerência que vai reforçar o orçamento e plano que já foi apresentado aqui em anterior Sessão da Assembleia Municipal, e que está no quadro do exercício de 2026, e que aliás, no último ponto desta Sessão irá também ser apresentado o Relatório dos meses de janeiro e fevereiro da Atividade dos SMAS e depois também poderemos falar um pouco melhor. Portanto, este saldo está na ordem dos 6.000.000.00€ (seis milhões de euros) que vai reforçar naturalmente, um conjunto de áreas mas também aquelas que dizem respeito a investimentos muito concretos na rede de distribuição de água e saneamento, mas com uma chamada de atenção para aquilo que é também a transformação digital e aquilo a que estamos obrigados pelas normas atuais e existentes, que nos vão exigir que também façamos um reforço naquilo que é a área da cibersegurança.

Dizer-vos que, os Senhores Deputados Municipais também já referiram e bem, aquilo que são os dados que estão presentes no Relatório relativamente às taxas de execução, quer na receita quer também na despesa e obviamente, naquilo que depois é a taxa de execução no plano plurianual de investimentos do ano de 2025.

Nós acrescentamos nesta 1.ª Alteração ao Orçamento 2026, para além daquilo que é o Saldo de Gerência, o valor de cerca de 168.000.00€ (cento e sessenta e oito mil euros) no quadro de uma candidatura que os SMAS fez ao denominado projeto LIFE 2025, que é sobretudo assumido pela equipa que está com a responsabilidade das ETAR's e que fez esta candidatura a fundos comunitários europeus, que tem como parceiro o LNEC e que visa sobretudo promover a sustentabilidade e transição energética e também modernizar e valorizar as ETAR's naquilo que são também as exigências e normas relativamente a esta questão específica das estações de tratamento de águas residuais. É um trabalho com um parceiro de referência como é o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, vai possibilitar que também nós no quadro dos SMAS, possamos atualizar e adaptar aquilo que nos dias de hoje são exigidos nesta área tão particular.

Portanto, dizer-vos que agradeço naturalmente, as vossas questões, mas reforçando aquilo que disse na fase inicial, que de futuro possamos organizarmo-nos de modo a que estas Assembleias permitam que estes Relatórios técnico contabilísticos, mas que também são de natureza política, possamos ter mais espaço para a sua discussão e para o debate.”

7.3.2.12 – O Senhor Vereador Ivan da Costa Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Vou tentar de forma muito sucinta responder às questões que foram colocadas.

O Senhor Deputado Municipal do CHEGA, Luís Cordeiro, refere o facto de a receita dos impostos representar a maior receita do Município. Sim! Aliás, o desafio que lhe faço, já tivemos este debate na última reunião, é que traga exemplos de Municípios que não se financiam desta forma, é porque não sei se é possível sequer, do ponto de vista daquilo que é a legislação portuguesa, os Municípios financiam-se da forma que a Lei prevê que se financiem.

Agora, eu não posso acompanhar é aquilo que foi dito relativamente às despesas de funcionamento e ao dinheiro que é mal gasto, nós não entendemos que os trabalhadores são dinheiro mal gasto. Também já tivemos esta discussão. Os trabalhadores são aquilo que garante que o Município faz aquelas que são as suas funções.

Já relativamente à questão da taxa de IRS, é algo que já falamos também. A taxa de IRS para o ano de 2026, subiu e sobe em grande medida tendo em conta aquilo que foi a descida do IMI, que foi feita de forma irresponsável no ano passado, em que a oposição se juntou toda e graças a uma não decisão, fez com que o Município perdesse uma fatia considerável daquilo que é o seu rendimento e, portanto, esta descida obviamente, deve ser compensada e se calhar ainda bem que o fizemos, porque agora, aquilo que estamos a ver face aquilo que foram as emergências que existiram este ano, face aquilo que é o aumento de preços, face aquilo que é a inflação, o aumento dos combustíveis, a verdade é que o Município se confronta hoje com gastos que não estavam programados quando do início do ano.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Mas, estou de acordo com o Senhor Deputado Municipal da Iniciativa Liberal, Carlos Alves, as boas contas não são um objetivo em si mesmo, são um ponto de partida. Estamos de acordo. Agora, o Município o que não pode ter é más contas porque aí estamos a comprometer o nosso trabalho. É a base de trabalho, é garantirmos que o Município tem contas que são equilibradas. Não é verdade dizer que 60% da execução do investimento é um baixo investimento, aliás foram quase 40.000.000.00€ (quarenta milhões de euros) investidos, está em linha com a média dos outros Municípios do país.

Agora, Senhor Deputado Municipal Luís Durão, eu confesso, aquilo que nos diz é que o chumbo do orçamento não teve efeito nenhum, nós também já percebemos até pela intervenção do Senhor Deputado Municipal Miguel Salvado, que o PSD não tinha consciência completa do que estava a fazer quando chumbou o orçamento, porque de facto, não existe previsão de duodécimos na Lei das Finanças Locais.

Agora, o que o Senhor Deputado Municipal diz é que: “O orçamento não teve efeito nenhum porque a execução é alta. Portanto, Senhor Vereador Ivan Gonçalves, diga-me o que é que vai fazer para a execução ser alta porque a execução foi baixa”. Portanto, aquilo que vamos tentar é que a execução seja alta, mais alta e obviamente que houve constrangimentos por causa do chumbo do orçamento. É óbvio, que a Câmara Municipal, os trabalhadores, os dirigentes, toda a gente fez um esforço tremendo, para que esse constrangimento fosse o menor possível. Foi esse o trabalho que se fez. Portanto, não deixa de ser um elogio. Aquilo que diz é que não houve efeito nenhum, se não houve efeito nenhum, então pergunto eu, porque é que o PSD chumbou o orçamento? Se não era para ter efeito nenhum, é o quê?

Portanto, acho que essa é uma leitura redutora do orçamento e aquilo que temos é trabalhar para que a execução seja a melhor possível, dentro daquilo que é a nossa realidade, 60% está em linha com aquilo que acontece na maioria dos Municípios do país, portanto estou particular à vontade, e respondendo ao Senhor Deputado Municipal João Gerales, tal como a CDU só assumiu funções no final de 2025, eu também estou particularmente à vontade para dizer que em 2025 a execução foi uma boa execução.

Senhor Deputado Municipal João Gerales, 209.000.000.00€ (duzentos e nove milhões de euros) que é o orçamento com que nós partimos é um orçamento que é mais ou menos igual, mais milhão de euros, menos milhão de euros, aos orçamentos de anos anteriores, já com integração da totalidade do Saldo de Gerência. Digo-lhe com muita franqueza, dificilmente será possível inserir a totalidade do Saldo de Gerência, até por uma questão evidente, em 2022 o Saldo de Gerência do Município era o dobro do que é hoje em dia. E nós não estamos disponíveis para hipotecar o futuro da Câmara Municipal por ganhos de curto prazo. Portanto, obviamente, será feita uma revisão orçamental para inserir uma parte do Saldo de Gerência, até é possível fazer várias revisões orçamentais ao longo do ano, agora só poderia ser feita depois da aprovação das contas é isso que estamos aqui a fazer hoje.

Relativamente àquilo que a Senhora Deputada Municipal do Bloco de Esquerda, Joana Vieira referiu, que há trabalho por fazer e elencou uma série de áreas, onde ainda há trabalho por fazer no nosso Município. Estamos genericamente de acordo, obviamente não está tudo feito, nós sinalizamos aquilo que fazemos de bem, a oposição também faz o seu trabalho e relembra-nos aquilo que ainda falta fazer, agora é preciso também não nos esquecermos de tudo aquilo que foi feito e relativamente à questão dos recursos humanos, quando as críticas que nós ouvimos é de demasiados custos nos recursos humanos com os trabalhadores, como já ouvimos aqui hoje e depois o Bloco de Esquerda dizem que temos uma utilização desenfreada de outsourcing, eu diria que nós devemos estar algures no meio disto e estamos a fazer bem o nosso trabalho, estamos a fazê-lo de forma equilibrada. Obviamente, não vamos conseguir agradar a toda a gente, isso faz parte.

Agora, Senhora Deputada Municipal Maria Palma, respondendo-lhe também, elencou uma série de investimentos que a Câmara Municipal de Almada fez em 2025, salientou a importância destes investimentos e eles são de facto estruturais para o caminho que queremos fazer no nosso Município e tem razão, não acontece por acaso, acontece porque há responsabilidade na gestão das contas, porque há resposta às exigências do presente e esta resposta fazendo-a de forma equilibrada mais uma vez, permite garantir que o futuro é também devidamente preparado para que nós possamos nos anos seguintes, neste ano que está em vigor, nesta execução orçamental, garantir a boa execução orçamental que preocupa todos os partidos e que nos preocupa



a nós e garantir que aquilo que é estrutural no Município é feito. Isso é feito através dos investimentos de capital, mas também é feito através das despesas com o pessoal, que grande parte do trabalho é feito precisamente pelo pessoal que faz parte da Câmara Municipal, é feita com as aquisições de serviços de pontos que são externalizados porque se entende que sendo feitos por terceiros são uma mais valia, é com este caminho que nós pretendemos tentar resolver os problemas que o nosso Município ainda tem e grande parte deles todos nós conhecemos e que merecem a nossa resposta evidentemente.”

7.3.2.13 – O Senhor Deputado Municipal Luís Pedro Durão (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Só queria aqui distinguir duas situações Senhor Vereador Ivan Gonçalves, eu não disse que a execução era a mesma estando o orçamento aprovado ou não aprovado. O que eu quis explicar era que, o nível de execução de um orçamento que foi chumbado, se estava em linha ou não com o orçamento dos anos anteriores? E a verdade é que, apesar de todos os atos administrativos e a necessidade de muitas das propostas terem sido apresentadas em Assembleia Municipal, proposta a proposta, não aconteceu aquele cenário catastrofista, desastroso que a Senhora Presidente de Câmara sempre, em todos as Sessões de Assembleia Municipal vinha reiterando, pelo contrário, a verdade é que a nível de receita não teve grandes impactos, a nível da execução, realmente, está em linha com os anos anteriores que é baixo, continua mau, sendo um orçamento aprovado ou não aprovado, a execução do orçamento não é aos níveis daquilo que queríamos que acontecesse, e pior ainda, o que vai acontecer para o ano é que vamos ter um aumento de receita extraordinário, sobrecarregar fiscalmente os nossos contribuintes e os nossos municípios, e vamos ver como é que os senhores vão aplicar o dinheiro com essa estabilidade governativa que têm.

Terminando aqui com um ponto. O que eu pretendo que o Senhor Vereador e com as duas direções municipais faça, sobretudo a direção financeira, é acompanhar mensalmente como é que está a ser executado o orçamento da Câmara Municipal, fazer pressão aos outros departamentos para perceber qual é que o nível de execução orçamental. Faça CAP IAS, faça grandes chats, use o Excel como o Vítor Gaspar, mas vai ter aqui uma promessa do Grupo Municipal do PSD, é que vamos pedir recorrentemente o acompanhamento desse nível de execução e trazer aqui a esta casa.”

7.3.2.14 – O Senhor Vereador Ivan da Costa Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Obviamente, aceitamos a sugestão, nós já o fazemos, o que fazemos não é mensal, é diário, fazemos essa pressão.

Uma coisa lhe garanto, não vamos fazer o acompanhamento do Excel como o Dr. ^o Vítor Gaspar que se demitiu porque disse que não era mais capaz de reformar aquele Governo, vamos fazer o mesmo que o Mário Centeno, o 1.^o Ministro das Finanças que teve resultados positivos orçamentais no nosso país.”

7.3.2.15 – O Senhor Deputado Municipal Mário Daniel Paracana (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O ponto que aqui me traz tem toda a relevância, são apenas dois ou três aspetos que eu acho que devemos ter em boa nota.

Em primeiro lugar, Senhor Vereador Luís Palma, não respondeu à nossa questão, esperemos que no próximo ano e aí concordamos em absoluto consigo, que esta Sessão seja feita com mais tempo, com outras condições, precisamente porque para além da dimensão financeira e técnica, que já compreendemos que não conseguiu responder, tem a dimensão política. E essa também é muito importante, porque quando o Senhor Vereador Ivan Gonçalves diz que em resposta gastar o dinheiro com os trabalhadores é sempre bom, claro que essa é a parte técnica financeira mais fria, nós falamos é na dimensão política, porque aqui a questão é a modalidade de gestão e não se estamos a gastar dinheiro com trabalhadores ou não. Porque então nessa dimensão e também



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

ainda não nos respondeu, onde é que ficarão os 20.000.000.00€ (vinte milhões de euros) que não estão justificados neste orçamento, e que estão distribuídos em rubricas que não nos transmitem uma clareza e uma transparência nas contas do próximo orçamento.

Portanto, aqui a minha intervenção é também no sentido de dizer que, apelamos até depois em Conferência de Representantes se possível, que esta Sessão que se venha a replicar nos próximos anos seja feita com outras condições para podermos ter um debate sério e com tempo e que seja profícua para todos.

Dar também nota à Senhora Deputada Municipal do PS, em linha também com o que disse o Senhor Vereador Ivan Gonçalves, nós sabemos que a fonte da receita dos Municípios em geral, são os impostos, mas isso não significa que agora por ter uma legitimidade maior na relação Socialista e Comunista, maioritária neste Município, que possam ter a liberdade de sacar, sacar, sacar cada vez mais às pessoas como se vê com o IRS e como se viu com a votação das taxas e impostos, porque ao mesmo tempo aquilo que devem garantir é a qualidade de vida aos almadenses, que não existe. E para demonstrar à Senhora Deputada Municipal do PS, na próxima Sessão traremos um estudo com indicadores sobre o estado do Concelho e até a desafio de fazer o mesmo exercício para perceber em que estado é que Almada está neste momento quer no Distrito, quer a nível nacional.

Porque por exemplo, nós não podemos dizer que a nível da habitação que estamos a ter um trabalho imenso e que estamos a conseguir dar casas que é um mau princípio que se diga, mas como temos o apoio de 233.000.000.00€ (duzentos e trinta e três milhões) de investimento do IHRU, depois não podemos capitalizar isso como sendo uma função do executivo ou um resultado do executivo, porque nem sequer se entendem naquilo que está a acontecer aqui no Bairro da Penajóia e do Raposo. Como também em Almada o que está a acontecer é que é o Conselho que tem um dos maiores aumentos de 19%, na subida do preço das casas que é o quinto maior Concelho do País e é o segundo maior do Distrito. Portanto, podem ir verificar os dados para poder ver que não são fabricados.

Portanto, sendo que existem estes aumentos e a criminalidade a aumentar e o nível de vida a baixar, como é que justificam à população que aqui vive o aumento de impostos. É nesta complexidade de indicadores e nesta complexidade política que hoje vivemos, das decisões que estão a ser tomadas e foram tomadas anteriormente, que solicitamos que de facto, que este debate seja feito noutros termos e sobretudo, se possível, com a presença da Senhora Presidente não tendo nenhum desprimor pelos Vereadores aqui presentes.”

7.3.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, do ponto 3.3 relativo à proposta da Camara Municipal sobre “Prestação de Contas de 2025 – Município de Almada”; tendo sido aprovada por maioria com 16 votos a favor sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 1 da eleita do LIVRE e 1 do eleito da IL; 15 abstenções sendo 7 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, 7 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD incluindo a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica que o integra, 1 da eleita do BE; 7 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, aprova a Prestação de Contas de 2025 do Município de Almada, nos termos da alínea I), do n.º 2, do artigo 25.º, e do artigo 27.º, n.º 2, ambos do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

1. A aprovação das Demonstrações Financeiras e Orçamentais do Município, que se juntam em anexo à presente proposta e que dela fazem parte integrante, constituídas por:

- a) Demonstrações Financeiras Individuais, onde se inclui o “Mapa de Fluxos de Caixa”;*
- b) Demonstrações Orçamentais Individuais onde se inclui o “Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental”;*
- c) Anexos às Demonstrações Orçamentais;*



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

d) Relatório de Gestão;

2. A aplicação do Resultado Líquido do exercício do ano de 2025, no montante de 3.626.120,79 €, em Resultados Transitados;

3. A aprovação dos documentos relativos às entidades integradas na esfera do Grupo Autárquico (Agências Municipais), os quais se juntam como anexos à presente proposta e que dela fazem parte integrante:

a) Relatório e Contas do ano de 2025 da AGENEAL – Agência Municipal de Energia de Almada, até 28 de fevereiro, data da sua extinção;

b) Relatório Anual e Contas do ano de 2025 da ARRIBATEJO - Agência de Desenvolvimento Local;

c) Relatório Anual e Contas do ano de 2025 da NOVALMADAVELHA - Agência de Desenvolvimento Local.

nos precisos termos da deliberação camarária de 20 de abril de 2026, que aprovou a proposta n.º 2026-138-DFIN.

7.3.4 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, do ponto 3.5 relativo à proposta da Câmara Municipal sobre “SMAS – Relatório e Contas de 2025”; tendo sido aprovada por maioria com 23 votos a favor sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 7 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, 1 da eleita do LIVRE, 1 do eleito da IL; 15 abstenções sendo 7 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 7 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD incluindo a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica que o integra; 1 da eleita do BE, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, aprova o Relatório e Contas de 2025 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada (SMAS), nos termos da alínea l), do n.º 2, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos precisos termos da deliberação camarária de 20 de abril de 2026, que aprovou a proposta n.º 2026-154-GP.

7.3.5 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, do ponto 3.4 relativo à proposta da Câmara Municipal sobre “SMAS – Primeira Alteração Modificativa do Orçamento de 2026 e Anos Seguintes”; tendo sido aprovada por maioria com 24 votos a favor sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 7 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, 1 da eleita do BE, 1 da eleita do LIVRE, 1 do eleito da IL; 14 abstenções sendo 7 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 7 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD incluindo a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica que o integra, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, aprova a Primeira Alteração Modificativa do Orçamento de 2026 e Anos Seguintes dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada (SMAS), nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos precisos termos da deliberação camarária de 20 de abril de 2026, que aprovou a proposta n.º 2026-153-GP.

7.3.6– Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, do ponto 3.6 relativo à proposta da Câmara Municipal sobre “Wemob – Relatório e Conta de Gerência relativos ao exercício de 2025”, tendo sido aprovada por maioria com 14 votos a favor dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram; 23 abstenções sendo 7 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, 7 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 7 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD incluindo a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica que o integra, 1 da eleita do LIVRE e 1 do eleito da IL; 1 voto contra da eleita do BE, através da seguinte:



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, aprova o Relatório e Conta de Gerência da WeMob, E.M., S.A. relativos ao exercício de 2025, nos termos da alínea I), do n.º 2, do artigo 25.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos precisos termos da deliberação camarária de 20 de abril de 2026, que aprovou a proposta n.º 2026-157-OA.

8 – Tendo atingido a hora regimental de termo da reunião, sendo cerca das 01H40, deu-se por concluída a Segunda Reunião da Sessão Ordinária de abril da Assembleia Municipal, prosseguindo o cumprimento da agenda na Terceira Reunião, prevista para 30 de abril de 2026, pelas 21H00.

9 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião do Vice-Presidente Filipe Alexandre Pacheco (PS), dos/as Vereadores/as Ivan da Costa Gonçalves (PS), Francisca Baptista Parreira (PS), Luís Filipe Palma (CDU), António Sousa Matos (CDU), Helena Azinheira (CDU), Ana Margarida Lourenço (PS), Carlos Magno Magalhães (CHEGA), Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), e Beatriz Leal Ferreira (PSD) e Carlos Alberto Salomão (PSD).

10 – Foi verificada a presença de cerca de cinquenta munícipes. A sessão foi transmitida em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa

11 – Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

O 1.º SECRETÁRIO _____

A 2.ª SECRETÁRIA _____